UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA — UFSB
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIENCIAS — IHAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS — PPGER
CAMPUS PAULO FREIRE – CPF

JAMILE STEPHANE DOS SANTOS SOUZA

VOZES QUE ECOAM: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA

TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA

2023

JAMILE STEPHANE DOS SANTOS SOUZA

VOZES QUE ECOAM: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA

Memorial dissertativo apresentado à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER- Campus Paulo Freire), na Linha de Pesquisa 02 — Relações Étnico-Raciais, Interculturalidade e Processo de Ensino Aprendizagem, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus

TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Sistema de Bibliotecas

S729v Souza, Jamile Stephane dos Santos.
Vozes que ecoam: memórias e narrativas de mulheres assentadas em Mucuri-BA / Jamile Stephane dos Santos Souza. Teixeira de Freitas, 2023.
110 f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2023.
Orientador: Prof. Dra. Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus.

1. Feminismo. 2. Assentamentos - Mulheres. 3. História oral.
4. Memórias. I. Título. II. Jesus, Lúcia de Fátima Oliveira de.

CDD – 305.42

Bibliotecária: Amanda Luiza de S. Mattioli Aquino - CRB 5/1956

JAMILE STEPHANE DOS SANTOS SOUZA

VOZES QUE ECOAM: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA

Memorial dissertativo apresentados à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), na Linha de Pesquisa 02 - Relações Étnico-Raciais, Interculturalidade e Processo de Ensino Aprendizagem.

Aprovado em 04 de setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIA DE FATIMA OLIVEIRA DE JESUS
Data: 04/03/2024 08:59:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus /PPGER-UFSB/UNEB — Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
LILIAN LIMA GONCALVES DOS PRAZERES
Data: 04/03/2024 21:00:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres/PPGER-UFSB — Membra Interna

gov.br Documento assinado digitalmente
ALINE SANTOS DE BRITO NASCIMENTO
Data: 05/03/2024 15:43:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Aline Santos de Brito Nascimento / UNEB — Membra Externa

gov.br Documento assinado digitalmente
VANIA NARA PEREIRA VASCONCELOS
Data: 04/03/2024 12:34:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Vânia Nara Pereira Vasconcelos/ UNEB — Membra Externa

Às mulheres, que ocupam minhas melhores memórias, inspirando-me a semear dias melhores.

À Elci Barbosa, que me ensinou que maior que a luta, apenas o afeto.

AGRADECIMENTOS

Teço esse agradecimento como carta à comunidade assentada de Mucuri, principalmente, às mulheres assentadas que me inspiraram e colaboraram na construção desse trabalho. Esse é um agradecimento envolvido de muito respeito, e sobretudo, saudade. Quando assumi o cargo de professora no colégio Alcides Afonso de Souza, em 2019, eu tinha apenas 24 anos e duas grandes sensações se acentuavam em meu corpo: medo e uma imensa vontade de fazer a diferença a partir do meu trabalho em sala de aula.

Todas as manhãs e noites nas quais eu pilotei a minha moto por 20 quilômetros de distância de casa para a escola, enfrentando chuva, estrada ruim e animais no trajeto, eu sabia que estava cumprindo minha função profissional, mas, considerava, acima de tudo, que o fazia por acreditar na educação e naquele espaço enquanto terreno fértil para mudança social.

Eu quis tanto fazer a diferença que sequer imaginei a revolução que seria feita em mim no tempo que estive entre essa comunidade. Tudo que passei, todas as palavras que ouvi, os caminhos que percorri, os gestos de afeto, as narrativas de luta, nada se assemelha ao que eu já tenha vivido. Sou grata por ter lecionado em uma escola do campo, e, principalmente, em uma escola atrelada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sou grata por ter experienciado o conflito e aprendido de perto que a luta se constrói com muito esforço, disposição e organização. Eu, que não conheci Dandara, tampouco Maria Felipa, conheci Luiza, Julita, Jazi, Luzimar, Adineuza, Êmilly, Melcina, Natália, Armênia, Eleni, Ledinalva, Elenilda, Romilda, Maria de Lurdes, Luana, Marcela, Ana e tantas outras heroínas da história contemporânea. Há, nessas mulheres, coragem que jamais encontrei antes.

Agradeço a todas mulheres que abriram a porta de suas casas para mim, em especial, agradeço a Elci Barbosa. Encontrei em Elci uma irmã, uma amiga, uma mãe, uma professora, uma companheira de luta e a representação do ser mulher assentada em Mucuri. Ela que me acolheu em sua casa e me apresentou a cada uma das mulheres entrevistadas. Ela que, diante de todas as dificuldades, assumiu o risco em me acompanhar em todos os trajetos.

Em 2023, por questões pessoais, retornei a Teixeira de Freitas, mas sigo em conexão com o Movimento, com essas mulheres e com a Educação do Campo. Eu voltei para casa, para perto de mainha e painho, mas não voltei a mesma, nem como educadora, nem como pesquisadora, tampouco como gente. Trouxe comigo as impactantes memórias, sementes de coragem e esperança. Sou imensamente grata por tudo. Seguimos entre a escuta e a ação. Gratidão.

RESUMO

O presente trabalho se inscreve no debate sobre Memória, História Oral, Feminismos não hegemônicos e nas intersecções das relações étnico-raciais, de gênero e de classe. Desenvolvemos através de um processo de Observação Participante (Minayo, 2007), leituras e entrevistas que acolheram as diversas nuances das realidades de mulheres assentadas na cidade de Mucuri-BA, especificamente nos Assentamentos Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Quilombo I e Quilombo II. Emergente de observações e inquietações despontadas na experiência como educadora no contexto da Educação do Campo, compreendemos a relevância das vozes dessas mulheres campesinas tanto para a micro como para a macro História, disseminando suas memórias e narrativas a fim de que estas se constituam enquanto fonte de História Oral, principalmente como processo de reconhecimento e afirmação de suas múltiplas identidades. Dada a força da oralidade como instrumento epistemológico e metodológico, identificamos as trajetórias, lutas e memórias daquelas que foram amplamente silenciadas e marginalizadas tanto na sociedade como na historiografia. As reflexões construídas foram embasadas em teorias que acentuam a integração da História, da Memória e da História Oral, tal como difundidas pelos autores Le Goff, (2013); Pollak (1989) e Portelli (2016), assim como daquelas que se propõem feministas e decoloniais, a partir de autoras como Cusicanqui (1987), Lugones (2014), Verges (2020), bell hooks (2013; 2019) e Lélia Gonzalez (2020) a fim de questionar as formas tradicionais de construção de conhecimento e propor uma perspectiva de mundo que transgrida o modelo classista, racista e machista da sociedade atual. O resultado educacional concebido por essa pesquisa foi a criação de um Museu virtual intitulado “Vozes que Ecoam”, um espaço virtual que abriga um acervo fonográfico digital contendo as narrativas de vida de mulheres assentadas em Mucuri-BA, compartilhando, assim, saberes, afetos e práticas dissidentes como outras possibilidades de fazer e escrever a História. De modo geral, compreendemos que promover uma intervenção que acolha e compartilhe as narrativas dessas mulheres assentadas é afirmar a transformação que almejamos para este mundo.

Palavras-chave: feminismos; história oral; memória; mulheres assentadas; MST.

ABSTRACT

This present work contributes to the debate about Memory, Oral History, Non-hegemonic Feminisms, and the intersections of ethnic-racial, gender, and class relations. We developed it through a Participant Observation process (Minayo, 2007), readings, and interviews that encompassed the diverse nuances of the realities of women settled in the city of Mucuri-BA, specifically in the Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Quilombo I, and Quilombo II settlements. Emerging from observations and inquiries sparked by our experience as educators in the context of Rural Education, we understand the relevance of the voices of these rural women for both micro and macro History. We disseminate their memories and narratives so that they constitute sources of Oral History, primarily as a process of recognition and affirmation of their multiple identities. Given the strength of orality as an epistemological and methodological tool, we identified the trajectories, struggles, and memories of those who have been widely silenced and marginalized both in society and historiography. The constructed reflections were grounded in theories that emphasize the integration of History, Memory, and Oral History, as conveyed by authors such as Le Goff (2013), Pollak (1989), and Portelli (2016), as well as those proposed by feminist and decolonial authors, including Cusicanqui (1987), Lugones (2014), Verges (2020), bell hooks (2013; 2019), and Lélia Gonzalez (2020). These theories aim to question traditional knowledge construction methods and propose a worldview that challenges the current society's classist, racist, and sexist model. The educational outcome conceived by this research was the creation of a virtual museum entitled "Vozes que ecoam" a digital sound archive that contains life narratives of women settled in Mucuri-BA. This platform shares knowledge, affections, and dissident practices as alternative ways of making and writing History. Overall, we understand that promoting an intervention that embraces and shares the narratives of these settled women is an affirmation of the transformation we aspire to achieve in this world.

Keywords: feminisms; oral history; memory; settled women; MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 — Faixa de opções do museu virtual 11
ILUSTRAÇÃO 2 — Fotografia das participantes da roda de conversa no Assentamento Paulo Freire 38
ILUSTRAÇÃO 3 — Arte de divulgação 39
ILUSTRAÇÃO 4 — Fotografia das participantes da roda de conversa no assentamento Lagoa Bonita 40
ILUSTRAÇÃO 5 — A bandeira, a bíblia e o facão 42
ILUSTRAÇÃO 6 — Chaveiro “Terra, trabalho, direito de existir, mulheres pela vida não vão sucumbir” 42
ILUSTRAÇÃO 7 — Roda de conversa no Assentamento Zumbi dos Palmares 43
ILUSTRAÇÃO 8 — Participantes da Roda de conversa no Assentamento Jequitibá 44
ILUSTRAÇÃO 9 — Fotografia de Luiza 60
ILUSTRAÇÃO 10 — Fotografia de Julita apresentando sua plantação 62
ILUSTRAÇÃO 11 — Fotografia de Julita 72
ILUSTRAÇÃO 12 — Fotografia de Luzimar 83
ILUSTRAÇÃO 13 — Quadro na sala de Jazi 93
ILUSTRAÇÃO 14 — Fotografia de Jazi 94
ILUSTRAÇÃO 15 — Fotografia da ornamentação mística no assentamento Paulo Freire 102
ILUSTRAÇÃO 16 — Fotografia da ornamentação mística no assentamento Lagoa bonita 102
ILUSTRAÇÃO 17 — Fotografia da ornamentação mística no Assentamento Zumbi dos Palmares 103
ILUSTRAÇÃO 18 — Fotografia do banquete de café da manhã no Assentamento Zumbi dos Palmares 103
ILUSTRAÇÃO 19 — Fotografia das participantes da roda de conversa no Assentamento Zumbi dos Palmares 103
ILUSTRAÇÃO 20 — Fotografia da ornamentação mística no Assentamento Jequitibá 104
ILUSTRAÇÃO 21 — Fotografia dos presentes recebido pelas rodas de conversa 104
ILUSTRAÇÃO 22 — Acampamento Jucelino Farias 105
ILUSTRAÇÃO 23 — Aula pública com acampados do Jucelino Farias 105
ILUSTRAÇÃO 24 — Comunidade do Acampamento Jucelino Farias 105
ILUSTRAÇÃO 24 — Página de apresentação do museu virtual 106

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 10

2 RAÍZES: SEMENTES QUE GERMINAM PELA FERTILIDADE DA TERRA 12

2.1 O CONHECIMENTO COMO AFETO E PODER: TRAJETÓRIA ESCOLAR 14

2.2 O DESABROCHAR DA MILITÂNCIA 16

2.3 REDESCOBRINDO A EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO 19

2.4 PELAS MULHERES QUE NÃO ME RECORDO: HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA ... 21

3 VOZES QUE ECOAM: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA 23

3.1 INTRODUÇÃO 23

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 29

3.3 REFLEXÕES SOBRE O PRODUTO PROPOSTO: POR QUE UM "MUSEU VIRTUAL"? 33

4 RODAS DE CONVERSA: UM DIÁLOGO INTRODUTÓRIO 36

5 AS ENTREVISTADAS 47

5.1 LUIZA: TRABALHO COMO SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDÊNCIA E AFETO 49

5.2 JULITA: MENINEZ INTERROMPIDA E O TRABALHO DE CUIDADO 61

5.3 LUZIMAR: EDUCAÇÃO E SORORIDADE COMO TRANGRESSÃO 72

5.4 JAZI: LIBERDADE, AINDA QUE TARDIA 84

6 CONSIDERAÇÕES 95

REFERÊNCIAS 99

APÊNDICES 101

APÊNDICE A — ETAPAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PESQUISA 101

APÊNDICE B — ÁLBUM DE FOTOFRAFIAS DAS RODAS DE CONVERSA 102

APÊNDICE C — PÁGINA DO MUSEU VIRTUAL 106

APÊNDICE D — ROTEIRO DE ENTREVISTA 107

APÊNDICE D — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 109

1 APRESENTAÇÃO

Esse trabalho descreve as etapas da pesquisa-ação que resultou na elaboração de um produto pedagógico, o museu virtual "Vozes que ecoam: narrativas e memórias de mulheres assentadas em Mucuri-BA". Esse museu foi construído a partir da coleta de entrevistas orais, na qual busquei reunir os registros de vozes dessas mulheres narrando suas trajetórias de vida e compartilhando suas experiências como mulheres assentadas.

As etapas da realização do produto foram caracterizadas como: pré-produção, produção e pós-produção. A pré-produção restringiu-se ao processo de planejamento e aplicação das rodas de conversas com as assentadas, nas quais desenvolvi um momento pedagógico acerca do conceito de Memória, Identidades, Feminismo Camponês Popular e Educação.

Nesse processo foi possível estabelecer uma relação de proximidade e acolher as mulheres interessadas em participar da pesquisa, recolhendo o contato dessas. Além disso, foi nesse percurso que escolhi os equipamentos[1] necessários para a realização das entrevistas, como também elaborei o roteiro semiestruturado e editei as documentações necessárias para conceção do uso de áudio e imagens.

A etapa de produção correspondeu às entrevistas gravadas em formato de áudio, exigindo um deslocamento para a casa de cada entrevistada, em seu respectivo assentamento. Como as entrevistas são apresentadas no museu virtual na íntegra — havendo apenas a subtração da voz da entrevistadora —, não houve uma transcrição completa de todas entrevistas realizadas, sendo apresentadas aqui a análise aprofundada apenas das quatro entrevistas que inauguram o museu.

A pós-produção consistiu na edição de áudio, tendo que minimizar as interferências sonoras entre as vozes das entrevistadas. Esse foi o momento mais demorado, pois, além das repetições, exigiu um aprendizado da utilização dos mecanismos de edição de áudio e tratamento de som. Em seguida, também como pós-produção, houve a construção do *site*[2] como espaço virtual de acervo do material já editado para divulgação ao público.

No processo de edição optei apenas em subtrair elementos desnecessários ao tema da pesquisa, o que significa dizer que todas falas das entrevistadas, ainda que passando por

[1] As entrevistas foram gravadas com um microfone de lapela simples conectado ao celular.

[2] O *site* a ser acessado é: **https://www.vozes-que-ecoam.com/**. Em sua versão inicial, o acesso através do computador é preferível, mas também pode ser acessado por celular. Na aba "entrevistas" será possível ter acesso às quatro entrevistas inaugurais em seu formato final.

processo mecânico de edição — regularização do volume da voz, exclusão de ruídos — seguem concernentes ao sentido que foram ditos no processo da entrevista.

O *site* desenvolvido, tal como ilustrado a seguir, apresenta suas características básicas: 1. Página inicial com texto introdutório descrevendo seu conteúdo, sua história, gravuras relacionadas à pesquisa e apresentação da pesquisadora; 2. Página secundária contendo as quatro entrevistas inaugurais, com identificação de cada assentada e seu respectivo assentamento; 3. Página de galeria com fotografias referente às atividades desenvolvidas entre as assentadas; 4. Página com indicações de leituras, *sites* e projetos relacionados ao tema.

ILUSTRAÇÃO 1 — Faixa de opções do museu virtual

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Cabe ressaltar que todo o material está sendo produzido exclusivamente pela pesquisadora, sem nenhum financiamento público e/ou privado — além do investimento financeiro da própria. Desta forma, apresento um material que considero amador no quesito técnico, todavia, com conteúdo significativo.

O primeiro capítulo desse texto apresenta o tema, justificativa, objetivos e referenciais teórico-metodológicos da pesquisa atrelados a história de vida da pesquisadora. O segundo capítulo, de caráter mais pontual, contém a descrição das rodas de conversa que permitiram a aproximação com as mulheres assentadas, enquanto, o terceiro, aponta alguns elementos acerca das entrevistas realizadas, com enfoque analítico em quatro histórias de vida que inauguram o museu virtual.

Nesse sentido, as próximas linhas desse trabalho apresentam um relatório descritivo da construção do produto pedagógico, estando aberto a sugestões quanto ao seu formato e aos pontos essenciais de análise sobre o mesmo. Diante do entendimento de que o produto seja o cerne da pesquisa, optei por expor quatro entrevistadas de modo a inaugurar o museu virtual e introduzir questionamentos e análises que não se findarão na conclusão deste trabalho.

2 RAÍZES: SEMENTES QUE GERMINAM PELA FERTILIDADE DA TERRA

> "Sabia pouco, mas pelo menos sabia isto: que ninguém fala pelos outros. Que mesmo que queiramos contar história alheias, terminamos sempre contando nossa própria história."
> (Zambra, 2014, p. 99)

Não caibo nessas páginas, mas ouso fazer o registro de mim como quem almeja fazer sentido a mais alguém. Ainda que eu sempre tenha gostado de escrever por paixão à poesia, a tentativa de me apresentar por tal meio formal me parece sempre um remendo tolhido de algo muito maior. Embora eu saiba algo de mim, agora, com sequelas da COVID-19, a memória e raciocínio limitados cumprem o necessário para que eu possa minimamente me identificar.

Me chamo Jamile Stephane dos Santos Souza, tenho 28 anos e, entre o trabalho de lecionar História para estudantes de Ensino Médio da rede pública da Bahia, me empenho, dentro do transcurso deste mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER/UFSB – Campus Paule Freire) em produzir pesquisa científica no Brasil, país acometido pela insistente e covarde escória negacionista.

Minha história começa em 1995. Nasci em Teixeira de Freitas[3], cidade do extremo sul baiano. Filha caçula de painho e filha única de mainha. Apesar de ser fruto de um segundo arranjo matrimonial de meu pai, vivi e cresci na presença de uma irmã e irmão mais velhos. Ironicamente, distante de minhas orientações atuais, cresci em uma família comum de estrutura heteronormativa e de base moral cristã. Passei infância, adolescência e início da vida adulta na mesma casa, e, por tal motivo, aprendi — entre o tédio e curiosidade — a observar as permanências e rupturas de um mesmo cenário, como quem já acenasse para o ofício da pesquisa historiográfica.

Enquanto meu endereço seguia o mesmo, eu mudara de aparência, de escolas, de paixões e gostos musicais. Permaneci durante 24 anos possuindo o mesmo CEP[4], todavia, cada movimento de saída e regresso para casa significara uma transformação e o desenvolvimento de uma nova versão de mim. Aquariana que sou, nunca correspondi a espaço-tempo algum,

[3] Teixeira de Freitas é um município localizado no extremo sul da Bahia, distante 854 km de Salvador. Sua população estimada para 2021, conforme o IBGE, de 164.290 habitantes. Possuindo no último censo (2010), um número populacional de 138.341 pessoas.

[4] No período inicial da pesquisa, entre os anos de 2019 e 2022 eu ainda habitava a cidade de Mucuri, também localizada no extremo sul da Bahia. Em 2023 retornei para Teixeira de Freitas, sendo removida da escola do campo, mas seguindo como professora da rede pública.

ainda que tentasse e ainda tente compreender e integrar algumas categorias. A curiosidade impulsiona minha leitura de mundo.

Entre tantos recortes sociais que me atravessam, hoje me reconheço enquanto mulher cis, negra (de pele clara), bissexual lesbocentrada, teixeirense e oriunda da classe trabalhadora. Sou professora de História, feminista, anticapitalista, luto pelas pautas antirracistas, decoloniais e do movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais e demais variações de sexualidade e gênero). Sou aprendiz em progressão nos caminhos acadêmicos — e mestra poliglota em mesa de boteco —. Entre esses tantos recortes sociais, me alinhavo na resistência em junção aos meus pares.

Meu pai, capixaba de Conceição da Barra[5], homem preto, narra sobre uma ancestralidade vinda do norte baiano: "A minha família é toda negra, alguns mais escuros que eu. Todos foram saindo da parte da seca [referindo-se ao sertão baiano] em busca de trabalho. Eu tenho tio que eu não conheci porque tiveram que dividir as crianças para não passar fome. Pensa aí você ter que dar seus filhos para alguém estranho para eles não morrerem de fome?!". Volta e meia essa memória é acionada em nossas conversas sobre família e ancestralidade. Quando conversa sobre a "parentada" vinda do sertão baiano, painho gosta de imaginar que talvez tenhamos parentesco com resistentes do cangaço e/ou quilombolas. Compartilho do mesmo imaginário, afinal, seguimos em busca de uma vida digna.

Mainha, baiana, nascida no meio rural de Itanhém[6], pouco fala sobre uma ancestralidade a partir de um aspecto étnico-racial. Pele clara demais para se reconhecer como negra, pele escura demais para se reconhecer como branca. Filha de mãe branca e pai preto oriundos de Minas Gerais, mainha nunca proferiu enfaticamente sobre sua identificação étnico-racial, mas muito conta sobre sua vivência na roça. Trabalhara desde novinha. Em casa e na terra. "Nunca foi fácil. Eram onze irmãos, todo mundo tinha que ajudar. Eu lavava, eu trabalhava com enxada, eu plantava, eu cozinhava, eu fazia farinha. Quando eu vim pra Teixeira eu já vim grande, não tive oportunidade de estudar mais. Parei na quarta série. Aí eu tinha que trabalhar." Essas são suas memórias quando conversamos sobre infância e família.

A história de painho e mainha se assemelha a de muitos de sua geração de classe trabalhadora. Uma memória de infância e adolescência intercalada pelo trabalho. Estudaram

[5] Conceição da Barra é um município litorâneo localizado no nordeste do Espírito Santo. Sua população, conforme o IBGE, fora estimada para 2021 em 31.479 pessoas. Em 2010, no último censo, registrou-se o total de 28.449 habitantes.

[6] Itanhém é um município localizado no extremo sul baiano. Sua população, conforme o IBGE, fora estimada para 2021 em 19.231 pessoas. Em 2010, no último censo, registrou-se 20.216 habitantes. Itanhém é marcado socioeconomicamente pela criação de gado.

apenas até a quarta série do Ensino Fundamental porque na urgência de sobreviver, trabalhar, quando não única, lhes fora a principal opção. E tal como muitos da classe trabalhadora, a oportunidade de estudo que lhes faltara, direcionaram aos seus filhos. A oportunidade do filho do pobre é orientada pelos estudos, e nessa perspectiva, eu sempre fui instruída para conseguir uma realidade diferente da vida de "trabalho duro" narrada pelos dois.

Apesar de ser a filha caçula, fui a primeira dos três filhos a obter uma graduação. Meu irmão mais velho foi tentar uma oportunidade melhor fora do país. Minha irmã, filha do meio, hoje segue na licenciatura após a suspensão nos estudos ocasiona por uma maternidade juvenil. Suely Alves dos Santos, minha mainha, hoje segue trabalhando como feirante. Aristeu de Jesus Souza, meu painho, acometido de um infarto, aposentou-se aos 45 anos depois de uma longa jornada enquanto operador de grua para indústrias de celulose[7] da região.

"O peso da caneta é mais leve que o da enxada" fora a frase que eu sempre ouvia de ambos. A caneta que seguro foi oportunizada pelas mãos calejadas de meus progenitores. Nunca foi sorte ou mérito, sempre foi empenho. Sempre foi a tentativa de (r)existir diante das condições materiais que a estrutura capitalista nos impõe. Compreendo que todas minhas conquistas foram resultado de uma luta coletiva anterior à minha existência. Me percebo como semente que germinara diante das condições de fertilidade da terra arada pelos meus pais.

Hoje, consciente do trajeto que meus ancestrais percorreram para que eu ocupasse este espaço, sigo como pesquisadora e professora por acreditar que a educação seja um terreno poderoso para plantar sementes de possíveis revoluções. A Educação acolheu minhas inquietações sobre a realidade, e a partir dela, como meio e como fim, me desenvolvo como agente de mudanças nessa sociedade tão desigual.

2.1 O CONHECIMENTO COMO AFETO E PODER: TRAJETÓRIA ESCOLAR

"Quando se nasce pobre, ser estudioso é o
maior ato de rebeldia contra o sistema."
(Autoria desconhecida)

Sob intenso incentivo familiar, a escola se tornou um espaço íntimo para mim logo nos primeiros anos de vida. Fui introduzida à educação escolar aos três anos de idade, por tal razão sempre fui a "caçula" em todas as classes nas quais estudei até a graduação. Eu sempre gostei

[7] A região do extremo sul baiano é marcada por tensões da monocultura do eucalipto. Para saber mais, ver: KOOPMANS, José. ALÉM DO EUCALIPTO: O PAPEL DO EXTREMO SUL. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 222, p. 45-58, jun. 2016. ISSN 2447-861X. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/180. Acesso em: 09 nov. 2021.

de estudar. Desde muito jovem construí um vínculo afetivo muito forte com o ato de aprender. Demonstrar minha capacidade de descobrir o mundo talvez tenha sido minha primeira forma de experimentar meu significado sobre ele e para aqueles ao meu redor.

Desde muito pequena eu gostava de ler, tinha dezenas de revistas em quadrinhos e me refugiava na coleção de livros da série vagalume de uma prima. Me recordo de ler os livros didáticos dos meus irmãos enquanto os adultos assistiam ao jornal. Em uma infância sem internet, os livros sempre foram um refúgio — ou do tédio ou da realidade.

De tanto ler, comecei a escrever. Me recordo de ganhar um diário aos seis anos de idade para processar a perda de uma tia próxima, e desde então sigo exprimindo meus pensamentos mais íntimos em textos de estilos diversos (com preferência em prosa). Comecei com uma escrita de estilo simples e realista, passei por uma profunda fase adolescente clichê de romances platônicos e cá sigo entre cartas de amor, artigos, projetos científicos, resenhas e planejamentos de aula.

Passei por quatro diferentes escolas[8], das quais três eram públicas. A última e talvez mais importante em minha trajetória pessoal foi o Centro Educacional Machado de Assis[9] (CEMAS), na qual fiquei do sétimo ano do Ensino Fundamental até os anos finais do Ensino Médio. Nessa pude conhecer meus melhores amigos e professores excelentes. Ali vivenciei momentos extremamente construtivos, em variadas dimensões.

Além da escola, mainha e painho sempre nos incentivaram a fazer cursos diversos. Me recordo de mainha chegando da feira com um folheto em mãos me perguntando se eu tinha interesse, e quando eu aceitava, ela dizia algo como “eu vou pagar, mas você não pode ir mal na escola!” — o que para outras crianças poderia tratar-se de castigo, para mim simbolizava recompensa. Nessa de investir em mim, passei por alguns cursos de informática básica e com 13 anos eu estava a aprender três outros idiomas (inglês, espanhol e italiano)[10].

No CEMAS eu pude vivenciar múltiplas experiências, participei desde grêmio estudantil a grupo teatral[11]. Essas foram duas influências importantes no meu interesse por política e minha imensa paixão em saber sobre culturas diversas. No grupo teatral eu fui mil e

[8] Escola Shalom (pré-escola e primeiro ano, antiga “alfabetização”); Escola Municipal Filhos de Sião (do segundo ao quinto ano); Escola Municipal Gessé Inácio do Nascimento (sexto ano).

[9] Nos anos que lá estudei, este colégio chamava-se Centro Educacional Timóteo Alves de Brito (CETAB), nome de um ex-prefeito da cidade. Por conta da Lei 6.454 de 24 de outubro de 1977, que proíbe em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, a escola recebera em 2013 nova titulação escolhida pela comunidade escolar através de votação.

[10] Havia uma professora holandesa chamada Suely (*in memorian)* que dava aulas de idiomas de forma voluntária no espaço Instituto Francisco de Assis (IFA). O curso era gratuito, dessa forma, estudei por lá durante três anos.

[11] Em 2009 interpretei a Vaca Mocha da obra “O gato malhado e a Andorinha Sinhá” de Jorge Amado. Foi o maior projeto teatral que participei no processo escolar.

uma personagens. Bem como no mundo da leitura, o teatro me abriu as portas da imaginação. Eu amava poder ser tudo aquilo que não era. O conhecimento sempre alimentou-me de afeto e poder.

Me despertei para História no Ensino Médio, de forma específica, nas aulas sobre Segunda Guerra Mundial. Me recordo de estabelecê-la como meu componente curricular preferido, mas não por um encantamento, e sim pelo tanto que me intrigava e me revoltava a cada nova revelação em sala de aula. A História me seduziu através do incômodo.

Confesso que meu plano inicial não era fazer graduação de licenciatura em História. Na época de vestibulanda, meu objetivo, conciliando minha habilidade com a escrita e meu contentamento em conhecer culturas diversas, era de graduar-me em jornalismo. No entanto, as condições geográficas oportunizadas me direcionaram a tentar o vestibular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus X) em 2011. Ingressei no curso de História no ano seguinte, e cá sigo imensamente fascinada por essa área de estudo.

2.2 O DESABROCHAR DA MILITÂNCIA

> "Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes."
> (Gramsci, 2020, p.33)

O curso de licenciatura em História na UNEB/Campus X foi uma revolução em mim. Foi durante o processo da graduação que experimentei uma relação profunda de compreensão e reconhecimento sobre minhas múltiplas identidades. O que culminou, em 2012, na declaração consciente sobre minha sexualidade para amigos e familiares e, em 2014, em um processo de valorização dos meus traços negros, retornando a cultivar meus cachos a partir de uma transição capilar.

Paulatinamente fui reconhecendo e afirmando meu pertencimento étnico-racial. Eu que recusava-me a aceitar as cotas, por ignorância, tornei-me defensora consciente do contexto que demanda sua existência. Durante os cinco anos de graduação (2012-2017), ao tempo que lia o mundo, entendia um pouco mais sobre minhas composições sociais, o que conduziu-me a participar com maior criticidade dos processos pessoais e sociopolíticos a mim embrincados.

Durante todo o processo da minha formação acadêmica realizei pesquisas e atividades referentes às relações de gênero e sexualidades, isso porque, ao final do ano de 2012 — fase do meu segundo semestre de curso — comecei a participar do grupo de pesquisa intitulado "Ecos: Sexualidades, Gênero, Mulheres e Memórias", coordenado pela professora mestra Ediane

Lopes de Santana, e nesse tive o primeiro contato com bibliografias feministas acerca das relações de gênero e sexualidades (tais como Michelle Perrot, Mary del Priory, Simone de Beauvoir e Michel Foucault).

Ao reconhecer-me enquanto feminista e identificar-me com estudos sobre relações de poder, direcionei minhas atividades à perspectiva teórica-metodológica interseccional, conduzindo minhas pesquisas e práticas às questões de gênero, raça e classe (referenciando-me em autores como Joan Scott, Angela Davis, bell hooks, Paulo Freire, Heleieth Saffioti e Antônio Gramsci).

No trabalho de conclusão de curso da graduação, analisei o grupo Dzi Croquettes[12] — corpos não cisheteronormativos — no processo de ditadura civil-militar brasileira, fato esse que me concedeu alicerce teórico introdutório para questionar como as diferentes instituições se comportam em relação aos sujeitos vistos como "dissidentes" (delimitando-me a discutir LGBTQIA+, mulheres e feminismos contra-hegemônicos).

Assim, ao deleitar-me em discutir Educação e Ensino de História em atividades curriculares comuns do curso[13], bem como no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do qual fui bolsista (2012-2015), promovi e participei, dentro das escolas públicas nas quais atuei, de debates com temas correlacionados à diversidade sexual, feminismo negro e marxista, violência contra a mulher, mulheres na política, representatividade negra, negritude, racismo e interseccionalidades.

Em complemento às minhas atuações nos espaços educacionais, entre estágios e PIBID, dediquei-me aos estudos desse mesmo segmento teórico. Assim sendo, ao participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual fui bolsista (2015-2016), realizei uma pesquisa, orientada pelo professor doutor Jonathan Mollar, acerca do processo de redemocratização e de liberdade sexual no país através da análise do *rock and roll* brasileiro da década de 1980.

Além dessas produções científicas e ações pedagógicas, atuei no Movimento Estudantil e estive como Diretora de Comunicação (2013-2015) e Diretora de Gênero e Sexualidade (2016-2017) no Diretório Acadêmico de História (DAH)[14] da UNEB/Campus X,

[12] Trabalho de conclusão de curso intitulado **Entre cassetetes e purpurinas: o Dzi Croquettes no contexto da Ditadura civil-militar no Brasil (1970)**, orientado pela professora mestra Ediane Lopes de Santana.

[13] Em 2013, como requisito do componente curricular Laboratório de História III (ministrado pela professora Gislaine Romana Carvalho da Silva), tive a oportunidade de roteirizar e dirigir um curta-metragem intitulado **Pobres mentes nobres,** cujo objetivo é de ser um material didático para aulas de história sobre a Idade Moderna.

[14] Foi oportunizado pelo DAH o ingresso na Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH), participando do Encontro Nacional de Estudantes de História (ENEH), nas edições de 2014 (realizado na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza) e de 2015 (realizado na Universidade Federal Rural do Rio de

desenvolvendo ações e intervenções sociopolíticas — oficinas, panfletagem, roda de conversa, intervenção teatral — relacionadas às pautas feministas, antirracistas e do movimento LGBTQIA+ dentro do espaço universitário. Em 2016, como ápice de minha trajetória de luta estudantil, participei, no campus X da UNEB, do histórico processo de ocupação de 56 dias contra os ataques à educação pública ocorrido no (des)governo Temer.

Habitando em Teixeira de Freitas, participei do Coletivo Feminista "Não me dê Flores"(2015-2016), desenvolvendo atividades de formação e debates com colegas da UNEB, UFSB e estudantes secundaristas. Também participei do Coletivo Feminista "Eu Defendo as Mina"(2015-2017) que surgiu na UNEB-Campus X como retaliação aos casos de assédio ocorridos no campus.

Em 2018 ingressei no curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação ofertado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no formato semipresencial. Como resultado de sua conclusão, no período de 2019/2020 desenvolvi um projeto de intervenção intitulado "Semeando feminismo: a instrumentalização de um Coletivo Feminista entre estudantes da Educação do Campo", cujo objetivo foi o de promover uma instrumentalização teórica-educacional introdutória que possibilitasse a construção de um Coletivo Feminista entre as estudantes da escola na qual leciono. Nesse processo tive a oportunidade de aprimorar meu conhecimento acerca dos debates de gênero e desenvolver estratégias pedagógicas para poder inseri-las com segurança e propriedade na sala de aula.

Em março de 2021, depois de um tenso processo de seleção, passei a integrar o Programa de Pós-Graduação em Ensino das Relações Étnico-Raciais da UFSB, no Campus Paulo Freire. As experiências vividas durantes as aulas do mestrado foram de imensa relevância em meu percurso pessoal e intelecctual, contrastando com meu anterior alicerce teórico eurocentrado, isto porque fui apresentada a um conjunto de teóricos e teóricas negras e decoloniais antes não vistos na graduação.

Considerar a educação a partir da diferença significa tentar subverter as predominâncias, recusar-se a perpetuar os padrões e desvincular-se dos substantivos, artigos e sujeitos dominantes. Para além da branquitude de homens cisheteronormativos, há uma infinitude de identidades a serem observadas, compreendidas e contempladas. Tal como recorda Sandra Petit (2019, p.149), é um absurdo que diante da amplitude e diversidade cultural do planeta, naturalizemos as usuais referências teóricas e práticas exercidas apenas por pessoas brancas de uma região específica do mundo.

Janeiro, em Seropédica). Também participei da edição de 2015 do Encontro Regional de Estudantes de História (EREH/Norte e Nordeste), realizado na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís.

À medida que se pensa a relevância sócio-histórica da difusão intelectual negra como tentativa de subverter as condições da realidade, tal como proporcionado pelo PPGER, compreende-se também que enaltecer a história de mulheres negras, comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas, assentados, entre outros, seja um processo de educar para e pela liberdade, interseccionando múltiplas identidades bem como outras possibilidades pedagógicas.

Paralelamente aos estudos realizados no mestrado, em março de 2021 iniciei um curso de formação em "Tecnologia social da memória", ministrado pela professora mestra Priscila Santos da Glória. O curso, realizado em colaboração com o Laboratório Virtual do curso de História da UNEB-Campus X e com o Museu da Pessoa, teve duração de cinco meses. Nesse foi possível desenvolver conceitos sobre: Memória, História oral, História de vida e Patrimônio; conceitos e debates essenciais para a substancialização da minha pesquisa.

Além das aulas, cursos, orientações e processos de estudos individuais, entre os meses de agosto a outubro de 2021 — juntamente às colegas Samara Silva, Maria José Santiago e Lívia Ferreira — organizei o IV Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais do PPGER com o tema "Travessias na Educação: entre desafios e possibilidades transgressoras". Esse seminário ocorreu nos dias 20, 21 e 22 de outubro tendo uma programação diversificada (entre mesas, simpósios temáticos, minicursos e palestras) distribuída pelos três turnos.

A experiência de organizar um evento de tal dimensão, apesar de exaustiva, foi extremamente enriquecedora. Isso porque, diante de tantos empecilhos para produzir e divulgar ciência no Brasil de 2021, oportunizar um espaço de debates, ainda que no formato virtual, significou garantir a partilha do conhecimento científico, atendendo e almejando alcançar diversos setores da sociedade — tendo a participação de secundaristas, mestres, doutores, bem como importantes personagens da educação popular, a exemplo da mestra Aurinda do prato.

O processo científico se fortalece à medida em que alcança outros lugares e outros sujeitos, a fim de ser criticado, dialogado, reelaborado e aprimorado. Esse ciclo de abstração, diálogo, produção e divulgação é um caminho pelo qual me movimento. Um verdadeiro percurso que não cabe no *lattes.*

2.3 REDESCOBRINDO A EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Desde 2019, sou professora na educação básica da rede pública de ensino do estado da Bahia. Trabalhei, entre os anos de 2019 e 2022, em uma escola do Campo (Colégio Estadual Alcides Afonso de Souza - Assentamento Paulo Freire/Mucuri-BA), e, a partir disso, direcionei minhas experiências políticas e acadêmicas para o universo campesino e do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tecendo análises das relações étnico-raciais, de gênero e classe.

Mesmo retornando para Teixeira de Freitas, sigo realizando estudos e atividades concernentes à minha trajetória política em parceria com dirigentes do setor de Educação do Campo do MST local, palestrando e desenvolvendo rodas de conversa com jovens assentados. Utiliza-se aqui a denominação "Educação do Campo" entendendo que essa diferencia-se da concepção de Educação Rural ou "no" Campo, uma vez que a primeira, tal como é exposto por Caldart (2008, p.71) resulta da mobilização de movimentos sociais por uma política educacional que atenda a identidade campesina, devendo também ser desenvolvida sempre na tríade: Campo, Política Pública e Educação.

Apesar de ter estado naquele contexto em tão pouco tempo, quando me encontro na vivência da Educação do Campo permito-me desfrutá-la em correspondência a ideia de experiência exposta por Larossa (2011), como "aquilo que me passa". E essa experiência que me passa, afeta-me em um sentido de almejar, a partir dela, afetar a tantas outras pessoas.

Na pouca experiência que tenho nesse processo, tenho refletido como o chão da escola do campo é um quilométrico chão sem asfalto. Isso significa dizer que, ao tempo que percebe-se o comum distanciamento do aparelho estatal em escolas públicas da zona urbana, no espaço da zona rural, o descaso com a educação pública se soma à negligência de outras tantas políticas públicas, com ênfase no direito ao transporte desses estudantes, que é constantemente suspenso.

Além do incômodo com a precarização estrutural desse espaço escolar, a realidade campesina desordenou-me ao avesso quando exigiu de mim, recém graduada, elementos metodológicos e didáticos que a universidade, ainda que extremamente qualificada, não me fornecera. O tempo, a linguagem e as perspectivas de ensino-aprendizagem tiveram que ser adaptados e redefinidos.

Encontrei-me desnuda de alicerces pedagógicos básicos, obrigada a reaprender concomitantemente ao processo de ensinar. Alinhada às múltiplas reflexões realizadas no mestrado sobre uma educação decolonial, a prática educacional na realidade campesina exigiu-me a desapegar de certas vaidades intelectuais e a abraçar a potencialidade dos desafios de adentrar em um universo diferente. Nesse sentido, reconheço que nesse pouco tempo eu tenha aprendido muito mais do que ensinado.

Educar para e pela liberdade requer educar para e pela diferença, entendendo a diferença como substância da coletividade, não como justificativa para a criação de hierarquias e subalternizações. Em outras palavras:

> A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. (Hooks, 2013, p. 25).

Assim sendo, na medida em que essa educação buscar emancipar e libertar as mentes e corpos daqueles que foram historicamente oprimidos e explorados; sendo desenvolvida de forma horizontal, que envolva os mais diversos sujeitos e se direcione para a cultura popular, não para cultura elitizada, essa poderá de fato ser caracterizada como transgressora. Educar nesse contexto requer a compreensão da realidade como elemento a ser transformado.

A licenciatura, que não me apareceu como primeira opção, se apresenta hoje como uma possibilidade de conciliar todos os elementos que me constituem enquanto ser humano. O contentamento em produzir e compartilhar conhecimento, o prazer pela escrita e pesquisa e a ambição política por transformação social se alinhavam em uma mesma direção. Em concordância com Paulo Freire (1997), acredito que "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.".

Todavia, sem a necessidade e pretensão de romantizar o *labor* e as implicações da atuação docente no Brasil, ao reconhecer que lecionar requer amor, identifico também que essa relação de amor se concretize apenas com ações conscientes, coletivas e contínuas.

A Educação para e pela liberdade demanda a e percepção da necessidade e vontade da mudança. Uma ação dialética. Um movimento de consciência de si, de consciência de mundo, das relações humanas e dos poderes a estas inerentes, como também aos desafios e possibilidades produzidas por essa pluralidade.

Dessa forma, a Educação do Campo foi aquilo que "me passou". Um estalo! Esse espaço me afetou de modo com que eu repensasse não somente os meios e as ferramentas de trabalho, mas, primordialmente, seus sentidos e os sujeitos envolvidos. Ao retornar para Teixeira de Freitas, e agora, em 2023, já lecionando no Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa, carrego comigo toda grandiosidade apreendida com a comunidade assentada de Mucuri.

2.4 PELAS MULHERES QUE NÃO ME RECORDO: HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA

"A gente combinamos de não morrer."
(Evaristo, 2014, p.99)

Ainda que minha história comece em 1995, compreendo que eu seja a continuidade de mulheres que ousaram ser e fazer além daquilo que lhes fora obrigado. Sou o resultado da luta de mulheres que talvez tenham sido lançadas ao esquecimento. Nada sei das mulheres que me antecederam para além da geração de minhas bisavós. Não sei como se pareciam. Não há fotos, cartas ou documentos. Não há registros. Elas não estão nos livros, nos filmes, tampouco nos álbuns fotográficos da família. Elas não eram monarcas, tampouco sei se eram subversivas armadas. No entanto, isso não impede que essas tenham deixado seu legado.

Quiçá eu seja o eco daquilo que tecnologia alguma pudera ter captado de meus ancestrais. E na medida em que faço História, como gente e como pesquisadora, busco disputar memórias. Antes de se constituir enquanto um trabalho científico e político, este emerge por elementos existenciais desta que o produz. Em um período em que o luto se impera, reivindico a história e memória como instrumentos legítimos da permanência dos que se foram e dos tantos e tantas que aqui seguem. A História seguirá colonial enquanto tornarmos opressores recordações inolvidáveis. Assim, produzo em sentido oposto ao estabelecido pelo *status quo*.

A projeção dessa pesquisa resultou de um *insight* dos tempos de graduação quando integrei o grupo de pesquisa sobre questões de gênero. Me lembro que este era um anseio da minha orientadora Ediane Lopes. Em 2013, diante de sua experiência com documentação, ela propunha o desenvolvimento de um acervo fonográfico com as pesquisas desenvolvidas com mulheres a partir da História Oral. Todavia, por fatores diversos, o projeto não se concretizou. Ao tempo de maturar uma proposta para submeter à inscrição desse programa, imaginei que poderia direcionar essa proposta para o contexto das mulheres campesinas das quais pesquiso.

Por muito tempo a metodologia da História Oral apareceu para mim como um desafio. Isto porque, além das necessárias leituras teóricas e metodológicas que a sustentem como instrumento legítimo de se fazer uma pesquisa científica, a História Oral exige um grau de extroversão mínima daquele que se propõe a executá-la. Nesse sentido, amadurecer como pesquisadora significou identificar qual metodologia caberia para atender os objetivos de minhas pesquisas, bem como minha capacidade em torná-la exequível. Dessa forma, ao deparar-me pesquisando mulheres assentadas, direcionei meu esforço ao uso dessa metodologia por compreender que essa se apresenta mais adequada para os objetivos a serem alcançados.

3 VOZES QUE ECOAM: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA

3.1 INTRODUÇÃO

A oportunidade dessa pesquisa surgiu em 2019, quando, como professora de História, integrei o grupo dos primeiros professores concursados no Colégio Estadual Alcides Afonso de Souza, localizado no assentamento Paulo Freire/Mucuri-BA. Uma vez comprometida com a educação em sua totalidade, para além do cumprimento do currículo oficial, durante 2019 a 2020 desenvolvi um projeto de intervenção de caráter feminista em âmbito escolar.

Essa escola do campo existe desde 2009[15] e, até 2022 — último ano de minha atuação na escola —, atendia a aproximadamente 60 estudantes do Ensino Médio, no turno matutino e noturno, na modalidade regular. Situada a aproximadamente 20 km de distância do município sede, a escola recebe também estudantes que habitam em assentamentos vizinhos — Zumbi dos Palmares, Quilombo I (popularmente chamado de Jequitibá) e Quilombo II (popularmente chamado de Lagoa Bonita)[16].

À vista disso, diante da possibilidade de prosseguir com ações de cunho educacional relacionando-as à minha condição de mulher, negra, feminista e anticapitalista, direciono meu olhar de pesquisadora e educadora para a comunidade à qual a escola na qual trabalho está inserida: a comunidade de assentados na cidade de Mucuri-BA.

O assentamento Paulo Freire (oficializado[17] desde 1998) integra, em conjunto com os assentamentos Quilombo I e Quilombo II (oficializados desde 2005), a Brigada Aloísio Alexandre, que completa sua composição com o acampamento[18] Avaci Silva, localizado no município de Ibirapuã-BA[19] e o mais novo acampamento Jucelino Farias localizado em Mucuri, que surgiu nas recentes disputas com a Suzano, no início de 2023.

---

[15] Este colégio funcionou na modalidade integral entre 2014 a 2019, atendendo o Ensino Fundamental II e Ensino médio, contemplando a aproximadamente 60 estudantes (no ano de 2021).

[16] No decorrer do texto, os assentamentos Quilombo I e II serão apresentados pelos seus nomes populares, Jequitibá e Lagoa Bonita.

[17] O marco temporal de "oficializado" aqui está relacionado ao período no qual esses assentamentos receberam termo de posse, pois compreende-se que o processo de luta pela terra, além de duradouro, antecede e resulta nessa oficialização.

[18] O acampamento é a fase embrionária no processo de formação de um assentamento do MST, o chamado "pré-assentamento". Nesta fase, as moradias se constituem em simples "barracos de lona", desta forma, a ocupação da terra e efetiva participação dos assentados ocorre após um longo processo de debate político coletivo.

[19] Ibirapuã é uma cidade localizada no extremo sul baiano. Esta localiza-se aproximadamente 100 km de distância de Mucuri.

Uma vez que estes assentamentos estão inseridos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as realidades compartilhadas em âmbito escolar não se delimitam a narrativas de experiências campesinas comuns, mas, as narrativas atreladas a intensos conflitos na terra e pela terra.

A história de Mucuri está estritamente ligada ao processo de colonização do Brasil ainda no século XVI, tendo sua fundação oficializada apenas no final do século XVIII, em 1769. Sua economia, que sempre girou em torno da extração de madeira, cultivo de cana-de-açúcar, pecuária e comércio local, recebeu a introdução, a partir da década de 1990, da instalação de uma indústria de celulose (atual Suzano[20]), permanecendo até os dias atuais.

O cenário apresentado em Mucuri é de um território quase totalmente coberto pela monocultura do eucalipto, havendo, dessa forma, uma visível dependência econômica em torno dessa indústria, cuja alternância trata-se do pequeno comércio local abastecido pelo movimento turístico. Isto posto, projetar uma pesquisa de ensino que contemple as relações étnico-raciais nesse contexto, exige uma atenção para essas macro relações, compreendendo como as mesmas refletem nas micro, e como ambas se retroalimentam.

O MST, fundado em 1984, nasceu da necessidade de lidar com a concentração de terras e a desigualdade no acesso à terra no Brasil. Com uma abordagem baseada na ocupação de terras improdutivas, o movimento busca tanto fornecer moradia e subsistência para famílias rurais marginalizadas quanto pressionar o governo a implementar políticas de reforma agrária mais abrangentes.

Nesse sentido, percebe-se que a luta pela terra está associada a um entendimento macro relacionado ao sistema capitalista e ao histórico do agronegócio no Brasil, no qual os interesses desenvolvidos pelos assentados de Mucuri convergem à existência e hegemonia econômica da Suzano neste local. Enquanto a luta na terra, além de significar como essas pessoas assentadas vão se constituindo individualmente e politicamente, desenvolvendo estratégias de sobrevivência, implica também nas relações sociais cotidianas imersas em uma rede de poder.

Uma vez observado o contexto cultural e socioeconômico dos estudantes do Colégio Estadual Alcides Afonso de Souza e da comunidade de assentados local, identificou-se que, embora estes estejam imersos em um Movimento Social que almeja transformações, tal como é o MST, as relações de poder e do cotidiano seguem imersas na lógica de reprodução do

[20] Ao longo de sua história, a Suzano foi incorporando outras indústrias de celulose. Hoje é a maior produtora mundial de celulose de eucalipto. Para saber mais, ver: SUZANO. **História**. Suzano, 2021. Disponível em: https://www.suzano.com.br/a-suzano/historia/. Acesso em: 20 de junho de 2021.

machismo, do racismo, da cisheteronormatividade[21] e de demais variantes de discursos e ações discriminatórias e opressoras.

Bem como é apontado pela escritora negra, bell hooks (2019, p.25): “a conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido.”. Nesse sentido, em concordância com ela e reproduzindo suas palavras:

> Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas. (Hooks, 2019, p.13)

Dessa forma, minha proposta de tema de pesquisa é sobre as memórias e narrativas de mulheres assentadas na cidade de Mucuri-BA. Uma vez que o problema se apresenta a partir da percepção de que embora haja uma diversidade de identidades entre as mulheres que compõem esses assentamentos — com ênfase na diversidade étnico-racial, visto que essas são majoritariamente negras, indígenas e até mesmo remanescentes quilombolas —, não há um reconhecimento significativo e uma afirmação dessas identidades.

Ao reconhecer que "o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo" (Pollak, 1989, p.10), reivindicar a memória e narrativa dessas mulheres pode significar compreender e corroborar para o preenchimento de lacunas no âmbito simbólico e social.

O trabalho local para se fortalecer a aceitação da cultura campesina apresenta-se desassociado dos marcadores sociais de gênero, raça e classe. À vista disso, o questionamento que se formou é: “Por que mesmo sendo protagonistas determinantes das atividades campesinas cotidianas na terra e na luta popular pela terra há uma subvalorização e, por vezes, um desprestígio acerca das múltiplas identidades das mulheres assentadas no município de Mucuri?”.

---

[21] Pessoas **cisheteronormativas** seguem o padrão de identidade **cisgênero** e a orientação **heterossexual**, além de exibirem uma performance de gênero associada ao seu órgão sexual. Ao usarmos o termo cisgênero estamos nos referimos ao indivíduo que, em seu nascimento, foi categorizado com determinado sexo, macho ou fêmea, e, ao crescer, passa de fato a se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu. A “sexualização do gênero” convencionada socialmente determina que existe apenas homens (sexo masculino) e mulheres (sexo feminino), no entanto, as diversas identidades de gênero existentes, além de extrapolarem com esse binarismo imposto, rompem com o determinismo biológico, transgredindo a estrutura fixada pelo sistema. Para compreender melhor, ler: COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

Essas contradições podem ser facilmente identificadas a partir de observações do cotidiano em que há uma propagação do discurso que desvaloriza o fenótipo dessas mulheres, havendo uma inferiorização que se exemplifica nas narrativas de autodepreciação feita pelas estudantes (sobre ser mulher, sobre possuir o fenótipo da pele retinta e do cabelo crespo), do discurso sistemático que ignora suas memórias e narrativas cotidianas como elementos legítimos e imprescindíveis na História.

Em concordância com Le Goff (2013, p. 437), a pesquisa se desenvolve na perspectiva de um trabalho em prol de uma memória coletiva que sirva para a libertação e não para a servidão da humanidade. Nesse sentido, a memória aqui desenvolvida "procura salvar o passado para servir o presente e o futuro." (Le Goff, p. 437, 2013).

Assim sendo, relacionar a perspectiva étnico-racial com o contexto dessas mulheres do campo exige, além de uma base epistemológica, um compromisso político que respeite e reconheça a importância social dessas mulheres no processo de luta popular em nossa sociedade. Por muito tempo a História e Memória social (Le Goff, 1990), elementos de poder, privilegiaram homens brancos, ricos e cisheteronormativos, condicionando as mulheres a "sombras tênues" dos relatos oficiais (Perrot, 1989, p.9).

Ao evocarmos uma memória, e consequentemente, uma história única, perdemos e/ou deixamos despercebidas a grandiosidade das histórias de vida de inúmeras mulheres, estas que nos tem muito a ensinar — tal como é muito bem representado pelos escritos da autora Carolina Maria de Jesus, tendo sua memória e narrativas amplamente reconhecidas apenas após sua morte.

Comprometida com a história marginal, vivida e contada, essa pesquisa caminha, portanto, no sentido da subversão do *status quo*, reivindicando as narrativas das mesmas como instrumento legítimo e político para se enaltecer e ressignificar o lugar social dessas mulheres. A pesquisa aqui descrita não está desassociada de uma interpretação sociopolítica de mundo, ao contrário: à medida que por essa interpretação se orienta, a essa corresponde.

Consoante ao pensamento de bell hooks (2013, p.267) "a opção por nadar contra a corrente, por desafiar o *status quo*, muitas vezes tem consequências negativas. E é por isso, entre outras coisas, que essa opção não é politicamente neutra.". Essa, portanto, resulta de um amadurecimento intelectual, profissional e político baseado em uma perspectiva na qual a educação, tal como um instrumento de poder, deva transgredir as delimitações de um sistema desigual, agregando instrumentos e métodos que garantam sua capacidade de disputa contra hegemônica em uma sociedade que produz minorias sociais.

Apontar essas problemáticas não significa menosprezar as lutas identitárias realizadas por essas mulheres assentadas, ao contrário. Essa identificação é uma forma de denunciar como o racismo, o patriarcado, a desigualdade de classe e demais desigualdades estruturais se difundem de forma vigorosa e naturalizada, mesmo em espaços de maior politização, exigindo, portanto, um aprofundamento dos debates e disseminação das narrativas desses sujeitos como mecanismo de resistência e combate contínuo.

À vista disso, uma vez que a luta popular do MST não se restringe à luta pela terra, e que seus processos educacionais não se limitam ao espaço escolar, há uma iniciativa política de construção de diversos setores[22] que possam articular e desenvolver debates e ações associadas a diversas pautas, sejam estas às pautas de classe, bem como às pautas identitárias, de modo a se discutir sobre questões raciais, diversidade sexual, questões de desigualdade de gênero e feminismo, entre outras.

> O MST foi percebendo em sua trajetória que apenas o acesso à terra não garantiria a verdadeira inserção social e o alcance da cidadania. Esta constatação fez com que ele se organizasse em setores, que se articulariam em busca de outras conquistas sociais. Assim, gênero passou a ser um setor de reflexão na organização, com a mesma importância de outros setores. A perspectiva de gênero passou a ser assumida como um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do Movimento. Dessa forma, a proposta começou a ser uma das lutas do MST, cuja finalidade se voltava para a construção de novas relações sociais entre homens e mulheres [...]. (Furlin, 2013, p.273)

Além de haver relatos por parte da comunidade de diversos casos de violência doméstica e de abuso sexual de meninas, há uma forte propagação de um discurso conservador de base cristã-protestante, decorrendo na ausência de uma Educação Sexual escolar[23], em gravidez precoce de estudantes e evasão[24] escolar motivada pela emancipação através do matrimônio heteronormativo compulsório.

> [...] a situação da mulher em zonas menos atingidas pela dinamização da economia e pelas mudanças socioculturais que, cedo ou mais tarde, lhe sucedem, é ainda de maior

[22] Os setores foram surgindo a partir de situações específicas nas quais o movimento sentiu necessidade de avançar na reflexão em vista de outras conquistas. Estes setores são: formação, produção, educação, saúde, direitos humanos, comunicação, cultura, entre outros.

[23] Há um posto de saúde em frente ao Colégio Alcides, e quando, em 2019, os(as) profissionais do posto — que são assentados(as) — entregaram panfletos sobre a campanha contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), aconselharam o corpo docente a não compartilhar com os(as) estudantes, para não haver um incentivo da prática sexual.

[24] Em 2019 algumas estudantes do Alcides desistiram dos estudos pelas dificuldades enfrentadas no processo de gravidez e algumas simplesmente saíram para viverem com seus companheiros em cidades circunvizinhas. Em 2021, durante a aula remota, identifica-se o retorno dessas estudantes como tentativa de prosseguir os estudos, no entanto, essas são as maiores prejudicadas, visto que precisam relacionar os estudos com o cuidado dos filhos.

> subalternidade. Nessas regiões economicamente estacionárias, são mais numerosas as sobrevivências de padrões patriarcais de organização familial. (Saffioti, 2013, p.263).

Bem como afirma Saffioti (2013, p.264), "a família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial", assim sendo, muitas meninas enxergam no matrimônio a possibilidade de liberdade que não encontram no próprio lar, trocando, muito cedo, a sala de aula e suas expectativas intelectuais e profissionais, pela alternativa restrita de ser esposa e mãe. Todavia, muitas destas, ao se casarem, contrariam o desejo por emancipação, ficando condicionadas ao espaço doméstico e cada vez mais dependentes do parceiro e da estrutura patriarcal que limita seu espaço de poder.

Ser uma professora feminista atuando na Educação do Campo permitiu não só a compreensão da variação criada pela localidade (urbana x rural), como também possibilitou identificar como a Educação — em específico a escolar — que, diante das condições restritivas da cultura campesina, torna-se tão essencial e determinante quanto poderia ser em lugares nos quais o conhecimento contra hegemônico é mais acessível.

Em outras palavras, observou-se que, em uma realidade na qual a cultura local limita o desenvolvimento social-cultural e econômico das mulheres, a violência de gênero as alcança de forma mais expressiva, reduzindo suas perspectivas e suas possibilidades. Na medida em que a Educação pode contribuir para a modificação desta estrutura, e, por vezes, se revela como umas das poucas alternativas — senão a única —, torna-se mais que necessária, emergente.

A Educação no contexto do MST é uma prioridade para a manutenção da luta permanente dentro do Movimento, desta forma, ao tempo que a escola é um local determinante nesse processo de formação humana, social e política da comunidade, ela não se apresenta como exclusiva, ao contrário. Os espaços educacionais dentro da política cultural do MST são múltiplos e de caráter contínuo, nesse sentido, onde se produz experiência coletiva há um processo de ensino-aprendizagem sendo desenvolvido.

A concepção dessa pesquisa justifica sua pertinência social a partir do significado de transgressão que possui, desde ao tema e sujeitos elucidados, bem como ao espaço de seu desenvolvimento, dado que os assentamentos são espaços de intensas disputas; às perspectivas teórico-políticas (antirracista, antipatriarcal e anticapitalista); como também ao seu simbolismo social e científico, uma vez que a ciência, com ênfase na área de humanidades, vem sendo deslegitimada.

Uma vez que há uma necessidade de transformação social — diante das tantas violências físicas e simbólicas que ocorrem em âmbito local somada à opressão sistemática de nossa sociedade —, a pesquisa que objetiva disseminar as narrativas dessas mulheres tem uma

potencialidade de multiplicar ações de forma organizada e coletiva, associando as sistematizações da pesquisadora com as vivências locais e agregando valores científicos aos constructos populares dessas mulheres.

Isso posto, o objetivo dessa pesquisa é de disseminar as memórias e narrativas das mulheres assentadas (MST) no município de Mucuri a fim de que estas se constituam enquanto fonte de História Oral imprescindível no processo de reconhecimento e afirmação das múltiplas identidades que as compõem. Em vista disso, foi necessário: compreender as implicações políticas e socioeconômicas da condição de ser uma mulher campesina assentada no contexto do município de Mucuri-BA; investigar acerca das concepções sociopolíticas sobre relações de gênero, feminismo, identidades e relações étnico-raciais existente na comunidade; e registrar as memórias e narrativas dessas mulheres como elemento de valorização dessas múltiplas identidades para a história e luta local, bem como para macro História.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As perspectivas teórico-metodológicas dessa pesquisa corresponderam a três etapas, sendo a primeira a construção do projeto, com levantamento bibliográfico, debate e revisão teórica das categoriais de análise e conceitos primordiais relacionados ao tema. A segunda etapa, o desenvolvimento da pesquisa de campo com as coletas de dados empíricos e entrevistas semiestruturadas.

E a terceira condiz com o processo de análise dos áudios das entrevistas, edição e composição do acervo fonográfico a ser depositado em um espaço virtual e em uma mídia física para compor o laboratório[25] do Colégio Estadual Alcides Afonso de Souza — tendo a possibilidade de ser acessada e reproduzida pela comunidade.

Como forma de alcançar o objetivo geral da pesquisa, foi preciso analisar as implicações políticas e socioeconômicas da condição de ser uma mulher campesina assentada no contexto do município de Mucuri-BA; investigar acerca das concepções sociopolíticas sobre relações de gênero, feminismo, identidades e relações étnico-raciais existente na comunidade; e, por fim, registrar as memórias e narrativas dessas mulheres como elemento de valorização dessas múltiplas identidades para a história e luta local, bem como para a macro História.

[25] O laboratório trata-se de um projeto embrionário da direção e docentes que surgiu no processo de conselhos pedagógicos durante a pandemia. Esse consistirá em uma sala transdisciplinar com diversos materiais didáticos a serem utilizados pelos estudantes e comunidade escolar.

Tal metodologia adotada se constituir primordialmente a partir da História Oral conjuntamente à Observação Participante. Como a mesma possui um caráter qualitativo, não foi cogitado uma amostragem grande de entrevistas, mas sim a realização de experiências[26] que alcance mulheres de diferentes características — sejam estas geracionais, religiosas, étnico-raciais, de sexualidade, escolaridade, etc. — afinal, o intuito é valorizar a trajetória dessas mulheres, mostrando as diferentes nuances, convergências e divergências produzidas em um mesmo contexto.

A "observação participante" como metodologia adotada se caracteriza aqui diferentemente de uma observação aleatória realizada no dia a dia, demandou uma sistematização em prol da própria pesquisa, prevendo a participação da pesquisadora no espaço e/ou com o dado objeto de pesquisa, ou seja, além da realização de registros para desenvolver comparações e análises mais aprofundadas daquilo que se estuda, houve uma interação prevista.

> Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (Minayo, 2007, p.70)

Nesse sentido, a observação participante desenvolveu-se desde a introdução no contexto dos assentamentos de Mucuri-BA, uma vez que minha experiência escolar me direcionou aos questionamentos, problemáticas, hipóteses e objetivos desta pesquisa. Ainda que eu não me constitua enquanto uma mulher assentada, minha inserção como educadora nesse contexto me situou como participante do cotidiano das mulheres estudadas, sendo alguém que, portanto, observou, interagiu, transformou e foi transformada por estas relações.

À medida que a observação participante aparece como elemento fundamental para a concepção deste projeto de pesquisa, sendo percebida como necessária à análise científica do cotidiano estudado, a História Oral se apresenta como primordial pela sua potencialidade metodológica e pela sua potencialidade sociopolítica.

Além de perceber a História Oral em concordância com Sônia Maria de Freitas (2006) como "um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana", aqui ela é entendida

[26] Compreende-se que essas entrevistas iniciais não limitam a realização de outras futuras.

também como uma metodologia transgressora que emerge na tentativa de alcançar a história de indivíduos socialmente subalternizados. Dito isto:

> A História Oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a História Oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema –, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (Thompson, 1992, p.22)

Além disso, com base nas concepções epistemológicas da Silvia Rivera Cusicanqui, uma pensadora decolonial natural da Bolívia, quando observa "*El potencial epistemológico y teórico de la história oral: de la lógica instrumental a la decolonizacion de la história*" destaca como a História Oral pode ser uma ferramenta de resistência, descolonização e empoderamento para grupos historicamente marginalizados.

Cusicanqui (1987) tece críticas à lógica tradicional da história escrita, que muitas vezes é usada para perpetuar uma visão dominante e centralizada do passado. Em vez disso, ela propõe a História Oral como uma maneira de acessar e resgatar histórias que muitas vezes são omitidas dos registros oficiais. Desta forma, reverberar as histórias de mulheres assentadas se somam a essa proposta não hegemônica da autora.

Isto posto, é preciso salientar que dentre os três possíveis gêneros da História Oral destacados por Freitas (2006) — tradição oral, história de vida e história temática — delimita-se aqui o uso metodológico da "história de vida" e "história temática", compreendendo que embora haja um processo de compreensão da memória e história destas mulheres a partir de narrativas individuais, essas narrativas representam e integram um conjunto temático estudado: as muitas identidades, memórias e histórias das mulheres assentadas nesse contexto da cidade de Mucuri-BA.

Não caberá a esta pesquisa compreender e estabelecer a oralidade como elemento essencial na tradição da cultura dessas mulheres, tampouco condensar suas histórias de vida de forma individualizada e desarticulada com o coletivo, entendendo que essa história de vida "pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita – que define a autobiografia – está ausente." (Freitas, 2006).

> Com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento – não abrange necessariamente a totalidade da existência

> do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. (Freitas, 2006, p.21-22)

Assim sendo, ao acessar as narrativas individuais dessas mulheres por meio de entrevistas conduzidas por um roteiro semiestruturado, essas foram integradas e relacionadas a uma temática coletiva. O roteiro, que está descrito no anexo A, na medida que guiou quais conteúdos deveriam ser questionados, me auxiliou em estabelecer um propósito a ser atingido durante o processo de escuta e registro das narrativas.

> A aplicação dos roteiros nas entrevistas não é feita de forma rígida, uma vez que muitas questões vão surgindo naturalmente no discurso do depoente no transcurso da entrevista e, essas, às vezes, nos suscitam outras. Cada entrevista tem a sua própria dinâmica, e cada entrevistado mostra-nos diferentes interesses na abordagem de determinadas questões. (Freitas, 2006, p.89)

De forma geral, tanto a Observação Participante quanto a História Oral implicam em saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos, exigindo esforços de compreensão das múltiplas fontes de evidência, tomando os contrastes como elementos de análise da pesquisa social.

Em consonância com Portelli (2016), aprendi ao longo do desenvolvimento das entrevistas que a Histórial Oral trata-se de uma verdadeira “arte da escuta”, sendo crucial, além da coleta de informações, saber criar um espaço de diálogo e escuta atenta e sensível com essas mulheres. De acordo com ele, os pontos em comum fazem com que a comunicação seja possível, mas é a diferença que a torna significativa.

Desta forma, ao me reconhecer e me colocar como a pesquisadora, foi possível que tanto os meus objetivos de entrevistadora como os das entrevistadas fossem desenvolvidos mutuamente. Pois se por um lado eu teria buscado sentido para minhas perguntas, elas também desenvolveram diferentes significados e objetivos a serem alcançados com suas respostas.

Além disso, ao assumir o compromisso com essa tentativa de contrapor a história tradicional, ressalto as autoras François Vergès (2020) e María Lugones (2014), que exploram as maneiras pelas quais a história colonial continua a moldar o presente, e como essas influências se refletem nas desigualdades de gênero e nas lutas feministas contemporâneas. Seus trabalhos são marcados por uma análise profunda das estruturas de poder que persistem no mundo contemporâneo, mesmo após o fim formal do colonialismo.

Elas, assim como bell hooks (2013; 2019) e Lélia Gonzalez (2020) — intelectuais e ativistas negras —,foram essenciais para percepção do quanto que as dinâmicas coloniais e

urbanocêntricas impactam profundamente as experiências dessas mulheres assentadas, permitindo também que eu compreendesse como as opressões estruturais estão interligadas, questionando as formas tradicionais de construção de conhecimento e propondo uma perspectiva de mundo que transgrida o modelo classista, racista e machista da sociedade atual.

3.3 REFLEXÕES SOBRE O PRODUTO PROPOSTO: POR QUE UM "MUSEU VIRTUAL"?

Quando se pensa em um museu, de imediato vem a imagem de um espaço físico que abriga objetos históricos importantes a serem preservados e exibidos para que um determinado público possa lhes apreciar, todavia, com as transformações tecnológicas, esse espaço museológico pode ser desenvolvido em variadas formatos, inclusive virtualmente. Dessa forma, distanciando-se de uma estrutura física, esses museus virtuais funcionam como acervos que expõem materiais diversos — fotografias, vídeos, áudios, textos, etc. — havendo também, inúmeras abordagens e inúmeros sujeitos apresentados.

A concepção de museu, independentemente de seu formato, está diretamente associada à memória, logo, a um espaço de poder. A memória a ser conservada e o conhecimento construído a partir dessa desenvolvem uma rede de poder sobre o aquilo que se expõe e sobre quem a ele tem acesso. Em detrimento disso, cabe perguntar: "historicamente quais grupos eram dignos de terem suas memórias conservadas nos museus? Além disso, dentro dessa estrutura social, entendendo os museus físicos como espaços de capital intelectual, quais sujeitos têm acesso a esses?".

Tendo isso em vista, a pretensão de denominar esse produto educacional enquanto "Museu" aparece no campo simbólico de disputa de poder, afinal, compreende-se que este fora por muito tempo um espaço elitizado, embranquecido e de domínio patriarcal. Portanto, pretende-se registrar e arquivar as histórias dessas mulheres assentadas em um acervo digital (e físico) como forma de legitimar suas vivências como dignas a serem lembradas, facilitando também seu acesso a um público diverso.

Além disso, denomina-se como museu da "palavra" pelo potencial simbólico de disputa contido na oralidade, afinal, a palavra escrita também situa-se dentro de uma rede de poder na qual é facilmente legitimada e determinada com superior à oralizada. A história oral tem sido um instrumento potente dentro das tentativas de ressignificar as estruturas simbólicas e materiais, tendo aqui essa mesma função.

Paul Zumthor (1993), com suas descrições acerca da oralidade na literatura da Idade Média nos leva a perceber como, ainda que em campo de disputa constante a escrita ressoe

como superior e erudita, a oralidade tem se mantido historicamente como um instrumente predominante, sendo fortalecida pela sua capacidade performática. É, conforme apresentado por Zumthor (1993), através da performance vocal que casa sujeito tem a capacidade de dar diferentes sentidos ao que deseja expor.

Disputa-se aqui o sentido de museu e da oralidade, bem como os sujeitos dignos de memória. A história contada, a história de vida, a história oral de mulheres assentadas em Mucuri-BA. Construir essa memória faz parte da luta educacional e política por uma democratização da história social. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.” (Le Goff, p. 437, 2013). Nesse sentido, é preciso que nos empenhamos em desenvolver uma memória coletiva que sirva para a liberdade humana, não para a servidão.

O registro fonográfico, além de acessível ao público (por meio da mídia física e digital), se apresenta como uma fonte oral democrática, afinal, essas mulheres perpetuariam e preservariam suas histórias apenas falando de si, sem a possível intimidação que outros tipos de registros midiáticos tendem a provocar.

> [...] A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele. Como aquelas velhas mulheres fechadas em um mutismo de além-túmulo, que não se pode discernir de ele é uma vontade de se calar, uma incapacidade em comunicar-se ou uma ausência de um pensamento que foi destruído de anta impossibilidade de se expressar." (Perrot, 2005, p.10-11)

Em uma realidade em que *podcasts* tornaram-se constantemente apreciados, o aproveitamento deste tipo de linguagem se apresenta como estratégia para que o discurso subversivo alcance mais e mais sujeitos, além de atestar o uso tecnológico no processo de preservação e divulgação dos elementos de memória e tradição de nossa cultura popular.[27] Freire estabelece a necessidade de uma *práxis* na existência humana, ressaltando o quão significativo é transformar o mundo através das palavras e permitir-se ser transformado por essas.

> A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (Freire, p.44, 1967)

[27] O significado de popular aqui não se apresenta como equivalente à “famoso”, mas sim àquilo que pertence ao povo, à classe trabalhadora.

À vista disso, como forma de atingir o objetivo da pesquisa, a proposta de produto final desse processo é a criação de um **Museu Virtual**, o qual consiste na criação e organização de um acervo digital fonográfico dos relatos de vida dessas mulheres. A perpetuação e conservação da memória de grupos historicamente subalternizados torna-se imprescindível à medida em que há um aumento descabido da distorção dos fatos, entre *fake news* e negacionismos históricos.

4. RODAS DE CONVERSA: UM DIÁLOGO INTRODUTÓRIO

A arte da escuta tão anunciada a partir da pesquisa em História Oral é, de fato, uma necessária relação de diálogo entre o pesquisador e os sujeitos a serem estudados e entrevistados, desta forma, como medida estratégica para alcançar as interlocutoras apontadas no projeto dessa pesquisa, elaborou-se a proposta pedagógica de uma roda de conversa inicial com o tema "Mulheres e memórias".

O objetivo dessa roda de conversa consistira na realização de um encontro coletivo introdutório com as mulheres assentadas em Mucuri, visando a participação de mulheres dos quatro assentamentos existentes no município, como forma de me apresentar à comunidade, apresentar o projeto, conhecê-las melhor e convidá-las para protagonizarem o processo da pesquisa.

Nesse sentido, no início de março de 2022, fora apresentada a proposta para a então coordenadora da Brigada Aloísio Alexandre, Domingas, também moradora do Assentamento Paulo Freire. Esta teve uma boa percepção da atividade, anunciando a possibilidade de integrá-la à agenda de ações do MST para o "mês da mulher". Dessa forma, em parceria com a coordenação local, o convite da atividade da roda de conversa foi encaminhado pelos grupos de *whatsapp* dos assentamentos locais, na perspectiva de alcançar o maior número de mulheres interessadas.

A primeira roda de conversa ocorreu no dia 05 de março, às 09:00, no Assentamento Paulo Freire (no prédio do Colégio Estadual Alcides Alfonso de Souza), e contou com a participação de treze assentadas, como pode ser visualizado na ilustração 01. Algumas moradoras do Zumbi dos Palmares apareceram, no entanto, a maioria das mulheres presentes eram moradoras do Paulo Freire. A ausência de mulheres dos assentamentos Jequitibá e Lagoa Bonita fora justificada pela distância entre um assentamento e outro, e pela dificuldade de transporte por conta da precariedade das estradas.

A roda de conversa foi coordenada no intuito de provocar reflexões acerca da memória individual e coletiva, desenvolvida em três etapas. Na primeira etapa, as mulheres deveriam escolher uma de suas companheiras, apresentá-la e responder a seguinte questão: Qual a memória mais antiga que você possui com a colega escolhida? Para minha surpresa, de imediato os relatos começaram de forma muito emotiva. As companheiras demonstraram muito afeto e gratidão em suas exposições.

Além das narrativas afetivas e extremamente emocionadas — com lágrimas coletivas e abraços —, houve também confissões de primeiras impressões que foram ressignificadas com

o passar do tempo e vivências compartilhadas. Nessa atividade foi possível identificar como a memória é um elo importante na construção da identidade daquele grupo, podendo também ser apresentada a fim de ressignificar preconceitos e refletir sobre traumas partilhados.

Na segunda etapa, fizemos o seguinte questionamento: Qual foi a memória mais marcante da sua infância? A partir disso houve relatos sobre uma infância marcada pela dificuldade financeira, divórcio dos pais, e lembranças de uma infância embaixo da lona preta ou enquanto a escola ainda era em um casarão antigo do Assentamento Paulo Freire. Por fim, a última questão consistira em relatar sobre o fato histórico mais marcante na vida de cada uma. Houve quem relatou sobre o confisco da poupança no governo Collor; a eleição de Lula como primeiro presidente advindo da classe trabalhadora, e, de forma plural, elas destacaram sua entrada no MST como um real marco histórico.

Para algumas dessas mulheres, a entrada no Movimento foi uma verdadeira transformação. Entre tantas narrativas, destaco a fala de uma companheira sobre como a vida de sua família havia sido prejudicada com o governo Collor, e a sua inserção na luta pela Reforma Agrária foi crucial para o restabelecimento financeiro de sua família. Essa mesma participante observara como o movimento havia mudado a vida de muitas pessoas, e que, ainda que alguns não reconheçam hoje, só não houve melhora, segundo ela, para quem não quis.

Curiosamente, a proposta planejada a partir de um caráter muito mais educacional, ganhou um contorno bastante sentimental. O processo de isolamento e das perdas ocasionadas por conta da pandemia contribuiu para falas profundamente sentimentais de umas para com as outras. A roda de conversa havia se tornado um material de reflexões e acolhimento. Estas apontaram como a pandemia havia limitado suas ações, o contato, e, como diante de tantas dificuldades, os conflitos nas áreas aumentaram. Houve falas de autocrítica, partilhas de memórias de enfrentamentos e conquistas, como também falas de preocupação sobre os desafios atuais na sociedade brasileira.

Ao fim dessa roda de conversa, as participantes sinalizaram como a dinâmica das memórias oportunizou conhecerem melhor a história uma das outras — ainda que elas já se se conhecessem há bastante tempo — e destacaram a importância de que a atividade fosse replicada nos outros assentamentos; assim sendo, identificamos como o projeto corresponde aos interesses da comunidade, sendo oportuno para as demandas locais e acordamos de integrá-lo na agenda de ações do MST local.

Na ilustração 2 exposta a seguir destaco alguns elementos importantes a serem analisados — e que se repetiram nos demais momentos coletivos —. O primeiro item a ser evidenciado, além das participantes, é da composição mística artística no local em que ocorreu

a roda de conversa. Ainda que eu estivesse como responsável pela coordenação do debate, toda composição mística, seja esta representada na ornamentação, com a utilização de sementes e grãos, na decoração da mesa com as bandeiras do movimento e produtos do campo, como também no canto do hino do movimento, cantigas referentes à luta campesina, e gritos de ordem, foi resultado do trabalho da organização local.

É importante destacar o fato de que em todos os encontros, além da presença das mulheres, foi comum ter a presença de suas crianças. Outro componente importante é o de que todos os encontros naturalmente se alinhavam a partir da ideia ter alguma refeição coletiva. Cada uma destas mulheres levara algo, e por fim, pudemos sempre realizar um lanche apetitoso.

Ao final de cada roda de conversa, finalizávamos o debate com a apresentação da pesquisa, justificando sua pertinência socioeducativa e disponibilizando uma lista para ser preenchida pelas assentadas que se sentissem interessadas em fazer parte do projeto, cedendo a entrevista. Na ficha estas deveriam colocar o nome completo, local do assentamento e número de celular para que eu pudesse entrar em contato.

ILUSTRAÇÃO 2 — Fotografia das participantes da roda de conversa no Assentamento Paulo Freire

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Ao concordar com a necessidade de replicar a roda de conversa em cada um dos assentamentos locais, como forma de alcançar mulheres assentadas em Mucuri, respeitando as dificuldades de locomoção entre um assentamento e outro, foi deliberado a realização de uma

roda de conversa no Assentamento Jequitibá, às 9:00 do dia de 18 de março e às 14:00 do mesmo dia no Lagoa bonita, como também a realização dessa atividade no dia 19 de março, às 09:00 do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Como forma de impulsionar a participação das mulheres assentadas, incrementei na construção de um convite virtual, possível de se observar na ilustração 2 abaixo, renomeando também a roda de conversa com o título "Memórias e narrativas de luta: feminismo campesino em debate!". Além disso, resolvi diversificar as dinâmicas realizadas em cada atividade a fim de observar elementos diversos em cada área visitada.

ILUSTRAÇÃO 3 — Arte de divulgação

Fonte: Arte criada pela pesquisadora

Pela primeira vez eu iria visitar os outros assentamentos de Mucuri. Até então, o máximo que eu conhecera era a agrovila do Assentamento Paulo Freire. Diante disso, a companheira Elci Barbosa, assentada do Paulo Freire, foi essencial para me guiar diante dos deslocamentos realizados. Na medida em que colaborava com o trajeto, Elci teve a paciência e disposição de me auxiliar com os agendamentos e divulgação das atividades, me apresentando para as assentadas e colaborando na aproximação com as mesmas.

A segunda roda de conversa ocorreu às 14:00 do dia 18 de março de 2022, no assentamento Lagoa Bonita (Quilombo II), tendo a presença de aproximadamente dezessete assentadas, tal como é possível verificar na ilustração 3. O encontro foi no galpão existente no núcleo dessa área. Semelhante ao primeiro encontro, a ornamentação mística do ambiente com

elementos simbólicos associados à vida campesina, crianças presentes e lanche coletivo se repetiram.

A dinâmica realizada nesse encontro foi a passagem do boné do MST para uma companheira como forma de apresentá-la ao grupo. Na medida em que seria necessário apresentá-la, lhes requisitei que falassem sobre um elemento que as diferenciasse e um elemento comum entre estas. As mulheres presentes nesse encontro foram extremamente participativas, tanto em número de presença como na quantidade de mulheres que falaram ativamente no desenrolar da roda de conversa.

ILUSTRAÇÃO 4 — Fotografia das participantes da roda de conversa no assentamento Lagoa Bonita

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Após se apresentarem e compartilharem as múltiplas características de si e de suas colegas, lhes fora solicitado narrarem sobre conquistas individuais e em seguida, conquistas coletivas. Sobre as conquistas individuais, algumas evidenciaram a conclusão do Ensino Médio, a formação familiar, conquista de um emprego e até mesmo a inserção no espaço religioso e enfrentamento do processo de depressão.

Sobre as conquistas coletivas, houve narrativas de assentadas que estiveram desde o processo de acampamento, contando sobre as situações de formação de barracas e despejos, como também sobre suas várias viagens até Salvador e ocupações na prefeitura de Mucuri para conseguirem políticas públicas básicas: escola no assentamento, postinho de saúde e melhorias nas estradas.

Destaco a fala de uma das mulheres que afirma ser a razão de sua família estar ali, uma vez que seu companheiro era incrédulo acerca da luta e da possibilidade de conquistarem uma terra para si: “Eu falei pra meu esposo, ou ele vinha pro acampamento pra tentar a terra comigo,

ou a gente se separava. Que eu não iria ficar aqui sozinha.”. Ao longo das conversas, houve mulheres que afirmaram o mesmo, que elas foram quem chamaram seus companheiros para a tentativa de conseguir um pedaço de terra junto ao MST.

Por fim, lhes fora questionado: Quais são seus sonhos e perspectivas de futuro? A partir disso, responderam coisas diversas. Algumas citaram acerca da construção de suas casas, sobre a educação de seus filhos e saúde de familiares, como também houve quem ainda sonhe com água encanada em seu lote, ou um local de lazer para as mulheres e jovens naquele assentamento, dando exemplo dos espaços tais como as praças públicas das áreas urbanas que possuem aparelho de ginástica.

Nesse encontro as falas foram enfáticas em relação a carência de políticas públicas naquele espaço. Elas afirmavam e reafirmavam o quanto que, apesar da vida do campo lhes agradarem, elas também tinham direito e desejo de terem espaços coletivos de cultura e lazer, sinalizando o fato de que seus companheiros poderiam ir aos bares e campo de futebol, mas a elas restavam apenas as igrejas.

Nesse sentido, o encontro foi se desenvolvendo com falas interessantes sobre como as conquistas até o momento foram transformadoras, mas que estas não bastavam, pois enquanto cidadãs, almejavam conquistas maiores para garantirem uma melhor qualidade de vida, tanto fisicamente — na possibilidade de fazer exercícios com instrumentos de ginástica —, como psicologicamente — pela possibilidade de construírem espaços coletivos de lazer, cultura e terapia coletiva —.

Finalizamos essa roda de conversa às 17:00 com um café coletivo. No final do encontro me presentearam com os alimentos expostos na ornamentação, fato esse que ocorreu em todas as rodas de conversa. Um dado curioso sobre o grupo de mulheres presentes nesse encontra, foi o quanto estas se mostraram religiosas, com ênfase na presença de mulheres assembleianas.

Antes do momento final da roda de conversa, anteriormente ao momento do café, uma das mulheres solicitou a realização de uma roda de oração. Dada a naturalidade da situação, ficou nítido como esse quesito religioso é fundamental para aquelas que estiveram presentes. A religiosidade entre as mulheres dessa área é um item tão expressivo, que na ornamentação mística, apresentada na ilustração 5, é possível notar a presença de uma bíblia próxima ao facão e aos demais componentes representantes da vida campesina e do MST.

ILUSTRAÇÃO 5 — A bandeira, a bíblia e o facão

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O encontro que ocorreria no Assentamento Jequitibá também no dia 18 de março teve que ser adiado em razão do falecimento de um assentado da mesma área. Dessa forma, na manhã do dia 19 de março, às 09:00, no Assentamento Zumbi dos Palmares, ocorreu a terceira roda de conversa, com a presença de aproximadamente catorze assentadas. O encontro foi realizado em uma sala da escola municipal existente no núcleo desse assentamento. Estruturalmente, essa foi a roda de conversa mais articulada, com direito à entrega de chaveiros como lembrança do encontro em homenagem às mulheres assentadas, tal como exposto na ilustração 6.

ILUSTRAÇÃO 6 — Chaveiro “Terra, trabalho, direito de existir, mulheres pela vida não vão sucumbir”

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Iniciamos com um café da manhã, um verdadeiro banquete organizado pelas coordenadoras, todavia, apesar da presença, houve pouca interação dessas mulheres no espaço do debate. As mulheres se dispersaram do espaço, saindo mais cedo ou falando apenas o básico. O processo de dinâmica dessa roda de conversa iniciou-se com a entrega do chaveiro para uma das colegas. Cada uma deveria coletar o chaveiro disposto em uma cesta, eleger uma companheira e ao apresentá-la para o grupo, seria necessário apontar alguma característica que nesta considerasse inspiradora.

Num segundo momento, foi proposto que estas mulheres pudessem falar sobre suas angústias e suas perspectivas, com isso, destacaram a desmobilização dos grupos naquela área, os intensos conflitos entre os moradores, e algumas apresentaram ainda a necessidade de que haja verdadeiras formas de se fazer justiça contra esse conjunto de violência que as mulheres vem sofrendo, bem como a necessária realização de mais ações culturais no espaço, visando também seguir as ações de formação sobre o MST na zona urbana.

Além da participação das mulheres dessa área, esse encontro contou com o protagonismo de adolescentes que são ativas no processo. Além dos gritos de ordem, declamaram poemas e cantaram algumas canções como forma de animar as companheiras. Tal como nas demais rodas de conversa, ficou nítida a preocupação de se construir mais espaços de lazer para a juventude assentada, pois, tal como no espaço urbano, há um enfrentamento em relação ao tráfico e demais ações criminosas recorrentes que assombram os moradores do Zumbi.

ILUSTRAÇÃO 7 — Roda de conversa no Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O encontro que no Assentamento Jequitibá ocorreu apenas na tarde do dia 01 de abril, no entanto, antes de sua realização, pude participar como observadora, no dia 26 de março (no turno matutino e vespertino, da Jornada de Intersetorial na Regional Extremo Sul, que integra as quatro brigadas existentes na região, incluindo a Brigada Aloísio Alexandre que agrega os assentamentos de Mucuri. Nessa reunião foi possível fazer algumas observações sobre a organização do Movimento na região.

Discutiu-se acerca das normas, objetivos e princípios do MST, debatendo sobre como estão organizadas as brigadas e identificando quais são os obstáculos atuais para seguirem desenvolvendo suas áreas e promovendo conquistas paras a comunidade de assentados. Uma das maiores problemáticas apresentadas pelos assentados e assentadas na Jornada observada é de que, ainda que esses consigam deliberar representantes para cada setor, muitas das atividades não possuem uma continuidade, isto porque o mesmo grupo de pessoas assume inúmeras responsabilidades na organização, gerando uma sobrecarga entre esses. Ou seja, o número de pessoas envolvidas acaba sendo menor do que a demanda de ações necessárias, comprometendo, muitas vezes, a qualidade das ações.

A roda de conversa com as mulheres do Assentamento da Jequitibá ocorreu a partir das 14:00, sendo realizada no galpão do núcleo e contando com a participação de aproximadamente treze assentadas, tal como representado na ilustração 8. Nesse encontro, a dinâmica inicial foi parecida com a da primeira roda de conversa. Estas apresentaram suas colegas informando qual era a lembrança mais antiga que tinha com a mesma. Em seguida, deveriam falar sobre uma memória da infância. E por fim, discutiu-se sobre como é ser mulher campesina e quais perspectivas de transformações cada uma dessas possuem.

ILUSTRAÇÃO 8 — Participantes da Roda de conversa no Assentamento Jequitibá

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em um dos relatos sobre infância, uma das companheiras presentes relatou sobre como foi a primeira vez assistiu à TV. Segundo ela, como era um produto caro, sua família não tinha acesso, portanto, era comum que as crianças do seu bairro se reunissem na frente das janelas da casa de pessoas que tinha para conseguir assistir, revezando uma com as outras no espaço da janela.

Outras relataram como era no tempo de escola. Como era difícil chegar até a escola "Hoje o ônibus passa quase na porta e eles não querem ir.", falando sobre os estudantes na atualidade. Após as narrativas sobre infância e tempo de escola, discutimos sobre a condição da mulher campesina, nesse momento, muitas disseram como a relação de matrimônio mudara com o tempo e que, hoje em dia, basta se separar, mas em contrapartida, alertaram como algumas mulheres seguem sendo subjugada em seus lares por não desenvolverem a força de se "libertarem".

De modo geral, percebi como a palavra liberdade é sempre anunciada por essas mulheres. Há quem perceba transformações pessoais extremas ao tempo que identifique a necessidade de seguir fazendo esse tipo de atividades de conscientização. Nessa última roda de conversa, elas expuseram que, infelizmente, as mulheres que realmente precisam de momentos de debate como aquele, são as que dificilmente aparecem nesses espaços, dando a entender que são limitadas pelos seus esposos a participarem, pois o grupo de mulheres que são mais ativas no Movimento acabam sendo vistas como más influências por tais homens.

A mística do MST é afetar os sentidos, seja a partir de elementos visuais, orais, sensoriais. Há uma pedagogia artística e política que explora nossos diversos sentidos a fim de nos transmitir alguma mensagem. Em todas propostas de roda de conversa, eu apenas dialoguei sobre o tema, a duração, e como iria coordenar a conversa. A decoração do espaço, o lanche a ser servido, a abertura mística do processo foi sempre pensada coletivamente pelas coordenações locais de cada assentamento. Sempre com a bandeira, produções alimentícias, a apresentação de um poema como abertura, o canto de um hino, um grito de ordem.

Ao final dos quatro encontros avaliei que todos foram produtivos, visto que os objetivos foram alcançados. As mulheres que participaram assinalaram seu interesse em participar das entrevistas. Algumas mais tímidas e introvertidas me interrogaram quais perguntas seriam realizadas, outras, mesmo sem saber, já queriam marcar o dia e o horário. Dessa forma, como a primeira fase realizada, pude agendar as idas a campo e iniciar as entrevistas e conversas individuais, indo de lote em lote, de casa em casa.

Por fim, em cada roda de conversa retornei para casa com um presente como forma de comunhão da atividade realizada, como é representada na ilustração 15 em apêndice. Por vezes

trouxera frutas, farinhas, verduras, legumes, pimentas, óleos, mel. Todo retorno fora feito com a mochila cheia e a cabeça atenta com as narrativas ali compartilhadas.

5. AS ENTREVISTADAS

Até o dado momento, **dezessete entrevistas** foram realizadas (aproximadamente vinte e três horas de entrevista para serem analisadas e editadas), contemplando os quatro assentamentos mencionados — foram entrevistadas doze mulheres do assentamento Paulo Freire, duas do Zumbi dos Palmares, duas do Jequitibá e uma do assentamento Lagoa Bonita, entre o mês de abril de 2022 até o mês de dezembro de 2022.

Inicialmente, o planejado foi desenvolver ciclos de aproximadamente dez entrevistas por área, no entanto, com a dificuldade de conciliar trabalho e pesquisa, e, na medida em que o período de defesa final do produto aproximou-se, optei por migrar para outras áreas para obtenção de um material mínimo para uma amostra diversificada.

Dessa forma, é necessário salientar que as assentadas do Lagoa Bonita ainda não aparecem nessa amostra inaugural de entrevistas apenas por uma questão de logística, afinal, essa pesquisa desenvolve-se através de um processo de deslocamento a cada assentamento, catalogação e edição do material, elementos esses que demandam tempo e disponibilidade das pessoas envolvidas.

Além disso, não houve investimento financeiro algum que não seja da própria pesquisadora. Como a entrevista da assentada no Lagoa Bonita ocorreu apenas no dia 08 de dezembro de 2022, preferi aprofundar as análises nos quatro materiais que já estavam editados, como forma de viabilizar a inauguração do produto pedagógico em tempo hábil.

Em média, cada entrevista teve a duração de uma hora e meia até duas horas, dependendo da característica comunicativa de cada entrevistada. Houve quem fosse extremamente objetiva nas respostas do início ao fim, como quem começara com respostas curtas e se sentisse à vontade em desenvolver respostas descritivas do meio para o fim da entrevista, bem como, quem tenha dado respostas completamente descritivas desde o início até o final, resultando em entrevistas que iniciaram às 9:00 com término às 11:30, por exemplo.

Nesse sentido, o perfil das entrevistadas variou bastante. Além disso, o processo técnico de gravação funcionou de forma a proceder com roteiro semiestruturado da entrevista como guia, meu celular e um microfone de lapela simples acoplado a este. Além dos instrumentos amadores de gravação, o cenário das entrevistas também foram espaços comuns das moradias da entrevistada, ou no espaço aberto da escola.

Ainda que tivéssemos o cuidado de desenvolver a entrevista com horário agendado com antecedência, em um local silencioso, não há quem silencie a natureza, por isso, houve sempre

um latido, um carcarejo, ou até mesmo o som de chuva e ventania ao fundo, permitindo uma captação de som de caráter orgânico.

Antes de cada a entrevista, me atentei em repetir sobre o objetivo socioeducativo da pesquisa, apresentando o termo de consentimento livre e esclarecido para estas. Assim, ao iniciar a gravação, repetia ao perceber a apreensão de cada uma: “ninguém melhor do que você mesma para falar da sua própria história”, e assim segui em todas elas.

Dentre as dezessete entrevistas realizadas, **apresento neste trabalho descrições de quatro assentadas**, entendendo que com essa quantidade, há conteúdo necessário para avaliação do formato e pertinência do produto. Além dos relatos e análises a seguir, será possível ter contato com os áudios no *site* disponibilizado.

As narrativas aqui analisadas tratam-se de memórias de vida de duas mulheres assentadas no Paulo Freire — uma que vive na agrovila e outra que vive diretamente em sua área produtiva —, uma do Zumbi dos Palmares e uma do Assentamento Jequitibá. A seleção dessas quatro assentadas se deu em razão da ordem temporal de entrevistas realizadas, como também porque considero que suas narrativas apresentam aspectos impactantes para se apresentar no tempo inaugural do museu virtual.

Ao tempo que o museu seguirá sendo alimentado pelas demais entrevistas, outras análises poderão ser realizadas, não limitando-se a esse trabalho ou não somente a mim. Desenvolvi as entrevistas e o museu como instrumento de outras tantas possibilidades, acreditando ser possível resultar em outros projetos, outras análises, como também em outras colaborações que enriqueçam o estudo da temática.

As perguntas foram conduzidas por seis temas geradores: **1. Identificação; 2. Infância; 3. Escola; 4. Adolescência; 5. Vida Campesina; 6. Ser mulher assentada.** Nessa ordem, a entrevistada poderia, além do seu nome, local e data de nascimento, dizer também sobre sua escolaridade, profissão, e como se identifica em relação a sua religiosidade, estado civil, orientação sexual e sua raça/etnia, expondo os pontos que considerasse essenciais em sua vida, desde a infância aos dias atuais.

5.1 LUIZA: TRABALHO COMO SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDÊNCIA E AFETO

Luiza (ou Luizona, como costuma ser chamada pelas pessoas da comunidade, e como será chamada alternadamente aqui também) foi a primeira assentada a ser entrevistada. Era aproximadamente dez horas da manhã do dia primeiro de abril de 2022. Combinamos, por intermediação de Elci, de eu entrevistá-la na casa de Domingas[28], localizada na agrovila do assentamento Paulo Freire.

As primeiras observações sobre Luizona ocorreram enquanto eu ainda lecionava no Alcides e sempre a avistava fazendo atividades nas proximidades da escola — o Alcides é uma escola com muros que não se fecham, desta forma, tudo que ocorria dentro e fora do espaço escolar se relacionava. A comunidade poderia visualizar as atividades, a agitação escolar, bem como a escola comungava dos ruídos e ações da comunidade. Além do som de música, era comum presenciar uma maior movimentação em dias de vacinação no posto de saúde defronte da escola, como também observar reuniões e assembleias do MST ocorrendo nas proximidades.

Quando não estava consertando alguma estrutura da área coletiva na agrovila, Luiza estava ajudando a cortar a grama ao redor da escola, ou até mesmo capinando o espaço, plantando alguma muda. Luiza é uma mulher de estatura mediana, cabelos lisos e curtos, pele clara, não branca, sempre trajada com roupas consideradas “masculinas”. Além de demonstrar a partir de suas ações, ela deixa nítido na entrevista sua disposição em fazer algum trabalho manual como forma de ajudar a comunidade.

Luiza Porto da Cruz nasceu no dia 25 de maio de 1968, em Nova Viçosa, Bahia. Moradora do assentamento Paulo Freire, é tratorista, solteira, mãe de três filhos. “Uma tem 15, o outro tem 21, o outro eu acho que é 38, o mais velho.” (Cruz, 2022)[29]. Quando questionada sobre sua religião, ela respondeu com tranquilidade e humor “Católica desde nova, batizada, crismada, consagrada e excomungada.”.

Apesar de ter ironizado com o “excomungada”, por conta de se identificar enquanto uma mulher lésbica, a mesma é assertiva quanto ao “católica”, diferentemente quando questionada sobre como se identifica em relação à sua raça/etnia: “Aí é complicado, né? Branca? Sei lá... Sei não... de cor eu não presto muito atenção assim não, mas, eu acho que é branca ou parda, né? Parda, né?” (Cruz, 2022). Como tantas outras pessoas de pele clara, Luiza

[28] A então coordenadora da Brigada Aloísio Alexandre no tempo da entrevista e amiga da entrevistada.
[29] Luiza Porto da Cruz. Entrevista de pesquisa concedida a Jamile Stephane dos Santos Souza, em Mucuri/BA, no dia 01 de abril de 2022.

não consegue se definir. Pele clara demais para se considerar negra, escura demais para se considerar branca.

À vista disto, cabe o debate sobre miscigenação e colorismo no Brasil. Primeiro, destaco o fato de que o "grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava" tal como descrito por Lélia Gonzalez (2020, p.202), como também da mulher indígena. Segundo, reitero como essas diferentes tonalidades de pele fazem com que muitas pessoas pardas enfrentem um dilema sobre sua própria identidade.

Desta forma, além de compreender o contexto histórico de violência que constituiu a diversidade étnico racial brasileira, é preciso que consideremos, tal como defendido por Sueli Carneiro (2004), a diversidade na própria negritude. Na lógica racista, segundo ela, a branquitude é diversa e policromática, pois reconhecemos pessoas ruivas, morenas e loiras como brancas, mas, indagamos essa mesma pluralidade quando se trata de uma pessoa negra. Nesse sentido, de acordo com Sueli Carneiro (2004), também podemos reconhecer que dentro da categoria negro cabe a somatória de pessoas pretas e pardas.

Isto posto, o conceito de Colorismo surge como análise dessas diferentes tonalidades de pele expostas ao racismo. A partir do contexto estadunidense, a escritora Alice Walker estabeleceu a teoria do Colorismo, afirmando que quanto mais clara a pele da pessoa, mais vantagens sociais ela tem em relação às pessoas de pele escura. Embora seu foco não seja, especificamente, o contexto brasileiro, suas observações ressoam em um nível global.

O racismo, nessa perspectiva, é vivenciado de forma diferente a depender da tonalidade de pele do indivíduo, pois o critério da clareza da pele é frequentemente é usado como indicador de status social, afetando oportunidades educacionais, profissionais e até mesmo de autoestima. Isso evidencia a persistência da mentalidade colonial que valoriza a branquitude em detrimento da negritude. A hesitação de Luiza em não definir-se imediatamente enquanto uma mulher negra é justificada, portanto, a partir desses elementos, que também são vivenciados por outras pessoas negras de pele clara.

Embora tenha cumprido a escolaridade até o segundo ano do Ensino Médio, Luiza narra uma história de vida amplamente marcada pelo trabalho excessivo: "[...] É... que eu lembro foi com 8 *ano* eu já *trabaiáva*, e daí em diante não parei mais, né? trabalho até hoje. Que eu lembro, já *trabaiáva* já, capinando cana, *trabaiáva* com trator, *trabaiáva* com cacau, tudo já fazia." (Cruz, 2022). O trabalho é ressaltado em todas as fases da vida que ela narra, inclusive, quando questionada sobre o que mais lhe marcou na infância, ela enfatiza o trabalho:

> Ah... tanta coisa. Da *nem procê* analisar...Mas, o que mais me marcou foi quando eu aprendi a *trabaiá* no trator, eu tinha 10 ano, eu já *trabaiáva* no trator já, mas pra mim foi uma felicidade que eu aprendi uma profissão, dizendo eu. Ahh, era bom demais quando eu aprendi, é... é isso aí. Ave maria, muito... até hoje, né? Eu gosto de *trabaiá*. (Cruz, 2022).

O fato de ter aprendido a manejar o trator com apenas 10 anos é apresentado com muito orgulho por ela. Quando ela disse "aprendi uma profissão" ecoava quase como uma premiação por ter conquistado um meio pelo qual se sustentar tão nova. Sua resposta representava felicidade por ter conquistado algo que lhe permitiria além da sobrevivência: a independência.

Sendo uma mulher lésbica masculina em uma sociedade cisheteronormativa, na qual há uma imposição de normas e valores que promove a heterossexualidade como padrão, moldando não apenas as relações afetivas, mas também as expectativas de gênero e performances de feminilidade e masculinidade, Luiza enfrenta uma dupla discriminação.

Em seu livro "Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade", Judith Butler (2019) desenvolve o conceito de performatividade de gênero. Ela possibilita a compreensão de que a cisheteronormatividade funciona através da reiteração constante das normas de gênero e sexualidade, tornando as identidades e expressões que não correspondem à heterossexualidade, invisíveis ou estigmatizadas. Para mulheres lésbicas masculinas, essa invisibilidade pode ser agravada, já que sua identidade desafia tanto as normas de gênero quanto as de orientação sexual.

O trabalho, ao garantir a sobrevivência e a independência, lhe garantiria também a possibilidade de ser quem quisesse. Sua fala demonstra como ela encontrou no trabalho a oportunidade de fugir das normas alheias sobre seu corpo e sua sexualidade. Se ela conseguia gerir sua vida de forma autônoma, poderia, sobretudo, vivê-la como melhor entendesse.

Sobre sua casa na infância, e com quem morava, Luiza inicia uma descrição que se repete também com a maioria das outras entrevistadas: "É... *nóis* morava na casa de, de taipa, né? Era de barro e a cobertura era de palha, eu lembro." (Cruz, 2022). A casa de taipa quiçá seja o suprassumo na memória da população campesina mais simples, representando muitas vezes a realidade da sertanidade nordestina, personificando a força e resiliência do trabalhador camponês, revivida por gerações.

Seu pai foi gerente da fazenda Farol, espaço no qual hoje localiza-se o assentamento Paulo Freire — por isso é muito comum que os moradores da região também denominem esse assentamento de Farol, em referência à antiga fazenda —. Quando questionada como e quando chegou em Mucuri, ela narra uma transição, desde os seus três anos, de fazenda em fazenda com sua família, para apenas determinar uma permanência em Mucuri a partir de sua juventude.

Seu relato evidencia como a estabilidade financeira determinara sua estabilidade de morada, assim como o de inúmeros de brasileiros que migram em busca da sobrevivência. Seja da cidade para o campo, do campo para cidade, bem como de um estado para outro. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, essa migração tem sido uma resposta às pressões econômicas, políticas e sociais que afetam a população brasileira. Esse movimento migratório constante reflete a resiliência e a busca pela oportunidade em meio às adversidades.

> É... aí meu pai foi gerente dessa fazenda aqui. Ahh, quando ele ia, eu tinha na base de uns 3 *ano*, 3 pra 4 *ano*, não lembro né? Porque não tinha idade pra lembrar. Quando nóis vei de lá pra cá... pra aqui, pai foi gerente da fazenda aqui. Farol. Aí *nóis* foi embora, aí *nóis* foi pra outras *fazenda.* Depois que *nóis vei* embora das *outra fazenda* que era da Marieta, que faleceu... aí *nóis* veio embora pra Mucuri, de lá... trabalhei muito tempo na prefeitura, de 86 até... de 85 até 97 quando eu vim pra aqui. [...] Antigamente esse povo mudava de fazenda, era só ter uma proposta melhor e *pocava* fora e largava o trem pra trás, era assim... a pro... pai... aí *nóis* foi pro Boca Aberta, de lá *nóis vei* pra Mucuri e em 97 eu vim pra aqui. (Cruz, 2022).

Essa migração de fazenda em fazenda, além de ser justificada pela necessidade de sobrevivência material, justificou a inconstância nos estudos. As necessidades financeiras estiveram acima da permanência escolar, elemento esse que se repete até a atualidade com estudantes tanto do campo como das cidades. A evasão escolar aumenta na medida em que as condições da classe trabalhadora pioram.

Quando a permanência escolar não foi afetada pelo trabalho das mães e pais dessas mulheres entrevistadas, era influenciada pela necessidade de terem que trabalhar para auxiliar a família. Luiza se lembra de iniciar a escolarização com aproximadamente cinco anos, e desde então, "largava" pela necessidade de trabalhar.

> Cinco ano parece, sei lá, não lembro, já *começamo* a estudar e... estudava e parava, né? Porque tinha que *trabaiá*, e aí *largamo* o estudo e *fomo trabaiá*. Hoje o estudo faz falta, né? Porque antigamente, estudava quem gostava mesmo de estudar e quem tinha tempo, a gente não tinha, tinha que trabaiá e aí... gostava de trabaiá e gostava de estudar, só que a gente *trabaiáva* mais que estudava. Estudar, porque o estudo, né? Tô estudando agora de novo, estudar... avemaria, o estudo faz falta demais, cê é doido!? (Cruz, 2022).

Ela reconhece a importância dos estudos, mas compreende também que os seus foram comprometidos em decorrência do trabalho. "Educação é a que vale, né? Sem a educação a gente não é nada, é o que eu falo com *ocê*, hoje eu sinto falto do estudo, né? Que se eu tivesse focado mais no estudo que no trabalho, hoje as vezes eu podia ser outra pessoa, né? No estudo, né? O grau maior." (Cruz, 2022).

Além de apresentar essa inconstância, ela narra sobre como os métodos pedagógicos de sua época eram respaldados pela violência, exaltando o famoso uso da "palmatória": "Ahh, eu

estudei muito. Apanhei muito também, né? Ué, antigamente não tinha esse negócio não, minha filha, a régua *vea* comia de costa...palmatória, vixemaria! E eu aprontava mesmo." (Cruz, 2022).

Em seu relato ela apresenta como justificável (até agradece) esse método da palmatória, pois uma vez que as mães se ausentavam pela necessidade de trabalharem, as crianças tinham a escola como "segunda mãe". Desta forma, ela descreve como a punição na escola seria uma extensão do que era comum ocorrer em casa. Não há em sua lembrança um relato da escola como espaço afetivo, mas de uma educação punitivista. Ao tempo que Luiza descreve as formas de disciplinarização experimentadas por ela, reforça coma a escola que vivenciou foi um espaço de controle.

> Nada... era aprontar e a professora botava no canto da...da lembrança. Não, porque....é... tem coisa que eu acho que a gente tem muito que agradecer, que *cê* já imaginou se o estudo de antigamente fosse igual que nem o estudo de hoje? Não ia sobrar muita coisa não, e antigamente as *pessoa* estudava e os *professor* **[sinal de punição]** é! que é contra, né? Mas, eu acho que na escola antigamente era segunda mãe que a gente tinha, porque a mãe saía tudo pra *trabaiá* e *os fio* ficava tudo com aquela professora ali, igual hoje. (Cruz, 2022).

Como "substituta" da mãe, a escola da palmatória é aceita por Luiza porque, em sua visão, se não fosse a rigidez da professora, seria a rigidez da própria mãe. Ao falar como foi sua educação, ela relata que sua mãe lhe dava "surras" conforme suas ações. Ela percebe essas surras e castigos como métodos que lhe auxiliaram na evolução pessoal, pois demonstra acreditar que foi através da dor que aprendeu a ser alguém melhor, modificando sua forma de agir, aprendendo a respeitar as pessoas e "aprontar" menos.

> Não, meu pai nunca me bateu, minha mãe já me bateu, mas eu aprontava também, gente. Antigamente você chamou uma...uma *mulé* de puta, avemaria... e eu, eu aprontava e apanhava, mãe batia *mermo*, tinha que respeitar os *zoto*. Ahh, minha irmã, *num* dá não, era cão em figura de gente, vixe... ahhh minha irmã, tinha um... na fazenda que *nóis* morava tinha um chafariz, eu não sei se você sabe o que é, e aí aquelas *mulé* juntava tudo pra lavar roupa, pois eu subia no pé de... de umbu que tinha e xingava as *muié* tudo, e jogava pedra, e... minha irmã de Deus, eu aprontava demais. E aí as *pessoa*: "Dona Catarina, Luiza aprontou", aí ela lá vai, pra pegar também, minha irmã, tinha que ter jogo de cintura, porque se não... só esse negócio de: "passa pra aqui", passava não, eu corria demais. Ahh, eu já tinha uns 10 *ano* por aí, eu aprontava demais, moço... cê é doido! Por isso que eu apanhava de mãe. Pai nunca me bateu não, eu sabia que mãe ia me bater, pai ia pra roça com o trator e eu *fundava* trás escondido, aí quando chegava num lugar bem longe que *num* podia fazer eu voltar, ele tinha que aceitar eu junto. Éhh, mas *num* adiantava não, fugia aquele instante, mas quando chegava em casa... não tinha meu pé me dói... que a *vea* batia *mermo*. E eu hoje eu agradeço a surra que ela me deu, porque se não, menino.... eu acho que nem viva eu *tava* mais. (Cruz, 2022).

A relação de educação punitiva é relatada por Luiza com humor e naturalidade. Ao se apresentar como uma criança enérgica, diz também como sua mãe teria sido mais rígida, por isso, era comum que ela "fugisse" junto ao pai e o trabalho na roça. Mais uma vez o trabalho com o trator aparece como ponto de referência em sua vida, se não como aspecto de independência, como espaço seguro, como refúgio. O retorno à casa, ao espaço privado, seria o momento punitivo. No trabalho na roça, junto ao seu pai, seria o momento em que ela teria uma maior liberdade.

Após a fase da infância, Luiza falou um pouco sobre o que gostava de fazer na adolescência, exaltando momentos de diversão: "Ahh, gostava de dançar, até hoje, né? Eu... eu gosto de fazer amizade, eu gosto de... de... de conversar, eu gosto de contar história, assim... eu gosto de ajudar, eu me sinto bem ajudando.". (Cruz, 2022).

Além da dança, o futebol também foi lembrado com afeto: "Ahh, eu gostava de jogar bola, eu tinha um time de bola" (Cruz, 2022). Luiza narra uma adolescência em que a diversão era o forró, e este era o espaço de sociabilidade para a dança e encontro de outros corpos. Ao lembrar sobre esses momentos de lazer, foi também a vez de evidenciar a fase de namoro e abordar questões de sua sexualidade:

> Ihhh, namorei demais, viu menino? *Hum, hum,hum.... Né brinquedo não.* Ahhh, era escondido, né? Porque quem aceitava antigamente? Era doído. E aí namorei, depois casei, quer dizer... casar não, né? Juntei. Eu tinha 15 *ano*, era... *nóis* já *traibaiáva*, aí casei com a... aí *nóis* viveu 10 *ano*, depois *nóis* separou, aí *nóis* veio embora pra Mucuri, casei com Joana, que é aquela que mora lá na beira da pista, é... depois a... casei de novo que é essa que faleceu. Já tive uns quatro *casamento*, primeiro durou 10 *ano*, o segundo foi Joana, 17 *ano*, e Nice foi com... ela faleceu *nóis* já tava com... acho que Nice *nóis* viveu uns 12 *ano*, que a menina dela tem 15 hoje, quando ela faleceu ela tinha 10 *ano*. Nunca ninguém falou nada não que eu também nunca dei direito a ninguém falar, e a minha vida é a minha, né? E eu também não aceito, quer dizer, eu não aceito alguém falar... falar todo mundo fala, né? Se acha bom, se acha ruim. Ahh, quando entendi por gente, eu acho, eu pensava em ser feliz por aí a fora. (Cruz, 2022)

Quando fala sobre seus namoros, Luiza conta primeiro como teve que namorar escondido e como isso lhe doía. Conta também como começou a viver junto de outra mulher desde seus quinze anos. Como ela já trabalhava, em seu relato demonstra como já teria condições de ser independente vivendo com uma outra mulher. Na fala "casar não, né? Juntei." faz referência a como em sua época não era legalizado o casamento homoafetivo, dessa forma, a relação se oficializava a partir do momento em que estivessem compartilhando a moradia.

Ao ser questionada sobre a aceitação de sua família a acerca de sua sexualidade, ela conta que eles nunca "se meteram" porque ela sempre foi independente, então não tinha o porquê questionarem. E sobre preconceito externo, a mesma diz "a gente sempre sofre, mas

importei com isso não. Sempre gostou de vestir roupas consideradas “masculinas” e ainda assinalou: “Eu nunca vesti um vestido na minha vida.” (Cruz, 2022).

Apesar das falas alheia, a única coisa que lhe importava era ser feliz, pois desde muito nova, era como ela se entendia. E mais uma vez, mas agora como forma de poder vivenciar sua sexualidade livremente, Luiza exalta o trabalho como garantia dessa independência, afinal, esta já tinha seu dinheiro para sua própria manutenção, então não precisada “cumprir” com os papéis de gênero e sexualidade lhe determinados por essa sociedade heteronormativa.

> Nunca tive pra te falar a verdade, eu não me importava com o que os *zoto* falava, eu nunca liguei, acho que é por isso que eu vivi tanto tempo. Com 15 ano já trabalhava, já tinha meu dinheiro, já tinha minha casa, tudo dessa fazenda. Quando eu casei com a primeira, Mariaxinha, é... morei dentro de casa com mãe, pai. Ahh, a gente sempre sofre, mas nunca importei com isso também não, ihhh... nem esquento, até hoje. (Cruz, 2022)

Além de não vivenciar uma relação heteronormativa, Luiza não performa uma expressão de feminilidade condicionada às mulheres nessa sociedade, dessa forma, as falas que escuta correspondem aos padrões heteronormativos. Ela é uma mulher que não é feminina, que não usa vestimentas condizentes ao que o padrão heteronormativo condiciona como adequado a uma mulher, tampouco se relaciona com um homem, transgredindo os padrões de gênero e sexualidade desde ao corte de cabelo, as roupas, a trabalho no trator, como também ao modo de amar. Mas para tal, Luiza exalta como teve e tem “peito” para enfrentar todos esses preconceitos.

> Ahhh, tanta coisa que *cê* ouve que se for botar na caneta é papel demais. Ahh, que.... como é que é meu Deus? Ahh, tinha que tomar vergonha, nóis tinha que casar co... essas *coisa*, e aí a vida é sua, *cê* faz dela o que *cê* quiser, que achar que deve, eu acho que é assim, né? Que a gente pensa. [...] Mas...mas, nunca importei que alguém falasse, achasse, eu tinha que eu achar, não era os *zoto*, e *cê* ver que da minha época é difi... era difícil, você garantir, você tinha que ter peito. Eu é difícil... é... a gente sair... as vezes... casa assim não, mas em lugar público pra você ir no banheiro... aí é pesado, desde quando eu entendi por gente. Nunca vesti ves... quer dizer... nunca vesti um vestido na minha vida, nã... eu não, eu... eu me sinto bom assim do jeito que eu sou e também não quero mudar também não. Uma época quando, não sei se você lembra do Menudos, lembra? Daqueles *cantor*? Aí que criei um cabelo daquele ali, que era bonito meu cabelo, batia aqui assim, aí era... foi a única vez que deixei meu cabelo crescer, mais nunca, eu nunca gostei de cabelo grande. (Cruz, 2022)

Embora tenha afirmado que era doído ter que namorar escondido, que era difícil ser lésbica em sua época muito mais do que é hoje, que é pesado estar em banheiros públicos porque sua performance confunde as outras pessoas, ela se contradiz, dizendo que nunca sofreu homofobia. Nesse momento da entrevista, é como se ela associasse o preconceito apenas com agressões físicas e não reconhecesse a violência cotidiana que recebe com os olhares e sussurros

contrários ao seu modo de ser. Ela narra com comicidade sobre sua performance confundir a sociedade, como se isso lhe permitisse passar quase "ilesa" às violências:

> É isso que eu digo pra você que eu... eu... eu nunca sofri nada disso, eu não, porque meu jeito já é... eles ficam sem entender se é uma coisa ou se é outra, aí eles *fica* na dúvida e por isso eu passo. Se eu chegar num... num... numa festa que tem só *homi* eu viv...eu danço, pulo, do mesmo jeito, só nunca dancei com *homi*. Eu não! (Cruz, 2022)

Apesar de afirmar nunca ter sofrido nenhum tipo de violência física em razão de sua sexualidade — e assimilar isso como não passar por lesbofobia ou qualquer tipo de preconceito —, as falas de Luiza demonstram como a cisheteronormatividade é uma estrutura violenta de poder que atinge o cotidiano das pessoas que não correspondem a suas exigências. Um forte exemplo disso é sobre sua jornada enquanto assentada e nos motivos pelos quais a conquista de seu lote foi mais demorada do que de algumas pessoas que estiveram no acampamento no mesmo período que ela.

> Hoje tá com... vai fazer 20... vai fazer 25, né? 25 *ano* que *nóis* mora aqui. Ahh, porque eu gosto, eu amo o Movimento Sem Terra, e sair? nunca pretendi sair, depois que eu entrei nunca saí. Desde quando eu, eu entendi de que... *num* entendia direito de movimento quando *nóis* veio pra aqui, quando eu vim pra aqui já tinha um mês que eles *tava* aqui acampado, todo o processo do movimento eu passei, *todas luta*. (Cruz, 2022)

Luiza foi morar no assentamento Paulo Freire em 1997, desde a fase de acampamento. Como a mesma disse, passou por todas as fases de luta, todavia, só conseguiu a posse definitiva da terra vinte e quatro anos depois, visto que naquela época, um casal lésbico não poderia adquirir um lote juntas. Em sua fala, ela demonstra como foi necessário ter paciência e persistência para alcançar direitos que extrapolam a posse da terra. Por isso, é preciso reconhecer que dentro do MST se constrói uma luta pela terra e na terra, visto que os direitos almejados transcendem a luta pela terra.

> [...] *num* entrava duas *mulher* no mesmo papel, ou uma ou a outra, aí eu escolhi ela ficar. Ela ficou sendo assentada e eu fiquei lutando, também não saí do meu lote, 24 *ano* nunca saí dele. [...] Hoje... hoje já... hoje já mudou o esquema, hoje já entra, mas antes não entrava não. (Cruz, 2022).

Um movimento social que questiona a estrutura na qual ele está sendo construído não está isento de reproduzir opressões pré-existentes, ao contrário, ele sempre será ameaçado pelas violências e desigualdades dessa estrutura contestada, uma vez que a cultura se transformada gradativamente. O machismo, o racismo, a cisheterenormatividade e a LGBTfobia são pontos recorrentes nos relatos das entrevistadas.

Assim sendo, além de reconhecer sua existência nesse meio, é importante identificar também as ferramentas que estão sendo construídas para combatê-los. Quando diz que "Hoje já mudou o esquema" Luiza expressa como essas questões estão se modificando em benefício de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, respaldando o discurso do MST em relação aos diversos setores construídos como forma de abranger as discussões e promover espaços de educação permanente para a comunidade.

Ao aprofundarmos em sua vivência enquanto militante, Luizona fala sobre os papeis que desempenha com o grupo organizacional do MST. Inicialmente ela esteve no setor da "disciplina", sendo responsável em organizar e vigiar os acampamentos, garantindo a segurança da comunidade acampada. Quando fala sobre sua jornada de mulher assentada, assinala as diferenças entre hoje e antes, demonstrando como considera que antes era mais difícil e perigoso ocupar uma terra, enaltecendo o quanto isso exigia inteligência e coragem.

> [...] *eles tinha* que ter peito mesmo pra entrar numa fazenda e coragem, estratégia que eles tinham que ter muita, hoje até que não tem muita estratégia não, mas antigamente eles eram inteligente mesmo, porque o cara pra entrar numa fazenda com pistoleiro, era porque os cara tinha peito e coragem, né? Muita coragem. E aí eu criei mais coragem quando eu via eles, eu falei: ah, vou *trabaiá* logo é na disciplina. Ahh, eu achava bonito, avemaria, ta lá no pé do pau, dormia lá em cima do pé do pau vigiando a estrada, tomando conta do *zoto* que *tava nos acampamento*. (Cruz, 2022).

Hoje ela está no setor da "produção", responsável em atividades manuais que sejam de objetivo coletivo: desde à plantação, colheita, como à construção e conserto de alguma estrutura. Estar em uma comunidade assentada e ativa na militância exige que, além do cuidado com seu lote, com sua produção, você tenha uma consciência e cuidado coletivo. É comum que, durante eventos externos, o movimento leve produções coletivas para comercialização nas feiras, modo de subsidiar as ações do próprio grupo.

Diferentemente da ideia de indivíduo comum na lógica capitalista em que a função tem se desviado do sujeito cidadão para um mero consumidor, essa intensa divisão de tarefas me faz perceber como a assentada que se integra à militância possui uma função social. Cada pessoa que se responsabiliza com um setor tem sua responsabilidade e sua importância. Essa função social se apresenta com maior nitidez através da divisão de trabalho em objetivo da coletividade.

> Ahh, de tudo tem minha mão, de tudo que vai fazer aqui ou fora eu sempre... só não vou quando não me chama ou se não quando *num* dá pra mim ir pra algum canto, mas, aonde o Movimento fala que eu tenho que ir, eu vou. Ahh, eu faço tudo, oiá... eu *trabaio* de motosserra, trabalho de enxada, trabalho foice, trabalho de roçadeira elétrica, *trabaio* com o trator, *trabaio* de tudo, só não mexo com gado mais, mas eu

> mexia muito com gado, tirava cento, cento e vinte lito de leite todo dia, *trabaiava* pro *zoto*. Assim... aqui mesmo, né? no meu lote mesmo, mas *trabaiava*... eu... o leite era... o leite era meu, eu peguei o gado do cara na meia... o leite era meu, eu vendia, era eu e meu menino mais novo, era pequeno na época, *nói*s tirava... e trabalhava no cacau, eu gosto também, gosto muito de trabalhar no cacau, quando eu cheguei pra aqui logo eu tomei conta daquelas três estufas de cacau ali, saía caminhão mais caminhão de cacau que eu secava. Plantar, colher, desbrotar, desgalhar, roçar, tudo eu sei fazer. (Cruz, 2022).

Com seu lote Luiza conta que conseguiu sobreviver economicamente com produção de horta, mandioca, criação de gado leiteiro e atualmente almeja desenvolver produção de cacau. Trabalhou por vezes na feira, algo que ela aponta desgostar, pois prefere trabalhos manuais. Luiza vive sozinha no seu lote, e ao falar sobre, menciona sobre sua maternidade. Não há um aprofundamento sobre, todavia, ela afirma como, independentemente das questões biológicas, todos seus filhos estão registrados apenas em seu nome.

> Eu queria ter *dois filho*, aí o mais velho... aí depois quando o mais velho já *tava* com 23, 24, 25 *ano*, foi que eu engravidei desse do meio, Negão, também só quis esses três, os dois, né? Porque a menina é de Nice, mas registrei no meu nome, a menina... mas é minha também e é isso aí. Quando eu tive o do meio, o mais velho *tava* com quase 30 ano, tudo com meu nome, só meu nome também. (Cruz, 2022).

Quando questionada sobre como é sua vida no campo, sobre o que faz no dia a dia para se divertir, Luiza descreve uma rotina de marasmo: “Ahh, dia a dia é esse mesmo que cê vê aí todo dia, não muda não, tem muita mudança não.”. Todavia, esse cenário muda quando correlacionado às atividades referente ao MST, afinal, há uma dinâmica de oficinas, debates, reuniões, viagens e atividades que proporcionam vivências diferenciadas.

Ao responder sobre se aprendeu algo nessa militância, ela fala não somente de conteúdos políticos, mas de uma transformação humana, pois a experiência no Movimento a proporciona uma abertura para realidades diversas. Antes, relacionava falta de trabalho com preguiça, hoje, demonstra uma capacidade de análise macro sobre o assunto. A cada encontro, oficina, reunião, muito se fala, muito se escuta, muito se discute e muito se vive.

> Ahh, aprendi muita coisa, eu aprendi ser humilde, que eu não era, eu aprendi ser humilde no Movimento, que pra mim antigamente quando eu *trabaiava* pro *zoto* o que valia era o que eu tinha, sup... eu não ligava pra vida do outro que *tava* ali com uma necessidade ou outra. Pra mim... ahh, *tá* passando necessidade porque *tá* com preguiça de *trabaiá*, mas não é assim, né? A vida não é assim. Hoje eu enxergo muita coisa através do Movimento, conheço muita gente, muita mesmo! Através do Movimento, conheço capital que... *cê* acha que eu tinha condição de chegar em Salvador? Quando? Nunca. E eu já sei... conheço... num conheço Salvador inteiro, mas *as viagem* que eu já fui pra Salvador, eu num sei nem... já perdi até a conta. De Salvador pra casa, pra cá pra trás, mas muito de lugar pequeno aí ó eu conheço através do Movimento, saía pra ajudar e lá ficava, ficava 15 dia, 1 mês, me mudava dali pra outro canto e eu andava

> mesmo pelo Movimento, andava não, ando até hoje. É só eles, eles falar: "vai!" eu vou! Eu não tenho esse negócio não. (Cruz, 2022).

A formação humana é contínua, e fica evidente tanto na fala de Luiza como na das demais entrevistadas. As andanças proporcionadas a partir do extremo sul baiano em direção à Salvador e outras viagens foram extremamente importantes no processo de formação de Luiza. Há um elemento de ensino-aprendizagem essencial desenvolvida através do MST: as pessoas se conhecem, falam de si, lutam por uma causa e se reconhecem umas nas outras.

> Ahhh, é uma emoção atrás da outra, porque uma... a minha felicidade maior é quando eu encontro *meus amigo* e quando eles me vê também, então é aquela emoção muito grande, que a gente fica muito tempo sem ver, *tendeu*? E quando a gente se encontra parece que... entendeu? É muita amizade eu tenho, nos outro lugar, nos outro assentamento, eu faç... eu sou bom de fazer amizade, eu tenho muita amizade mesmo, muita mesmo nessas estradas aí. (Cruz, 2022).

Além dos espaços de conscientização político-social, há espaços de sociabilidade conhecidos como "culturais", promovendo momentos afetivos e de diversão que talvez não fossem alcançados na rotina campesina: "Ahhh, só me divirto quando eu vou pra lá pra aquelas *banda* de Salvador, aquelas bandas que tem noite cultural e eu pico o pau, eu danço com força." (Cruz, 2022). Enquanto na infância ela fala essencialmente sobre uma rotina de trabalho árduo, na vida adulta, ao falar dos espaços relacionados ao MST, Luiza fala com leveza, sobre como esses momentos em coletividade a deixa realizada. Ela demonstra como consegue aproveitar desses momentos. Ainda que muito trabalhe, experimenta também espaços de diversão.

Quando fala sobre o MST, Luiza descreve como sua vida mudou com e através da luta: "É... eu só tenho a agradecer o Movimento da pessoa que eu sou hoje, tenho lote de quas... de quase 200 mil, que se for avaliar ele, ele dá isso aí, e se eu tivesse fora eu nunca ia ter isso aí que eu tenho hoje." (Cruz, 2022). A fala sobre a mudança pessoal também é atrelada a uma consciência social da importância das múltiplas atividades culturais e educacionais desenvolvidas através do MST.

Ao narrar sua trajetória de mulher lésbica assentada, Luiza demonstra o quanto sua vida foi de muita labuta, insubmissão e persistência. Apesar das dificuldades, ela seguiu e segue defendendo a causa, pois acredita em uma vida melhor para si e para sua comunidade. Ao falar dos processos de melhorias para si e para comunidade, demonstra como necessário que a juventude tenha oportunidades para continuar todo caminho percorrido. Findando a entrevista, perguntei qual conselho Luiza daria às jovens assentadas e o que ela mudaria em sua comunidade, caso pudesse, sobre isso ela respondeu:

> Ahh, lutar, estudar, ser humilde, é... é... ter mais amor no coração que é bem pouco, que tem mas eu acho que.... é isso aí, eu acho que eles têm que pensar mais, ter mais amor no coração, ser mais humilde com *as pessoa*, porque você sendo humilde você vai longe, entendeu? E a educação, eu acho que eles tem que ter mesmo essa cultura que vem, é largar orgulho de lado e ajudar, ajudar as pessoas, os mais carentes, sei lá, fazer alguma coisa pelo povo, porque eu se eu pudesse fazer hoje, eu fazia tudo diferente, eu se eu tivesse dinheiro esse assentamento eu mudava a cara dele, mas, você só não faz nada, tem que ser, né? Mas, eu acho que.... ahh, consertava aquele casarão que era... era o que mais fazia assim.... uma escola pra... ensinar esses jovens, mudar a cabeça dos jovem, que o jovem hoje num tem nada pra fazer, num tem uma cultura, num tem nada, né? Fica aí... aí aprende o que vem na mente, cê sabe que cabeça vazia é oficina do diabo. (Cruz, 2022).

Finalizei a entrevista perguntando: Como você gostaria de ser lembrada no mundo? O que você falaria de si para quem não te conhece? Quem é Luiza? E essa finalizou descrevendo-se: “Meu nome é Luiza Porto da Cruz, eu acredito na luta! Ainda vai mudar muito, tirar muita gente da rua com fome, que *tá* passando fome. [...] Em nome de Jesus vai melhorar e vai tirar muita gente da rua ainda e eu quero *tá* junto ajudando... acreditar na luta.” (Cruz, 2022).

ILUSTRAÇÃO 9 — Fotografia de Luiza

Fonte: Fotografia cedida pela entrevistada.

5.2 JULITA: MENINEZ INTERROMPIDA E O TRABALHO DE CUIDADO

Eu conheci Julita na manhã do dia 19 de março de 2022, durante a atividade da roda de conversa no assentamento Zumbi dos Palmares. Me recordo que em uma de suas falas ela enfatizou a importância em incentivar a denúncia das violências de gênero ocorridas na comunidade, isto porque, segundo ela, o medo ainda é predominante entre muitas assentadas que seguem silenciadas.

A partir desse evento ela prontamente se disponibilizou em colaborar com o projeto. A entrevista ocorreu em sua casa, na manhã do dia 02 de abril de 2022, no assentamento Paulo Freire. Julita, diferentemente de Luizona, mora diretamente no seu lote, abdicando da vida na agrovila do assentamento Paulo Freire.

Esse assentamento possui uma divisão geográfica[30] diferente dos demais assentamentos de Mucuri: há uma agrovila como composição central, e as áreas de produção — também denominadas pelos populares como “lotes” — são distribuídas ao redor. A agrovila é a área habitacional, aglomerando as casas, escolas, igrejas, posto de saúde e áreas coletivas. A organização do espaço habitacional em agrovila facilita o convívio social e assume um papel estratégico na condução da vida no assentamento, permitindo uma maior integração e articulação do Movimento com os demais assentados.

Por outro lado, há uma crítica por parte de alguns assentados a este modelo, visto que, para alguns, essa distância entre a área habitacional e a área de produção seja um problema. Há quem viva no assentamento Paulo Freire diretamente na agrovila e se locomova para produzir no lote que fica um tanto mais distante, e há quem prefira viver diretamente no seu lote, para facilitar o processo de cuidado com sua produção.

Nos outros três assentamentos de Mucuri, por decisão dos próprios assentados durante o processo de elaboração dos Projetos de Assentamentos (PA), o espaço se divide em Núcleos Habitacionais: a unidade habitacional é dentro da área de produção, havendo aproximadamente 10 lotes em cada um desses núcleos. Dessa forma, a dinâmica de sociabilidade e de transeuntes se difere entre esses assentamentos.

Assim que chegamos à casa de Julita — eu estava na companhia de Elci, como em todas outras entrevistas fora da agrovila do assentamento Paulo Freire —, fomos recepcionadas com café e grande entusiasmo da colaboradora em me mostrar suas produções. Antes de eu iniciar

[30] Para melhor compreensão do tema, indica-se a leitura: SOARES, Irani Santos. **A Organização do Espaço em Assentamentos de Reforma Agrária na Bahia:** intenções e ações. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador. 2014.

o preparo dos instrumentos para gravação da entrevista, Julita me convidou para conhecer os arredores do seu lote.

Na fotografia exibida a seguir ilustra-se o momento no qual ela, logo após me apresentar sua farinheira e instrumentos que utiliza para moer seu corante, explica um pouco sobre seu gosto pela agroecologia e o quanto fica utilizando sua terra como seu grande laboratório.

ILUSTRAÇÃO 10 — Fotografia de Julita apresentando sua plantação

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Mesmo que eu não tivesse experiência com a diversidade de plantas e frutas ali existentes, fui cativada pela forma com que ela falava extasiada sobre seus experimentos. Em poucos metros quadrados Julita havia plantado limão, laranja, cupuaçu, cacau e cará-moela — este último, apresentado a mim pela primeira vez ali —. Eu escutava atenta reconhecendo minha extrema inabilidade na área enquanto ela falava com muita propriedade e orgulho de cada experimento bem-sucedido.

Eu poderia desconhecer as variedades de plantas e frutas que ela me apresentava, mas conseguia identificar quando alguém falava de algo com extremo afeto, e era do que se tratava aquele momento. A apresentação de sua área produtiva inaugurou o teor poético da trajetória de vida narrada por Julita. Em meio a um relato de aproximadamente uma hora, as lágrimas em decorrência das memórias fatídicas e silêncios se embricaram com sorrisos e um olhar inspirador.

Julita Nogueira Soares de Oliveira nasceu em 21 de maio de 1964, no município de Medeiros Neto, no Extremo Sul da Bahia. É uma mulher casada, católica e mãe de 3 filhos (dos quais dois faleceram ainda bebês). Ao se identificar, Julita faz questão de anunciar: "eu me considero negra e com muito orgulho!" (Oliveira, 2022)[31].

Embora tenha estudado até a antiga 5ª série (que equivale ao atual 6º ano), Julita segue demonstrando uma intensa paixão em aprender e ensinar, uma vez que participa dos projetos de coleta de sementes e medicina natural da comunidade. Julita é, como algumas de suas outras colegas assentadas, colhedora de semente nativa no Núcleo Sapucaia do projeto associado ao *Arboretum*.[32]

Sua memória sobre a infância é de ter vivido metade dela na zona rural. Ela descreve sobre uma vida de criança simples, em uma casa de "taipa batido barro" na qual não existia muitos eletrodomésticos e o fogão era à lenha — o mesmo tipo que ela afirma não abrir mão até hoje. Quando criança, vivia com sua mãe, pai e mais cinco irmãos. Julita era a segunda filha mais velha e, desde muito nova, trabalhava para ajudar:

> Eu na minha infância eu recordo de muita coisa boa, na minha vida de menina eu até trabalhava também, mas, eu comecei a trabalhar *pra* ajudar a minha mãe aos 7 anos de idade, eu era babá, eu cuidava de uma criança, ajudava cuidar de uma criança e assim foi *atéé*... eu não me lembro exatamente a idade que eu parei de trabalhar, mas, eu trabalhei também muito... trabalhei na roça com meu pai e com minha mãe, eu fazia de tudo um pouco pra ajudar. (Oliveira, 2022)

Sobre sua educação escolar Julita se lembra que começou a estudar com aproximadamente 8 anos, e que "na época os professores *podia* corrigir. [...] *podia* botar de castigo, bater com régua, com palmatória", e alguns, segundo ela, "passavam da medida". Como mudava-se muito de casa, e as escolas, em sua maioria, ficavam distantes de onde ela morava, teve diversos empecilhos para seguir com os estudos no espaço formal. Apesar das dificuldades e do relato da educação punitivista, ela também possui recordações extremamente positivas da escola, exaltando o uso da cartilha.

---

[31] Julita Nogueira Soares de Oliveira. Entrevista de pesquisa concedida a Jamile Stephane dos Santos Souza, em Mucuri/BA, no dia 2 de abril de 2022.

[32] O *Arboretum* é um Programa interinstitucional que reúne atores relacionados à pesquisa, à normatização e à extensão, em um ciclo que vai desde a coleta de sementes, produção de mudas e plantios para restauração e para uso sustentável de espécies florestais, numa estrutura de suporte técnico e logístico permanentemente vinculada às ações de campo. Os Núcleos de Coleta de Sementes formam uma Rede de Sementes por meio da formação de coletores em comunidades da região, com suporte técnico e logístico permanente do Programa nas ações de coleta, beneficiamento, identificação, armazenamento e comercialização das sementes. Cada Núcleo é resultado da cooperação da comunidade, por meio de uma associação ou cooperativa, com o Programa e recebe o nome de uma espécie da flora com significado ou ocorrência representativa para aquela comunidade. Para saber mais, ver: https://www.programaarboretum.eco.br/nucleo/40/nucleo-sapucaia.

> Eu gostava, gostava muito, eu gostava de estudar e desenhar, eu ia pra escola... como eu falei no início que eu trabalhava, era babá, eu saía pra escola depois do almoço, muitas vezes eu ia escrevendo, caminhando e fazendo *os dever* no caderno porque não tinha tempo pra parar pra fazer, pra chegar na escola e já *tá* pronto. Os momentos que as *professoras juntava* com a gente, brincava, elas *ensinava muita* coisas boas pra gente, inclusive, de religião, ela falava muito... eu tive uma professora que era uma professora muito boa, eu lembro até hoje o nome dela, era muito... era uma professora mãe, que ela... na época essa professora não batia nos alunos, as outras sim, mas, ela não. Aí ela era muito boa, ela sentava com a gente, conversava, e dividia merenda, como tinha muitos alunos que não levava na época ela dividia, ela levava da casa dela e dividia com a gente, com os outros alunos, e aí ela era uma professora muito boa, esse tempo que ela ficou na escola foi muito bom, aí quando ela saiu, que ela tinha que mudar porque ela ia casar, ia parar de ser professora, aí mudou tudo. Eu gostava de estudar história, eu gostava muito porque na época era cartilha aquela que vinha umas histórias, tipo *umas historiazinha* na cartilha, eu gostava muito *daquelas história*, gostava muito daquelas historinhas, eu lia muito, eu... aí eu tirava... copiava as historinhas pra eu levar pra casa e ler pros meus irmãos que não estudava. (Oliveira, 2022)

Ao descrever como eram as brincadeiras em sua época, Julita evidencia uma realidade muito distante da atual. Além de ser uma época em que a infância era essencialmente analógica, ela demonstra como sua realidade de menina pobre exigia uma maior criatividade e reutilização de materiais para a construção de seus próprios brinquedos:

> [...] eu brincava muito com meus irmãos dentro de casa assim no quintal, a gente tinha um quintal, a gente brincava muito, aí a minha madrinha fez uns moldes de boneca de pano, aí a gente costurava a boneca e enchia, a gente colhia paina de malva que minha mãe vendia, colhia paina de malva pra poder vender pras serrarias, na época usava muito isso, paina de *táboa*, a gente colhia...eu junto com ela pra vender. Então, eu usava aquelas painas pra encher as bonecas, a gente costurava as bonecas e enchia, eu fazia várias bonequinhas de pano, fazia o cabelo, desfiava de outro tecido e fazia o cabelo das bonecas, a gente brincava dessa forma. (Oliveira, 2022)

Em sua adolescência morou em Teixeira de Freitas, na zona urbana. Ao falar sobre sua chegada em Teixeira de Freitas, declarou como na cidade "não existia quase nada, era um comercinho pequeno" e ainda completou: "eu vi construir o hospital regional. [...] vi construir o bairro Santa Rita, o bairro Redenção" referindo-se aos bairros mais antigos da cidade.

Quando questionada sobre quais eram os locais e momentos de diversão, ela alega que seu passeio era na igreja, e, referindo-se ao namoro e formas de paquera em sua época, ela conta que "ou era recado ou era bilhete", daí "respondia que sim ou que não", mas que muitas vezes essa relação sequer se concretizava, pois, como ela reforçou, com o excesso de vigilância, "os pais não *dava* tempo". Além da igreja, a escola, Julita apresenta um outra espaço cultural muito prezado por ela: o circo.

> [...] a gente morava perto de uma pracinha que tinha um circo, eu gostava muito de ir *pro* circo, eu saía escondido de minha mãe e levava meus irmãos tudo pro circo,

> entrava no circo escondido e aí pra mim aquilo ali... quando eu *tava* no circo pra mim era um sonho. (Oliveira, 2022)

Dessa forma, entre as boas memórias e sonhos de infância, ela também evocou memórias tristes relacionadas a uma série de infortúnios que ocorreram em seguida. O primeiro infortúnio foi o divórcio de sua mãe e seu pai quando ela tinha aproximadamente 11 anos, elemento esse que afetou a sua vivência de adolescente: “fiquei sendo a mãe dos meus irmãos”, diz Julita.

O segundo evento trágico narrado pela entrevistada foi o falecimento de sua mãe em razão de um câncer. Julita conta como na ausência de sua mãe ela teria sido “convocada” a corresponder com suas obrigações enquanto mulher, mesmo tendo aproximadamente quinze anos de idade. Um ano após o falecimento da mãe, seu pai também faleceu.

A sucessão de fatalidades direcionou sua vida a inúmeras responsabilidades. Trabalhava em casa e fora dela para ajudar a família. Sua memória mais marcante da adolescência foi de quando trabalhava em uma churrascaria para ajudar financeiramente em casa. Ela relata como tinha que acordar às 03:30 da manhã para lavar as roupas dos irmãos e sair às 06:30 para ir trabalhar na churrascaria.

No livro "O Segundo Sexo" a autora Simone de Beauvoir ressalta como a sociedade patriarcal, ao impor estereótipos de gênero, direciona as meninas para o universo doméstico, enquanto os meninos são encorajados a buscar atividades externas e trabalhos assalariados. Essa divisão de trabalho baseada no gênero acaba por limitar as oportunidades das mulheres e reforçar a noção de que seu lugar é no âmbito privado.

Nesse sentido, Julita atendeu às demandas de papéis de gênero e de classe tanto no trabalho doméstico, como no assalariado, visto que na ausência de sua mãe e de seu pai, ela foi responsabilizada pelo cuidado da casa, dos irmãos e pelo sustento financeiro destes. Como se não bastasse a imposição sistemática das tarefas domésticas para si, sua condição de classe a forçou o acúmulo de funções e trabalhos.

Tendo sua adolescência interrompida, seus estudos prejudicados, seus momentos de lazer um tanto que anulados, Julita casou-se nova, ainda com os quinze anos: “Saí porque queria me livrar daquele peso” disse ela. Julita buscou no matrimônio um refúgio, ela acreditava que, como não teria escapatória sobre as tarefas domésticas, que ela tivesse ao menos a liberdade de exercê-las em um ambiente que poderia ser de fato a “dona” de casa.

Todavia, as obrigações seguiram, e, além de esposa, Julita em seguida tornou-se mãe. A imaturidade e a falta de instrução para a maternidade são apresentadas por ela como elementos que dificultaram a sua vida. Seu sonho de menina era ser cantora, e, contrariando a

ele e a sua perspectiva de refúgio no matrimônio, ela conta: “fui ser mãe, fui ser esposa, fui... ser doméstica, na verdade.” (Oliveira, 2022). Ao expor essas questões, ela demonstra também como tudo isso lhe afetou psicologicamente:

> [...] eles se separaram e veio a doença da minha mãe, veio um câncer, aí daí pra cá pronto, *cabou*, aí eu tive que trabalhar, eu tive que cuidar dos meus irmãos, saí de casa muito nova, eu assim... eu não tive aquela... aquela juventude, que eu já com 15 anos, né? aí eu já não conseguia mais estudar porque eu tinha que cuidar dos meus irmãos, aí fiquei assim... eu dessa época eu não lembro quase nada, *num* lembro mais assim, eu senti que teve uma mudança na minha mente, eu fiquei uma pessoa assim muito esquecida, eu esqueço muito, dessa época pra cá mudou tudo, aí eu tive que trabalhar em um restaurante, cuidar dos meus irmãos, cuidar da casa do meu pai, aí eu fiquei sendo a mãe da casa, aí a minha vida parou, aí eu já casei também, já saí de casa nova demais, não tinha noção do que é que era ser uma esposa, ser mãe, assim... eu não fui instruída pra isso, eu não fui instruída pra ser esposa, pra ser mãe, não fui. (Oliveira, 2022)

Em seu relato, há uma exposição bem realista sobre o matrimônio e a maternidade. Mesmo falando com afeto de seu filho, não há nenhuma romantização sobre esse processo por parte dela, ao contrário, ela faz questão de contar como ter sido mãe na adolescência foi extremamente árduo. Ela, que muito tinha ajudado sua mãe a cuidar de seus irmãos, se viu sozinha ao descobrir as desventuras do matrimônio e da maternidade.

Sua meninez foi abruptamente interrompida por eventos que evidenciavam a todo momento que ela, além de todas suas outras múltiplas identidades, era uma mulher, e como tal em uma sociedade patriarcal, possui mais desvantagens do que privilégios. Fomos socializadas por um sistema que cria uma série de normas e expectativas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A escritora e feminista negra bell hooks em seu livro "O Feminismo é para Todo Mundo" (2019), discute como o patriarcado utiliza a maternidade como forma de controle sobre as mulheres. Ela argumenta que a expectativa da maternidade compulsória pressiona as mulheres a se conformarem a um papel essencialista de cuidadoras, perpetuando assim a desigualdade de gênero e negando-lhes a autonomia sobre seus próprios corpos e escolhas.

Essa condição do trabalho de cuidado (Hirata, 2016) nos é imposta desde a infância, e está sempre sendo reforçada pela família, pela mídia e pela sociedade em geral. A falta de uma educação transgressora com perspectiva feminista, que deixe de idealizar a figura da mulher como esse ser dedicado aos cuidados com o lar e à família, contribui para que esse padrão seja perpetuado de geração em geração.

Mulher negra, de pele retinta e pobre, Julita intersecciona as violências sofridas ao longo de sua trajetória ao narrar sobre um episódio de racismo quando trabalhava como empregada

doméstica nos seus, aproximadamente, 12 anos de idade. Segundo ela, o filho da patroa, homem branco, havia lhe inferiorizado em detrimento de sua cor, sendo esse momento de racismo um episódio que lhe marcou profundamente:

> [...] eu fui trabalhar com uma senhora, ela era uma pessoa muito boa, inclusive, ela até queria me adotar como filha dela, né? aí o meu pai na época não deixou, aí o filho dela... eles eram uma família de alemão, branco, todo mundo muito branco mesmo, galegos, e aí um dia eu *tava* lavando a sala dela, a casa dela, limpando, aí o filho dela entrou com o sapato sujo, aí ela falou: "você não pode fazer isso!" a mãe dele falou: "você não pode fazer isso porque ela *tá* limpando o chão, você não pode...", aí ele falou... aí ele foi e falou pra ela: "mas essa negra *tá* aí é pra isso, ela *tá* aí pra isso, é pra limpar quando eu sujo!" aí eu simplesmente parei, deixei tudo e voltei pra casa, vim pra casa da minha mãe e nunca mais voltei. (Oliveira, 2022).

Julita permanece casada, vivendo apenas ela e seu esposo no lote. Em seu relato ela demonstra que eles preferiram viver diretamente na área de produção do Assentamento Paulo Freire justamente pela facilidade com o cultivo da terra. Além de mãe, hoje Julita é avó. Ela contou que teve 3 filhos, entretanto, dois morreram ainda bebês. Apesar de seu filho (com 41 anos de idade ao tempo da entrevista) viver em Teixeira de Freitas, ele sempre os ajuda com as plantações no lote.

Em sua descrição, a entrevistada afirma que voltou a morar no campo em 1997, participando desde a fase de acampamento. Julita soube do MST através de um vizinho e a partir dele contou para o esposo. Foi ela quem teve a vontade inicial e afirma que vieram assim que souberam como funcionava o processo de luta pela terra. De acordo com sua fala, ela é assentada desde 2007, sendo oficializada anos depois, em 2015.

Ao falar de sua profissão, ela enfatiza: "eu me considero agricultora, depois que eu vim pro assentamento eu me considero agricultora porque eu trabalho aqui, eu produzo aqui.". Hoje ela trabalha com as plantações em seu lote, comercializando alguns produtos que cultiva e participa também de alguns projetos, entre eles, ela destacou ter sido beneficiada com o crédito Fomento Mulher, projeto do Governo Federal que visa, através da destinação de recurso de até 5 mil reais por família, promover maior autonomia das mulheres campesinas.

Esse projeto, de responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), incentiva a implantação de algum projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote no assentamento, Julita destinou seu recurso em instrumentos de moer corante. Segundo ela, um moedor de corante permite que ela produza com maior facilidade, em tempo ágil, aumentando sua produção e consequentemente sua renda. Ela diz que hoje não vive totalmente da terra, mas acredita que a renda vai melhorar.

Em complemento à sua narrativa de mulher assentada, Julita é assertiva ao dizer que viver no assentamento é uma escolha pois ela "já não aguentava mais a cidade", afinal, ela considera o espaço urbano extremamente violento, desenvolvendo vários traumas decorrente das experiências que obteve na zona urbana: "escolhi *vim pro* assentamento que pra mim lá na cidade eu não tinha liberdade de abrir o meu portão e aqui eu não tenho quintal, eu não tenho cerca no meu quintal" (Oliveira, 2022). O espaço do campo se configura para ela como seu refúgio:

> Aqui no assentamento eu vivo a minha vontade porque eu não sou obrigada a nada, em nada, *pra* mim aqui é o lugar de... que eu sonhei a minha vida inteira, de morar aqui na roça no assentamento, porque pra mim aqui é uma segunda família que eu conquistei, que eu não tive cidade eu tenho aqui. Amizade de todo mundo, lá na cidade eu não tenho coragem de sair de um bairro *pra* outro caminhando e aqui eu tenho coragem de ir de um assentamento no outro caminhando como já fui várias vezes sozinha. Então, aqui *pra* mim é um lugar de paz, *pra* mim até agora aqui foi bom. (Oliveira, 2022).

Além da segurança, ela destaca a liberdade que tem em transitar no campo e, principalmente, fala com alegria sobre as possibilidades de sociabilidade que obtém através das atividades desenvolvidas dentro do MST. Julita é ativa no Movimento, conta que já foi coordenadora de área, e que no momento da entrevista era participante do conselho de saúde de medicina natural da Brigada Aloísio Alexandre. Quando questionada sobre o que mais gosta no Movimento, ela diz o seguinte:

> Eu... eu gosto de tudo, mas, o que eu mais gosto é a liberdade, principalmente de nós mulheres, gosto muito. A liberdade de falar, a liberdade de expressar, né? no geral, porque no MST nós mulheres temos a liberdade de falar o que sente, de abrir a boca, de chorar, de gritar, nós temos liberdade, né? Não só nós mulheres, né? Toda raça, eu falo raça porque é um jeito meu de falar, né? E eu acho muito bonito o jeito que o MST trata esse povo homossexual, eu acho muito bonito porque eu valorizo muito, enquanto lá fora são humilhados... porque se eu pudesse eu juntava todos e botava dentro da minha casa, porque na minha família tem, na família do meu esposo tem e pensa num tanto que eu gosto, parece até que eu gosto mais deles do que dos outros. Então, a gente tem liberdade, os homossexuais tem muita liberdade dentro do MST e é uma coisa que eu acho muito bonita, muito bonita porque eu acho que nós não temos um Movimento pra acolher mais que o MST, não... eu acho que não tem pra acolher, pra dar liberdade, pra respeitar o direito de cada um, porque eu aprendi muito nessa área de respeito, eu aprendi muito porque eu era uma pessoa muito amarga devido as minhas coisas que eu passei, né? Na minha... durante a minha criação de criança, de jovem, de adolescente, eu era muito amarga. Então, no MST eu aprendi que por mais que você sofra você não precisa ter amargura, não precisa, porque eu tenho liberdade de sentar *num* grupo de mulheres e falar, eu tenho liberdade de cobrar, de expor meu sentimento e isso no MST porque em nenhum outro lugar eu vi isso. (Oliveira, 2022).

Ao falar sobre os aspectos que considera positivo dentro do MST, Julita também considera que a discriminação com o Movimento no Brasil ainda é muito grande, o que, de

acordo com ela, não deveria ocorrer, afinal para ela o MST "é um Movimento que dá oportunidade de transformação, né? que ajuda a pessoa, resgatar pra ter um futuro melhor". Além de enumerar as ações sociais desenvolvidas pelo Movimento, a narrativa de Julita contém uma especificidade de transformação pessoal dentro do MST.

A mulher que, diante de todas dificuldades que caracterizaram sua história, com diversos traumas psicológicos, conseguiu encontrar um refúgio tanto na vivência tranquila do campo, bem como nas diversas atividades desenvolvidas pelo e através do Movimento. Eu seu relato abaixo, ela fala com convicção sobre como sua vida é marcada pelo antes e o depois de sua inserção ao grupo:

> E aí conheci o Movimento Sem Terra graças a deus que aí eu tive uma libertação muito grande, que eu era muito cativa da casa e eu não conseguia sair, eu não conseguia conversar assim, eu morava na cidade eu tinha muitas vizinhas, mas, eu não conseguia sentar pra conversar, era trabalhar, trabalhar e trabalhar. E hoje não, depois que eu vim pro Movimento Sem Terra eu quando encontro com o pessoal, as mulheres dos assentamentos e acampamentos a gente ri, a gente brinca, a gente desenvolve... a gente desenvolve muitas brincadeiras antigas que a gente brincou no tempo de menina... ainda existe... no Movimento Sem Terra a gente brinca quando a gente tá em acampamento, a gente brinca de roda, de... na época chamava esconde-esconde, é... era esconde-esconde, tinha uma brincadeira que chamava trisca, a gente brincava muito, só que aí quando a gente para a vida da gente de adolescente a gente esquece, só que depois do Movimento Sem Terra não, a gente sai... acampamento, marchas, a gente brinca, as mulheres brinca, a gente brinca de roda, a gente brinca de jogar versos, a gente brinca de um monte de coisa como se fosse naquele tempo as brincadeiras antigas, as cantiga ainda existe no Movimento Sem Terra e é muito bonito esses momentos, é lindo, a gente dá vontade de não sair deles, quando é uma noite cultural que tem a cantoria das mulheres *cê* dá vontade que não acabe aquele momento, porque *cê* volta no tempo, a gente... eu mesmo volto no tempo quando acontece isso, porque foi em... é... as cantigas eu cantei muitas vezes quando eu era pequena junto com a família, com as primas, com as vizinhas, a gente brincava muito, noite de lua cheia a gente brincava muito, fazia fogueira. Então, hoje no Movimento Sem Terra ainda existe isso que é um momento muito bonito, muito bonito, e aí depois que eu vim pro Movimento Sem Terra eu consegui... porque houve um tempo que eu não falava, houve um tempo que eu parei, fiquei parada no tempo, eu *num* conseguia conversar assim, sabe? Acho que... não sei o que acontece, mas, graças a Deus eu consegui e hoje eu converso, eu saio, eu *tô* me desenvolvendo, eu comecei estudar, parei, mas futuramente eu quero estudar de novo, eu quero estudar, eu fiz um provão, passei, aí eu quero estudar de novo porque eu tive doente também e aí agora graças a deus *tô* bem, *tô* ficando bem e vou estudar. (Oliveira, 2022).

Se os regozijos da adolescência da entrevistada foram interrompidos pelas adversidades da vida e, principalmente, pelas imposições do sistema patriarcal, é dentro do MST que Julita afirma poder estar se "desenvolvendo" novamente, é nele que ela declara possuir espaços necessários para se expressar, criar redes de afeto, ter momentos de lazer, desenvolvimento pessoal com outras mulheres assentadas, e, especialmente, são nestes espaços que ela pode brincar.

O ato do brincar na fase adulta é o ato de cuidado de si de Julita. Ela que passou grande parte de sua vida desenvolvendo o trabalho de cuidado, cuidado dos outros e do lar, encontra tempo e espaço através do MST para alimentar a si com suas próprias necessidades e sonhos, tendo inclusive, vontade de seguir estudando. Diante disso, ao ser questionada sobre o que aprendeu com o MST, ela responde:

> Muita coisa. Eu aprendi primeiro confiar mais em mim, segundo ser independente de mim, não achar que eu tenho que tá sendo mandada, sendo ordenada em tudo. Aprendi que eu sou mulher, que eu tenho a minha dignidade, aprendi impor respeito, aprendi que a mulher precisa... precisa não só eu, mas como as mulheres, o mundo, tem que impor o respeito, tem que ser respeitada, tem que gritar porque se nós mulheres não gritar ninguém vai ouvir a nossa dor, ninguém vai ouvir, precisamos gritar. É como eu disse em um outro espaço que o meu sonho, o meu sonho é que um dia a justiça acolhe...acolhe as mulheres, que nem só lutemos por uma Marielle, mas, que por todas, porque *existe* milhares de *Marielles*, existe milhares, que se não está naquela condição, mas que tá perto e que isso dói muito quando a gente é mulher. Que você... muitas vezes você até passa, você sofre também, entendeu? E você vê muito sofrimento e eu acredito que um dia a justiça vai ouvir. (Oliveira, 2022).

Julita é enfática sobre a necessidade de se fazer ser escutada. O empoderamento em sua fala é marcante, isso porque na medida em que enaltece as conquistas do Movimento, aponta também os demais problemas a serem combatidos, tanto em âmbito local, como estrutural. Tanto ela como outras entrevistadas relatam existência de violência de gênero nos assentamentos, salientando como essa pauta é urgente e demanda conscientização e luta contínua.

Além de demonstrar uma enorme consciência feminista, levantando a bandeira contra a violência de gênero, a entrevistada demonstra uma ampla consciência ambiental, ela afirma com euforia que está “formando uma mata”, referindo-se à diversidade de produção em sua área. Julita fala sobre como cultiva de tudo em seu lote “do alimento à natividade”, destacando sua alegria pela sua horta de plantas medicinais.

O fato de Julita desenvolver vários testes com plantas, utilizando da sua terra como seu laboratório, e seu grande domínio com agroecologia nos permite refletir sobre a importância desse conhecimento empírico, também denominado como sabedoria popular. Embora não tenha finalizado seu processo escolar, ela conseguiu, de forma muito didática, dar uma aula sobre seus métodos com as plantas, informando, inclusive, como repassa isso para as demais colegas assentadas como modo de multiplicar a ação exitosa.

O conhecimento desenvolvido por Julita, para muitos, sob uma perspectiva elitista, não se trata de um fazer científico. Entretanto, é preciso que questionemos essa epistemologia limitada e limitante. No seu cotidiano, através de sua curiosidade e de seu afeto pela construção

do saber, ela se questiona sobre o funcionamento do cultivo de uma determinada planta, elabora hipóteses, desenvolve métodos e os replica entre a comunidade, desenvolvendo uma atividade intelectual de extrema relevância para si e entre aqueles que ela alcança.

O relato de vida de Julita é embricado por desigualdades estruturais que resultaram em muita dor. Todavia, na medida em que ela diz ter encontrado um refúgio no campo e dentro do MST, ela também revela como isso é resultado de muita luta. A entrevistada narra uma trajetória de luta pessoal que se integrou e se fortaleceu em uma luta coletiva.

Entre tantos percalços, ela construiu estratégias de resistências que se fizeram comum quando associada a pessoas com identidades e necessidades equivalentes às dela. Ao narrar sua experiência de mulher assentada, Julita faz uma declaração de esperança para as novas gerações de mulheres:

> O que eu teria a dizer *pras* mulheres da próxima geração que eu creio e acredito que vai vim, que elas *continue*. Quando tiver um objetivo, não desista, não deixar de sonhar, porque quando a gente sonha a gente conquista e se puderem que sonhem junto com o MST, porque aqui a gente sonha é um sonho verdadeiro, porque em uma fala eu disse uma vez que se existiu um lugar que me permitiu caminhar dentro do meu sonho é dentro do MST, eu caminhei. Porque eu sonhei, caminhei e conquistei e que ninguém pode desistir do que quer nunca. Não pode desistir. E que eu espero que a geração que vier não desista, não deixe de acreditar que nós Sem Terra não lutamos só pelo dia nosso, mas por todas as gerações que vieram. Que sem terra ninguém vive, ninguém vai viver, que nós precisamos lutar, lutar, lutar e lutar. (Oliveira, 2022).

Por fim, ao reconhecer a necessidade de uma luta permanente, Julita também desejou que houvesse maiores recursos e investimentos nos assentamentos, contribuindo para a o desenvolvimento de vida da juventude campesina que, de acordo com ela, tende a sair cada vez mais do campo por falta de perspectiva. Ao final, quando questionada “Quem é Julita?”, esta respondeu:

> Julita é uma pessoa que vive no assentamento e que todo mundo conhece, né? Se perguntar quem é Julita todo mundo conhece. Humilde, eu sou humilde, sou católica, sou... gosto muito de ficar em casa, saio... também amo as atividades do MST, mas gosto muito de ficar em casa, gosto de planta, eu gosto de fazer horta, de plantar horta, gosto das minhas galinhas, né? Eu gosto de ficar na roça, eu sou essa pessoa que todo mundo conhece nesses assentamentos aqui da região tudo me conhece que a gente viveu muito junto acampado. Então, eu sou essa pessoa. (Oliveira, 2022).

ILUSTRAÇÃO 11 — Fotografia de Julita

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

5.3 LUZIMAR: EDUCAÇÃO E SORORIDADE COMO TRANGRESSÃO

Conheci Luzimar em meio a rotina de trabalho na escola, uma vez que a UBS (Unidade Básica de Saúde da Família) na qual ela trabalha está localizada em frente ao Colégio Estadual Alcides Afonso de Souza. Nossa aproximação se estabeleceu inicialmente na rotina de trabalho, entre campanhas de vacinação e atividades escolares abertas à comunidade, em sequência, em decorrência das atividades atreladas ao MST.

A entrevista com Luzimar ocorreu na tarde do dia 27 de maio de 2022, no espaço externo da escola municipal do assentamento Zumbi dos Palmares. Desde o princípio ela se demonstrou disposta e empolgada em poder contribuir com o projeto, participando tanto da roda de conversa que ocorreu no assentamento Paulo Freire, bem como da realizada no seu assentamento Zumbi dos Palmares.

Luzimar Feliciano dos Santos, moradora do assentamento Zumbi dos Palmares, nasceu em 06 de junho de 1969, na cidade de Conceição da Barra, localizada no Espírito Santo. Ela é enfermeira, divorciada, possui cinco filhos, um biológico e três filhas adotivas. Luzimar, Lu

enfermeira ou Lu, como é reconhecida por alguns de seus companheiros assentados, é uma mulher negra autodeclarada, que se identifica também como remanescente quilombola.

Quando pedi que ela se identificasse, a mesma enfatizou: “eu sou negra, negra mesmo, quilombola mesmo, minha família toda é quilombola no Espírito Santo” (Santos, 2022)[33]. O reconhecimento de Lu sobre si e sua ancestralidade coincide com a tentativa de desafiar as narrativas hegemônicas que marginalizam e oprimem a população negra e, principalmente, sublinha o local de fala dos “sem-terra” no Brasil.

A primeira memória da infância relatada por Luzimar foi sobre sua vida na zona rural, fala de “um lugar bonito” e repleto de fartura. Crescida em uma família grande, na qual ela era a sétima filha de um total de 12 filhos, vivia ela, seus irmãos, seu pai e sua mãe. Ela conta que no início moravam na terra do avô em Palhal/Espírito Santo, e em seguida foram para Sayonara, distrito de Conceição da Barra, no mesmo estado. Ela narra sobre uma infância bem simples: “Era uma casinha bem simplesinha. Casinha de barro batido.”.

Lu consegue descrever um ambiente de fartura no qual se assava batata, milho e se cozinhava amendoim para que todos pudessem comer ao redor da fogueira enquanto brincavam à noite, no entanto, após uma enchente que resultou no falecimento de uma de suas irmãs mais novas, sua família se mudou dessa terra farturosa para Sayonara. A morte de sua irmã é um marco tanto na vida financeira, bem como na relação entre sua mãe e seu pai, uma vez que ele, conforme seu relato, intensifica seu vício pelo álcool.

> Aí nós fomos morar num lugarzinho chamado Sayonara, que hoje chama Sayonara, que na época não era Sayonara, era Cavalo Bêbado, aí passou a chamar Sayonara. Aí nessa época quando nós fomos pra lá era um arraialzinho muito pequeno, era muita cana, só tinha cana e uma serraria na época, não tinha casa, não tinha comércio quase, né? Era muito difícil pra trabalho e meu pai e meus irmãos eles começaram a trabalhar pocando estaca pra vender na serraria que tinha. Então, era a época que meu pai bebia muito também, muito, muito... então, quando ele recebia o final de semana o dinheiro era praticamente só pra bebida. (Santos, 2022).

Não bastasse a dificuldade em se conseguir um emprego em Sayonara, as dificuldades financeiras da família de Lu, segundo ela, se acentuaram diante do alcoolismo do pai. Foi justamente nesse período em que sua mãe assumiu as responsabilidades financeiras de casa todas para si, tendo que atrelar o trabalho doméstico com o trabalho assalariado.

> Minha mãe trabalhava demais, demais, demais... trabalhava cortando cana, saia 5 horas da manhã, 4 horas da manhã pra poder trabalhar e a gente ficava em casa, mesmo

[33] Luzimar Feliciano dos Santos. Entrevista de pesquisa concedida a Jamile Stephane dos Santos Souza, em Mucuri/BA, no dia 27 de maio de 2022.

> sendo mais novos, né, a gente ficava em casa cuidando dos outros, né? E da casa. Era o que segurava a casa, a despesa, era o dinheiro dela porque meu pai acabava gastando todo o dinheiro. Meus irmãos *trabalhava* com ele a semana toda a morrer, que era tudo *de menor* ainda, né? Trabalhava demais e mesmo assim ele não dava o dinheiro *pros* meninos, que ele achava que o dinheiro era dele, que os meninos *tinha* obrigação de trabalhar e nós só ficava com o de minha mãe, que minha mãe que tinha que comprar comida, comprar roupa, fazer tudo com o pouco que ela ganhava. (Santos, 2022).

Diante disso, enquanto a mãe se ausentava, as filhas mais velhas cuidavam dos irmãos mais novos e da casa. É interessante perceber que, na ausência da mãe, a dinâmica do trabalho de cuidado é terceirizada para as filhas, repetindo os papéis patriarcais de gênero. Se por um lado seu pai adoecia pelo alcoolismo, sua mãe estava sobrecarregada com as responsabilidades, tendo as demais filhas como seu único apoio.

Lu reconhece e relata com gratidão os esforços realizados por sua mãe para garantir a sobrevivência e bem-estar de todos seus filhos e filhas. Infelizmente o sistema patriarcal constrói uma narrativa sobre a maternidade que naturaliza esse trabalho de cuidado às mulheres e nos condiciona a um status de "mulher guerreira" que não deveria existir se essa atividade fosse compartilhada.

Se os homens não são expostos à prática do cuidado desde a infância, a relação baseada no zelo e dedicação com o outro será dificilmente reproduzida na fase adulta, resultando em uma sobrecarga à mulher. Correspondendo a essa questão, Luzimar ressalta uma memória alegre da infância relacionada a um importante rito de fim de ano realizado pela sua mãe, que ela diz também reproduzir com afeto:

> Memória alegre que eu tenho da infância era quando chegava final de ano... final de ano quando chegava assim mês de dezembro que ela falava que era natal pra mim parecia que... que era a coisa mais maravilhosa do mundo. Então, nessa época minha mãe começava a juntar... desde antes ela começava a falar com a gente: "não, tem que economizar, economizar pra natal", só que aí até então, no início, eu não entendia, aí depois eu descobri porquê. Porque no natal... antes do natal ela queria que a gente passasse com uma roupinha nova, um sapatinho novo e ela tinha que comprar alguma coisa pra fazer. Como na época a gente não podia comprar... a gente não comprava um peru, não comprava *chester* que hoje tem pra gente comer, então ela guardava o dinheirinho, ela ia guardando, ia guardando, ia guardando, quando chegava no final do ano os vizinhos que ela achava ali pela roça que tinha peru ela comprava o peru e o que não tinha ela comprava a galinha mesmo. E aí o que ela fazia? Ela temperava isso, cozinhava, ela comprava, limpava, pegava aquilo temperava tudo e ela assava naquele forno de assar biscoito, assava com um foguinho baixo que dizia ela que era pra cozinhar e assar ao mesmo tempo. Então, isso é uma cultura que eu tenho que... uma lembrança assim, uma memória que... nossa, mas é tão presente na minha vida, tão presente, sabe? E ela juntava os filhos tudo, ela podia *tá* triste, ela podia *tá* feliz, ela podia *tá* brigada, porque meu pai chegava brigava muito com ela, sabe? Judiava muito dela. Mesmo com toda tristeza ela tinha que *tá* feliz do nosso lado, ela falava: "Natal é uma vez por ano e nesse dia eu quero *tá* junto com meus filhos.". Então, essa é a época que sempre me marcou, muito, muito. É a melhor lembrança que eu tenho da minha infância, é uma, né? (Santos, 2022).

Além da preocupação com a sobrevivência material cotidiana e a abundância no rito natalino, a entrevistada narra como seus estudos e o de seus irmãos também foi resultado de luta de sua mãe. Lu fala sobre como amava estudar, revela que não teve a oportunidade de estudar na idade desejada, mas que isso não impediu que ela concluísse o Ensino Médio, mesmo que anos depois: "Comecei a estudar velha. Eu comecei a estudar com meus dez, onze anos".

A trajetória de transgressão vivenciada por Luzimar está amplamente relacionada ao seu processo educacional, tanto na escola como em casa. De acordo com seu relato, ela ocupou espaços de poder não antes imaginados para uma mulher negra, pobre e quilombola, e essa conquista é resultado de algo que se inicia com sua mãe, afinal, foi através de muita briga que ela viabilizou seus estudos e o de seus irmãos:

> Eu lembro que uma vez eu acordei com eles brigando, minha mãe falou: "meus filhos *vai* pra escola porque eu não sei nada, eu não tenho nada, mas amanhã eu quero que meu filho tenha alguma coisa", e meu pai achava que não, que o que dava status, o que marcava era trabalho, que estudo não valia nada, que não adiantava você aprender a ler que você ia aprender coisa errada e minha mãe brigava com ele por isso. (Santos, 2022).

Além do enfrentamento com o esposo para que seus filhos estudassem, Lu conta como sua mãe havia se dedicado em garantir os materiais escolares, mesmo que simples, e a ida de todos para a escola que ficava distante de onde moravam. O trajeto até a escola acabava durando mais de trinta minutos a pé, dessa forma, era preciso encontrar um meio para que eles pudessem ir com maior facilidade:

> Como era longe... eu lembro que a minha mãe... ela pegou um dinheirinho que ela *tava* guardando há *muuuuuuito* tempo. Desde quando ela vinha pra Sayonara que ela começou a guardar. Ela pegou esse dinheirinho e foi lá e comprou um cavalo... um burro. Ela comprou um burro. Trouxe pra casa. E a gente criava esse burro praticamente dentro de casa. Porque era no quintal. Então esse burro ficava comendo. Todo dia a gente mudava ele de lugar. Porque ele era nosso veículo de ir para escola. Aí ela comprou falando que aquilo ali era pra gente ir pra escola, aí de manhã saía eu e outro irmão meu, o irmão do meio, e ia pra escola. Ela fazia... pegava aquelas pernas de calça... ela pegava perna de calça e fazia uma sacolinha pra cada um pra colocar os cadernos, aquelas calças jeans, que não era jeans que chama mescla na época, e fazia uma sacolinha pra cada um, dentro desse embornal ela pegava uma sacola grande de arroz que antigamente vinha ou então a sacola que tinha um saco de rosca, ela pegava e colocava por dentro, costurava todinha por dentro desse embornal, que ela chamava embornal, porque segundo ela se molhasse, não ia molhar os cadernos, ia molhar a gente mas não molhava os cadernos e aí ela ia lá e pegava aquele zíper, na época já tinha, já existia, pegava aquele zíper grosso, pegava e colocava. (Santos, 2022).

Apesar de todas as dificuldades, sua mãe tinha a maior dedicação para tentar lhes oferecer algo que a ela não foi possibilitado. Uma vez que sua família se mudou de habitação por necessidade financeira, os estudos de Luzimar também foram interrompidos. Ela relata

várias adversidades, todavia, reforça o quanto sua vontade de estudar conseguiu ser maior que todas elas.

Sua infância trabalhosa, em razão da vida simples no meio rural, não se compara aos infortúnios de adolescência/juventude relatados por Lu. Ao acolher sua trajetória de vida, transcrevo com tamanho respeito e solidariedade aquilo que ela diz ter demorado anos para expor em razão da vergonha que possuía na época do ocorrido.

Luzimar revela ter sofrido violência sexual aos 15 anos de idade. Como o agressor era seu namorado, na época sua denúncia foi amplamente descredibilizada. Dentro dessa estrutura machista na qual vivemos é comum que haja uma culpabilização da vítima em vez de responsabilizarmos o agressor. Dessa forma, o resultado tem sido um ciclo violento de impunidade e silenciamento de mulheres que são cotidianamente violentadas[34].

> Na época eu tinha 15 anos aí eu fui trabalhar, fui trabalhar em Conceição da Barra, aí vou trabalhar pra poder manter meus estudos, pra poder estudar. Só que nesse trabalhar eu conheci um rapaz, comecei a namorar, aí namoramos, *tava* mais ou menos 5 a 6 meses que a gente *tava* namorando, eu morava na casa do meu tio, eu trabalhava em uma casa e morava na casa do meu tio que era irmão da minha mãe, casado com a irmã do meu pai, aí eu morava lá. Aí um belo dia nós saímos pra um aniversario com minhas primas, de lá nos fomos pra uma boate e aí nessa boate ficamos passando um tempo, depois saiu um pouquinho cá pra fora com ele e minha prima e aí minha prima voltou e eu fiquei sentada no banquinho com ele. Aí nesse dia ele me chamou pra gente passear, era só dar uma volta na cidade, foi quando tudo aconteceu, que ele acabou me estuprando. Só que como eu falei... mas, aí eles acharam que não seria verdade, que eu que tinha deixado, entendeu? Que na época, na verdade, eu poderia ter... hoje eu penso que eu poderia ter gritado, ter esbravejado, né? Mas, como era perto de uma boate e aquele som de boate ninguém dava pra ouvir direito e passava gente, e eu morria de vergonha de alguém passar e me ver gritando, fazendo alguma coisa e acabei lutando, lutando, lutando, mas, no final ele acabou vencendo, né? E eu com medo de me machucar, de alguma coisa, acabei foi deixando. (Santos, 2022).

Apesar de ter carregado esse fardo com muita vergonha durante anos, Lu afirma que hoje o expõe como forma de denunciar e alertar as demais mulheres. Sua fala está embrincada por uma solidariedade feminina, conceituada por algumas feministas como sororidade. De acordo com bell hooks (2019, p.36), essa sororidade feminista "está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal".

A sororidade desenvolvida por Lu não se baseia na ideia de que todas nós mulheres somos iguais ou compartilhamos as mesmas experiências, mas sim na tentativa de desenvolver

[34] Segundo dados coletados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 foram registrados 74.930 casos de estupro, dos quais 88,7% são referentes às vítimas do sexo feminino. Apesar do alto índice, é preciso considerar também o grande número de subnotificações.

instrumentos para enfrentarmos as opressões comuns. Falar sobre o ocorrido é seu mecanismo de combate a essa violência que segue prejudicando a vida de tantas outras mulheres.

Conforme ela anuncia as consequências físicas e psicológicas desse abuso, também evidencia como sua mãe foi sua principal referência de apoio e acolhimento nesse processo, enquanto seu pai, em decorrência de sua gravidez, teria lhe expulsado de casa. Além de ter tido sua experiência dolorosa minimizada, ela foi castigada por uma gravidez da qual ela não teve escolha. A violência sexual não se resume ao ato, infelizmente ela agrega um conjunto de violências simbólicas e psicológicas.

> E aí foi quando começou toda minha trajetória de vida. E aí *foi* as consequências que eu acabei ficando grávida, não sabia nem o que é que era ser mãe, não sabia nem por onde começar, aí acabei ficando gravida que é esse filho meu que tenho hoje, aí acabei ficando grávida, não parei de estudar, mas parei com 6 meses de estudar e aí começou a vida, né? Começou a vida e começou a derrota. Porque foi quando eu fui expulsa da minha casa do meu pai, foi quando meu pai mandou decidir entre minha mãe e eu, que minha mãe não queria me deixar sair, que ela achava que eu não seria nem a primeira e nem a última, mas meu pai não aceitou e aí me expulsou de casa, eu saí de casa pra *puder* minha mãe não ter que sair, eu tive que sair de casa e aí começou a ser eu mesmo, aí começou a minha luta que eu que tinha que me virar, correr atras pra mim, né? Trabalhar... (Santos, 2022).

Contraditoriamente, o mesmo sistema que impõe expectativas às mulheres para sermos mães, é o primeiro a nos punir quando essa gravidez ocorre fora do casamento ou em relações sexuais que não se encaixam nas normas tradicionais. No caso de Luzimar, a gravidez foi resultado de uma violência, e por tal, ela deveria ser acolhida, não culpabilizada.

Hoje, ao falar da violência que sofreu, Lu narra como teve que desenvolver habilidades emocionais para compreender que nada ocorreu por sua causa, apesar de muito ter se culpado na época. Nenhuma mulher, em nenhuma circunstância, deve ser responsabilizada pelo abuso que sofreu. Esse sentimento de culpa pode ser exacerbado pela pressão social, pela estigmatização e pela falta de compreensão em torno do trauma sexual. Sua mãe teve um papel crucial nesse processo, pois a seguiu apoiando, no entanto, por conta do pai, ela teve de sair de casa e ir trabalhar com um tio cortando cana.

Ao dizer que “começou a vida e começou a derrota” ela resume um processo árduo para manter a si e a criança pela qual seria responsável. Depois do nascimento de seu filho, foi trabalhar como apontadora da mesma empresa de cana que trabalhava com seu tio. Esquentava as marmitas dos peões e pegava água. Enquanto isso, sua mãe tomava conta de seu filho para que ela conseguisse trabalhar. “Ele nem falava comigo mais”, fala de Lu referindo-se ao seu pai.

Com dezoito anos teve de trabalhar como empregada doméstica em Barra de São Francisco/ES. Com vinte e dois Luzimar se mudou para Pedro Canário/ES, trabalhando em "firma de Eucalipto", de acordo com ela, trabalhava no viveiro, plantando mudas. Em seguida, na empresa Bahia Sul, trabalhou como cozinheira. As desigualdades estruturais a e falta de oportunidade escolar e econômica a forçou desempenhar múltiplas funções a fim de garantir sua subsistência e a de seu filho.

> Aí eu fui trabalhar, saia de casa 4 da manhã e chegava em casa 4, eu ficava o mês todinho praticamente sem ver meu filho acordado porque eu chegava e ele estava dormindo, eu saia ele estava dormindo, aí eu quase não via, só via no dia que eu *tava* de folga. Aí com isso eu falei: "não... o meu propósito é outro, não é continuar trabalhando igual louca e vivendo essa vida que eu vivo, eu preciso fazer algo". Foi quando eu mudei pra Itabatã mesmo trabalhando nessa empresa lá eu mudei pra Itabatã. Por quê? Porque eu chegava em Itabatã eu poderia estudar porque tinha escola a noite ali perto, em Pedro Canário era muito longe o lugar que meu irmão morava pra vim pra escola *e cá não, cá* além de eu vim trabalhar a empresa pagava um alojamento, eu poderia ficar no alojamento e estudar que era próximo. Assim eu fiz. (Santos, 2022).

Após conseguir finalizar o Ensino Médio com muita dificuldade, Luzimar seguiu apostando nos estudos, ela afirma como percebeu que a educação seria uma ferramenta poderosa tanto para sua mobilidade econômica, como para sua realização pessoal. Ela descreve uma trajetória extremamente cansativa para completar seu Ensino Superior, pois teve que conciliar trabalho e estudos, viajando à noite para Teixeira de Freitas para estudar e voltando de madrugada.

Luzimar finalizou sua graduação enquanto já estava vivendo no assentamento e, apesar de afirmar que o Movimento a auxiliou com a oferta de cursos e na disponibilização de espaços de formação, demonstra como seu esforço pessoal foi essencial para seguir estudando. Se na infância as oportunidades eram escassas, agora na fase adulta elas seguiram limitadas, todavia, Lu demonstra como se fortaleceu com o tempo para correr a agarrar todas as oportunidades que pudesse.

> faz 7 anos que eu terminei, tenho 4 pós-graduação, sou graduada em UTI neonatal infantil e adulto, sou graduada também em obstetrícia, sou graduada em saúde do idoso e agora estou terminando uma pós agora em saúde da família. (Santos, 2022).

Em suas memórias sobre suas conquistas nos estudos e no trabalho, a entrevistada destacou também outras violências que sofreu nessa trajetória por conta de sua cor. Lu fala sobre ter experienciado desde o racismo velado, esse que ocorre entre olhares, sussurros, exclusão e "piadas", como também o mais agressivo, no qual a pessoa não se intimidou em

menosprezá-la explicitamente em razão de sua cor, falando de seu cabelo e subestimando até mesmo sua capacidade intelectual.

> Eu lembro de uma época que eu trabalhava... nessa época eu já trabalhava na OAS nessa época e tinha umas primas minha que trabalhava na Araújo e a gente tinha uma turma que trabalhava todo mundo junto, a gente ia embora junto. Eles tinham umas meninas que elas não sentavam perto de mim e nem da minha prima, elas não almoçavam junto com a gente, conversava, mas assim.... como se a gente tivesse.... sabe assim quando você tem uma doença contagiosa que *as pessoas conversa* com você de longe, fala de longe? As vezes: "ah, *vamo* botar fulano" – "não, deixa fulano pra depois, não *vamo f*azer com fulano". Assim era eu. Graças a Deus que eu nunca fui de me preocupar com o preconceito, nunca fui de me preocupar com preconceito. Hoje não, hoje quando eu vejo as pessoas que tem preconceito de mim aí mesmo que eu *procuro eles mesmo* porque eu acho que eu tenho que marcar o meu espaço, antes não, antes eu chorava muito, eu me recuava, eu não ficava com raiva da pessoa, eu falava: "poxa, a pessoa não me aceita só porque eu sou negra? Só porque eu tenho o cabelo ruim?" E cabelo de bombril? Na escola eles me matava, chamava só de cabelo de bombril. Não podia ter um mais clarinho, não era nem branco, que hoje eu vejo que nem era branco, mas só porque tinha um cabelinho melhor era desse jeito. (Santos, 2022).

Destaco o fato de que as duas situações de racismo descritas por Lu estão vinculadas a outras mulheres como agressoras. Dessa forma, é preciso compreender como as diferentes identidades que nos compõe se apresentam na estrutura social de poder, e especialmente, nos atentarmos ao fato de que o feminismo deve ser sensível às intersecções de raça, etnia, classe social, sexualidades e tantos outros fatores que moldam as nossas vivências individuais.

Ao enfatizar a importância do feminismo plural, bell hooks (2019) nos encoraja a construir um movimento que seja verdadeiramente inclusivo e solidário, ressaltando, todavia, que essa não é uma tarefa fácil. Ao falar sobre esse racismo manifestado por outra mulher, Luzimar demonstra que sua consciência racial lhe permitiu construir estratégias significativas para sua sobrevivência física e mental. Sua resposta ao racismo seria o sucesso naquilo que tanto havia empreendido esforços:

> [...] 2012 por aí, nós fomos fazer um concurso, foi quando eu passei no concurso aqui de Mucuri, tava eu e mais umas meninas que *fizemos* a prova, né? E outras pessoas que fizeram as provas e tinha uma menina de Pedro Canário que ela fez o processo também e fui fazer a prova do concurso e como ela tinha... um cara que já até morreu, que morava em Pedro Canário, e era de dentro da prefeitura tinha prometido arrumar... facilitar o concurso pra ela na hora lá... tinha 4 vagas e ela falou que ela não admitia perder pra mim e nem pra Jair, aí eu fui e perguntei pra ela, aí ela falou assim: "você esqueceu que hoje o negro tem uma cota porque não sei quem deu porque negro não tinha vez", falou bem assim comigo, aí eu falei com ela: "pois é, minha filha, só que negro não tem vez, mas pra você ganhar de mim você tem que ter estudado mais do que eu". E quando eu vi o meu resultado na prova que aqui eu passei em primeiro lugar, eu fui a primeira a ligar pra ela e falei com ela, perguntei ela se o candidato dela colocou ela lá dentro, ela disse: "não, porque ele disse que vai esperar a seleção", eu falei: "pois é, pois eu passei em primeiro, eu te falei pra você ganhar da negra você tinha que estudar mais do que a negra". Então, foi uma coisa bem recente. Ah, eu vejo

> muitos até hoje, mas eu não me abalo com isso não, não me abalo, não me preocupo, sabe? Certas coisas assim de preconceito, hoje não. Hoje não, hoje eu *tô* mais centrada, mas eu já sofri muito com essa onda de preconceito. (Santos, 2022).

Contrariando as diversas opressões que uma mulher negra e pobre vivência nessa sociedade, Luzimar hoje é enfermeira concursada da UBS localizada no assentamento Paulo Freire, segue fazendo especializações e ações na área da saúde a fim de também contribuir para a comunidade. Ela conta que está no assentamento Zumbi dos Palmares desde o ano 2000, passando por todo processo de acampamento, compartilhando as experiências debaixo de barracas cobertas por lonas pretas, aprendendo aos poucos a caminhar na militância do MST.

No tempo da entrevista, Lu era uma das coordenadoras do setor de saúde da Brigada Aloísio Alexandre. De acordo com ela, dentre as atividades de responsabilidade desse setor está a busca ativa das pessoas doentes da comunidade, a produção de medicamentos fitoterápicos, que são os medicamentos produzidos a partir de vegetais e plantas medicinais com alguma ação terapêutica, como também ações preventivas, como campanhas de vacinação entre a comunidade assentada.

Ao ser questionada sobre como é viver no campo, ela enfatizou: "*Afmaria*! Não tem coisa melhor não, *pra* mim não existe coisa melhor do que morar no campo, principalmente você morar *num* lugarzinho, *num* cantinho que é seu, eu acho a coisa mais perfeita, saudável.". Além de afirmar que sua ida para o assentamento foi uma escolha, ela considera também ter sido uma sorte, visto que, para ela, muitas pessoas que sonham ter um pedacinho de terra para si.

Lu fala com gratidão sobre a terra que possui, e, embora não consiga plantar tanto o quanto gostaria em seu lote, ela destaca a importância da produção agroecológica para a saúde da comunidade. A produção agroecológica não é unânime entre os assentados de Mucuri, todavia, é nítido como aqueles que estão atrelados ao Movimento se esforçam para expandir esse modelo entre a comunidade.

Hoje ela vive no assentamento com suas duas filhas mais novas, e ao falar sobre o que significa fazer parte do MST, resume sua vivência em "dignidade", pois, de acordo com ela, no processo de ocupação não é qualquer pessoa que resiste à vivência de acampamento, bem como às outras lutas e dificuldades que ocorrem até a posse oficial da terra. Para Lu, "pra você conquistar hoje um pedaço de chão dentro do Movimento Sem Terra você tem que fazer por onde merecer, você tem que merecer ser Sem-Terra porque senão você não vai ser nunca.".

Consoante a isso, a entrevistada fala sobre como que algumas pessoas pressupõem que a ocupação da terra, desde a formação do acampamento até sua conquista, seja realizada através

de baderna, e quando se depararem com inúmeras regras organizacionais, desistem. Ao contrário dessas suposições, o relato de Lu e das demais entrevistavas repercutem o mesmo: não há ocupação de terra sem organização.

A organicidade do MST, de acordo com elas, é baseada em princípios de democracia participativa, horizontalidade e coletividade. A organização interna do Movimento é baseada em assembleias, conselhos, comissões e formação de setores que permitem a participação ativa de seus membros nas decisões que afetam suas vidas cotidianas e lutas comuns, desde a um nível local até ao âmbito nacional.

É, portanto, com base nessa organização que a entrevistada compreende a relação de merecimento sobre a terra, pois sua conquista, além de tempo, exige formação sociopolítica, exige ações de disputa entre o MST, o Estado e os latifundiários. Algumas pessoas investem toda sua esperança na conquista da terra, tendo suas vidas ameaçadas nesse processo conflituoso. Contestando a visão negativa que a extrema direita e a mídia neoliberal vinculam sobre o MST, Luzimar destaca:

> Eu acho o melhor órgão do mundo. Não é do Brasil não, eu acho a melhor organização do mundo, é a maior e a melhor. Por quê? Porque além de ser uma das maiores, é uma das organizações que mais dá dignidade as pessoas que com ela... a outra organização do MST que vai lá na rua pega um bando de gente que nem conhece, joga dentro de uma terra, toma conta, briga por aquelas pessoas lá na frente na justiça com o fazendeiro pra poder te dar um pedaço de chão, pra dar dignidade, pra matar sua fome. Então, eu sinceramente não tenho palavras pra falar do MST, se eu saí daqui amanhã eu vou continuar sendo grata ao MST, porque o MST pra mim é a minha família, porque eu venho de uma família quilombola, então, pra mim é algo... algo que veio, ficou e vai continuar na minha vida pra sempre. (Santos, 2022).

Ao falar sobre sua vivência de militante no Movimento, Lu explicita a relação de troca com seus companheiros militantes. Em sua narrativa, ela evidencia o quanto que aprendeu a ser "parceira" com o MST, pois, segunda ela, se tem alguém em perigo, alguém precisando, o grupo acolhe. Esse mesmo grupo, que de acordo com ela, irá apontar seus erros quando necessário, vai também te acolher, pois é um "órgão de oportunidade" que muitos não tem em outros espaços da sociedade.

Embora tenha sofrido muito por ser pobre, por ser negra e por ser mulher, e mesmo tendo passado por um processo de matrimônio atribulado, no qual seu ex-parceiro era alcoolista, ela fala sobre não ter deixado de viver, fala sobre aprender aos poucos a expandir seus horizontes, e de persistir para alcançar suas metas pessoais, independentemente de um homem.

Segundo Lu, às vezes sua maneira de falar de si pode soar como arrogância para alguns, afinal, poucos sabem do esforço e de tudo que ela teve que enfrentar para estar nos espaços que

ela hoje ocupa. Todavia, ela se mantém orgulhosa por ser mulher, por ser quem é, pela profissional que se tornou e por tudo que ela conquistou e segue conquistando.

> [...] quando eu vim pra cá eu não era enfermeira, eu era técnica de enfermagem, mas eu não trabalhava aqui no Movimento, eu não trabalhava na prefeitura, eu trabalhava fora em outro lugar, mas, como eu trabalho lá fora eu garanti 3 anos as pessoas aqui dentro em saúde, eu tinha kit, eu fiz parto debaixo da lona, sem nada, sem nenhuma estrutura, entendeu? Então, tem muita gente que pensa que eu cheguei aqui, que eu tenho minha terra hoje porque eu ganhei, mas é assim não, eu batalhei e muito, e consegui muita coisa pra muitas pessoas que *tá* aqui hoje. Eu lá de fora, trabalhando lá fora e trazendo aqui pra dentro. E, só o fato de eu falar quando as pessoas falam que... porque não foi vocês que *batalhou* durante 5 anos tomando chuva, sol, sereno na cara, pra poder fazer uma faculdade porque é difícil e aqui dentro teve várias que começou depois de mim, juntou comigo e parou porque eles achavam muito difícil sair daqui pra ir pra Teixeira e chegar 1 hora, 1:30 da manhã e nisso vendendo caldo na faculdade pra ter dinheiro pra conseguir pagar as apostilhas e pagar o ônibus no final do mês porque meu salário de técnico, minha filha...ó dó, não dava. (Santos, 2022).

Assim como sua mãe, Lu acolheu e segue acolhendo tantas outras mulheres em seu cotidiano, seja pelo seu ato de maternidade adotiva, ou pelo seu trabalho na área da saúde, ou mesmo na exposição da sua trajetória de vida. Aconselhando às próximas gerações de mulheres assentadas, ela diz:

> Vou falar o que eu falo sempre *pra* minhas filhas: nunca deixe um homem levantar um dedo pra você e você continuar olhando pra cara dele! Nunca deixe que ninguém te menospreze, nunca deixe que um homem chegue *pra* você e fale que você não é capaz e você abaixar a cabeça, você tem que provar ao contrário. Se ele fala que você não é capaz você tem que provar 10 vezes se for possível que você é capaz. E nunca abaixe a cabeça pra ninguém, principalmente *pra* homem! (Santos, 2022).

A educação não se limita apenas no desenvolvimento de habilidades específicas para o mercado de trabalho, mas significa uma sucessão de possibilidades de ensino-aprendizagem na qual o sujeito aprende a se adaptar a mudanças e tecer sua criticidade sobre o mundo. Além da educação escolar, Luzimar demonstra como o MST foi crucial em sua expansão de mundo.

Infelizmente, há tantas outras "Lu" que não sobrevivem para contar sua história. Infelizmente, dentro desse sistema, não são todas pretas e pobres que conseguem o sucesso através da escolarização, isto porque as políticas públicas de acesso e permanência educacional seguem ineficientes. Entretanto, é preciso enaltecer a exceção como um grito de esperança.

A transgressão da mulher preta não é construída na individualidade, desenvolvemos redes de afeto e estratégias de poder que, ainda que não tenham subvertido esse sistema opressor, rasuram suas arestas, pouco a pouco. Para concluir, quando solicitada que finalizasse sua narrativa respondendo "Quem é Luzimar?", ela se apresentou como:

> É, uma pessoa com várias... várias faces. Mas, de verdade, Lu, a Lu que eu acho que eu sou, a Lu humana, a Lu mãe, a Lu que ama, a Lu que não tem medo de nada, a Lu sem preconceito, a Lu que quer viver, que aprendeu a viver a pouco tempo, que não tem barreira pra ser feliz, essa eu acho que é a Lu que eu quero pra mim. A Lu de hoje pensa que tem necessidade de viver, de ser feliz, eu já sofri muito, muito... eu conheci mesmo o mundo, conheci a vida, conheci o que é que é felicidade tem muito pouco tempo pra cá. [...] Sou uma pessoa que não desisto nunca, nunca. O que eu quero se eu tiver interesse naquilo ali, eu vou atrás, eu não desisto, quebro a cara, mas eu volto de novo, mas eu sou persistente e eu falo isso todos os dias com minhas filhas: não pode desistir, desistência *é pros* fracos, então vocês não podem desistir nunca do que quer, porque a única coisa que uma mãe pode deixar pro filho de herança que ninguém nunca vai tirar de você é o estudo, então vocês tem que estudar, tem que ser persistente. Em nada na minha vida nunca foi fácil pra mim, mas, eu nunca desisti, nunca foi fácil, mas eu nunca desisti do que eu quero se eu vejo que vale a pena, minha filha, ali eu estou e vou atrás e consigo, graças a Deus, eu tenho um Deus muito vivo na minha vida. (Santos, 2022).

ILUSTRAÇÃO 12 – Fotografia de Luzimar

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

5.4 JAZI: LIBERDADE, AINDA QUE TARDIA

A entrevista com Jazi ocorreu na manhã do dia 03 de junho de 2022, em sua casa, no assentamento Jequitibá. Nos conhecemos em 2021, quando, dada a exibição do filme Marighella no assentamento Jacy Rocha, localizado no Prado, Jazi sentou-se ao meu lado na poltrona do ônibus de retorno a Mucuri.

A presença de Jazi ressaltou-me aos olhos, eu ainda não a conhecia, pois minhas atividades e relações na comunidade ainda estavam restritas à agrovila do assentamento Paulo Freire — elemento esse também intensificado pela pandemia —. Sua presença enérgica

despontou em mim a vontade de conhecê-la, falar sobre minha atuação docente e convidá-la para o projeto com as mulheres assentadas. Na madrugada do dia 07 de novembro, enquanto retornávamos para casa, após alguns minutos de conversa, Jazi se apresentou acessível para a entrevista.

Jazi de Cássia nasceu em 1960, em São Geraldo Tumiritinga, interior de Minas Gerais. Quando questionada sobre seu sobrenome — achei curioso o fato de não ser duplo — ela respondeu graciosamente: "Era Farias, mas saiu quando eu casei, *num* sei quê que fez lá... e Meira eu tirei do marido, não tem mais nada. (risos)" (Cássia, 2022)[35]. Mãe de cinco filhos, hoje em seu segundo relacionamento, ela relatou com extrema minuciosidade e muito orgulho, em uma entrevista com um pouco mais de duas horas de duração, sua história de mulher negra assentada.

> Eu me declaro negra, eu tenho uma descendência muito longe da minha bisavó parte de pai, muito longe de índia, amarrada, pegada no laço, e tenho descendência da parte da minha mãe de italiano, que a bisavó era bem italiana mesmo, sangue mesmo. Meu pai era um negrão mesmo, pretão mesmo e a família toda negra, e falo pra você: não tenho um pingo de medo desses preconceitos do povo. (Cássia, 2022).

Essa assertividade sobre si aparece nas falas de Jazi do início ao fim. Mulher negra, heterossexual, de estatura mediana e cabelos crespos, ela fala com total firmeza sobre como se identifica, ressaltando, sobretudo, seu conhecimento de uma miscigenação desenvolvida a partir da violência. A história de sua bisavó indígena "pegada no laço" se repete como a de tantos outros brasileiros.

Ao reconhecer os múltiplos grupos étnicos que compõem sua ascendência, ela apresenta com consciência que, apesar do racismo existente, ela se entende enquanto mulher negra, filha de pai preto. Essa consciência segue nítida quando também questionada sobre religiosidade, demonstrando uma mente aberta sobre:

> Eu costumo dizer que eu não tenho uma religião fixa, eu sou um tipo de pessoa assim, pra mim tudo é religião e tudo tem que ser respeitada, né? Então, se eu der vontade de ir em uma eu vou naquela, se *num* der eu vou em outra e assim eu sou uma pessoa livre de religião. É um candomblé eu vou, se for um esp... casa espírita igual tem a Casa de Santo André em Itabatã, eu vou... se é uma igreja católica, o dia que eu sinto vontade, eu vou, de crente eu vou, qualquer coisa, maçon...ta lá... budista lá, eu vou. Então, eu sou livre nessa parte de religião, eu sei que tem um Deus, esse não tem outro, então *todas religião* procura por esse mesmo homem e esse homem que eu tenho preciso mais nada (risos). (Cássia, 2022).

[35] Jazi de Cássia. Entrevista de pesquisa concedida a Jamile Stephane dos Santos Souza, em Mucuri/BA, no dia 03 de junho de 2022.

Ao se apresentar, inicia sua narrativa pelas primeiras memórias da infância, desenvolvendo a partir daí uma sequência de descrições entoadas com risadas mesmo entre falas trágicas. A primeira memória da infância de Jazi a levou para sua vida na fazenda de sua avó, quando tinha aproximadamente 7 anos: “Essa fazenda ela era muito produtiva e antigamente *os milho* era uma coisa que dava da altura disso aí, *aqueles milho verde*, aquelas *folhona verdona* mesmo, aqueles pezão cheiroso [...]”(Cássia, 2022). Jazi, filha mais velha, vivia com sua mãe e pai, mais 7 irmãos (4 meninas e três meninos).

Após a vida nessa fazenda, ela conta como seu pai, que era vaqueiro, queijeiro e carvoeiro, precisavam sair de fazendo em fazendo conforme a situação do trabalho, se mudava de fazenda em fazenda, tendo uma vida de migração determinada pelas propostas de trabalho que apareciam: “o muito que a gente demorasse em uma casa era 6 meses, o muito, era só mudando igual cigano[...] *nóis* nunca morou em uma casa na infância, nem em tempo de criança, a gente nunca morou em uma casa construída de verdade.” (Cássia, 2022). Sobre como eram essas casas na infância, Jazi conta:

> E o resto era assim, só morava em tapera, em casinha de... feita *as cobertura* de *tabinha*... tábua, que era *umas tábua* que fazia no lugar da telha e coberto... e feita de tijolo batido, barro estuque *que eles fala*, sem piso. A gente viveu uma vida muito de pobre, *nossos colchão* era o colchão de capim, cortava um capim... que a gente fazia o colchão, de primeiro, comprava um tecido ou fazia do próprio saco que vinha mercadoria e emendava um no outro, fazia a capa e botava *os capim* dentro e botava outra capa e era um colchão. Aquelas esteiras que hoje é artesanato era as nossas camas, a gente morava aqui.... que naquele tempo... graças a Deus combateu, que na roça tinha muito... na zona rural tinha muito aquele bicho chamado percevejo, a gente morou em muito lugar que tinha aquilo, tá dormindo e tá aquilo *futucando*, mordendo igual muriçoca, batia a esteira e ia dormir de novo. Foi uma vida muito de pobre, muito de pobre mesmo, muito, muito mesmo, só que assim uma pobreza que meu pai *num* pensava em nada, meu pai só pensava em alimentação, alimentação *dos filho* tinha que ter, mas ele *num* pensava que um filho precisava de um chinelo, pai *num* pensava que precisa de um... uma filha precisava de um vestidinho bonito, ele *num* pensava isso não, dele era só isso até a gente crescer. (Cássia, 2022).

Diante da vida simples relatada por Jazi, o essencial, para seu pai, era poder comer. Uma sandália e um vestido bonito seriam considerados luxo, portanto, dispensáveis. Desta forma, em uma vida “muito de pobre”, era comum que toda família contribuísse com a manutenção material, desde os adultos, como também as crianças.

Por ser a filha mais velha, na ausência de sua mãe, as tarefas domésticas e o cuidado com os irmãos eram de sua responsabilidade, ainda que ela também fosse uma criança. Na fazenda, a infância era alternada entre a brincadeira com os irmãos e o trabalho. Em um período sem água encanada, Jazi conta como a dificuldade não se limitava em ficar em casa, limpar e cozinhar: “eu com 10 anos, minha filha, e a água não era essa água aqui não, da torneira não,

era uma descida igual o rio ali, eu tinha que ir com *as panela* pra lavar que eu era mais velha e botar na cabeça aqui e trazer, fazer a comida [...]" (Cássia, 2022).

Quando não trabalhava no âmbito doméstico, ela conta como, desde seus oito anos, ela e seu irmão ajudava o pai com o trabalho na carvoeira: "[...] *nóis* saía 2:30/3:00 da manhã todo dia pra tirar pó de carvão, naquele gelo, a gente ficava na porta enrolado no saco de estopa até ele encher o balaio, quando ele enchia, *nós pegava* arrastando pra poder despejar no monte." (Cássia, 2022).

Enquanto que o trabalho era a regra e a diversão seria a exceção, Jazi também fala com tristeza sobre essa vivência árdua ter afetado seus estudos: "a escola foi uma coisa muito séria, isso dói muito em mim hoje, e não tenho hoje vontade de estudar, me travou, tive uma *trave* de perder o sonho de estudo." (Cássia, 2022). Apesar de ter estudado somente até a antiga 4ª série do fundamental (que hoje equivale ao 5º ano do fundamental), Jazi fala de forma extremamente positiva sobre a escola, o único aspecto negativo que ressalta é "que era aquele tempo da palmatória", todavia, as situações que na escola vivenciou são relatadas com nostalgia e afeto:

> Gostava da escola, obediente a professora por tudo, aquilo ali pra mim a professora era uma deusa na minha frente, gostava *dos dever*, mais que eu gostava era ditado que de primeiro tinha os ditados, na hora do ditado aquilo ali pra mim era uma paixão. Aí quando eu vejo a Maria... a... essa menina Juma, hoje falando que ela gosta do ditado, eu falei "era do meu tempo" (risos), gostava muito *dos ditado*, *os dever* que passava pra casa, chegava em casa fazia tudo antes... antes de comer pra depois *num* esquecer de fazer o dever, no outro dia... *aqueles caderninho pobrezinho*, *aqueles trenzinho* mais feinho, no outro dia ia fazia as *mesma coisa*. Eu gostava... aí começou enturmar com o povo, enturmar, enturmar, quando começava a pegar amizade a gente mudava, chegava em outra escola o mesmo sofrimento, chegava em outra escola mesma coisa. Aí *nóis* ia pra divisa, quando eu passei da 3ª pra 4ª série... só que o arquivo da escola pegou fogo na escola, queimou tudo, que eu não posso pegar uma prova como eu tinha passado pro 3º ano... pro... 4ª, 4ª serie, aí a 4ª serie eu já *tava* já passando dos 15 anos. (Cássia, 2022).

Independentemente de ter tido sua escolarização prejudicada, Jazi demonstra o quanto sua vivência oportunizou uma rica leitura de mundo, desenvolvendo consciência crítica de si e de suas lutas. Além disso, a mesma expõe seu gosto pela leitura e seu hábito em seguir buscando aprendizado: "[...] a gente lendo dentro de casa, você vai aprendendo *os pouquinho*, eu não deixo de ler". Ao afirmar sobre esse hábito, narra como ela "lê e relê" cartilhas disponibilizadas pelo MST a fim de se aprofundar nos debates.

O prazer pelo conhecimento apresentado por Jazi é dissociado de titularizações. Aprendiz da própria vivência, ela reconhece, todavia, que a escolarização talvez lhe oportunizasse melhores condições materiais: "o estudo é a vida do homem hoje, a formação do

homem hoje é o que manda ele hoje, é o homem que não vai pegar no pesado no futuro, porque *nóis* pegou que *nóis* era tudo analfabeto [...]".

A sua infância se mistura na adolescência uma vez que a brincadeira é neutralizada pelas responsabilidades. A diferenciação por ser uma menina negra campesina foi sentida por Jazi desde muito cedo, quando já na escola as outras crianças a percebiam e a tratavam diferente. Em seu relato, as discriminações motivadas por questões regionais, de classe e de raça se apresentam pelo menosprezo de seus colegas aos seus trajes simples, seu cabelo crespo, sua pobreza e a maneira acanhada de criança com poucas referências da área urbana.

> Mas eu *num* tenho muita de contar de adolescência não que minha adolescência só era isso aí. Eu comecei estudar na escola... eu comecei estudar com 10, 9 pra 10 anos, mais ou menos, a minha escola lá era assim: a gente... lá era um comerciozinho... um povoado, e o povoado já tinha outro conhecimento, né? E quanto mais gente mais vai tendo o conhecimento e *nóis socado naquelas biboca* lá, era *aqueles menino* matuto, matuto mesmo, a gente andava 3km pra ir pra escola, 3 pra ir e 3 pra voltar de pé, *nóis* levantava de madrugada, pai levava *nóis* até a distância da estrada limpa...mais limpa, e *nóis* partia. Chegava na escola *aqueles menino* do povoado via *nóis* lá com *aquelas roupinha* lá, descalço, sem chinelo, *nóis* lá com aquela pobreza *mermo*, aquela meninada... sabe que aluno toda vida... como *tá* igual hoje nunca foi diferente, sempre foi atentado, sempre tem um atentado, um começava a mexer com *nóis*, xingar "*cabelo de pixuin!"* que meu cabelo era *grossão marrado*, dava cascudo na gente, meu irmão tomava cascudo sem dó, meu irmão mais velho. Na hora do lanche todo mundo com seu biscoitinho, *seus trenzinho bonito*, *nóis* levava *umas latinha* de leite ninho, farofa, ou farofa de torresmo ou farofa de um peixe frito ou uma broa *véa* doida de fubá lá mal feita lá, mas levava pra comer, na hora de comer *nóis* corria lá pra trás da escola sozinho, só *nóis* dois, a meninada botava o pé atrás de *nóis*, só que a gente corria a distância daqui lá embaixo eles correndo atrás de *nóis* pra tomar nossa farofa, pra jogar fora, quando viu um dia chegou uma, nóis comendo a farofa ela falou assim: " que isso que *cê tá* comendo?", aí eu disse: "peixe frito", "me dá um pedaço?", quando ela comeu... "*cê* me dá um pouquinho da farinha?", eu falei: "dou", aí acho que ela conversou com os *zoto* aí já *num* corria atrás pra jogar fora, já corria pra tomar nossa farofa! (risos). (Cássia, 2022).

Ela conta que, conforme ia crescendo, queria ter seu próprio dinheiro para comprar suas coisas, assim seguiu a adolescência trabalhando cortando lenha de machado para o dono da carvoeira. Segundo ela, a partir de seus 12 anos é que o trabalho aumentou, porque passava trabalhando com seu pai na carvoeira, "chegava em casa cansada, toda suja de carvão, tomava um banho, almoçava e voltava pra car... pro serviço de novo, voltava *cinco hora*, *seis hora* pra casa". Ao chegar em casa, ainda tirava um tempo para limpá-la, pois, conforme Jazi, não era "porque morava na roça que podia ser desleixado, né?". E assim seguia sua rotina.

Ao sair de Minas Gerais com sua família, morou em algumas cidades do Espírito Santo, e, com 17 anos veio morar na Bahia, também para trabalhar em carvoeira. Nesse momento da entrevista, ao falar sobre as condições de trabalho de seu pai, ainda que relate entre risadas, por

entender que era uma dinâmica comum de trabalho naquele período, Jazi descreve uma situação de trabalho análogo à escravidão:

> Meu pai trabalhou 12 anos com carvoeira com fazendeiro, fazendo carvão, ele tinha fazenda mesmo e contratava as matas por perto, meu pai trabalhou 12 anos com esse homem, meu pai nunca pegou um centavo de dinheiro, era só... botava o armazém lá e o que trazia de coisa boa meu pai enchia a casa de comida, quando chegava o final do mês pai ainda *tava* devendo a feira ainda, aí quando o homem lá interessou por pai, o homem ainda teve quer pagar... ô *fia*, 12 anos, o homem ainda teve que pagar a dívida de pai, pra pai vim já devendo o de cá, foi vida muito difícil assim, hoje eu vejo assim, que nós hoje reclama mas hoje tá tão fácil pra gente resolver, né? *Cê* trabalha o mês, *cê* quer receber o que você trabalhou! (risos). (Cássia, 2022).

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro traz a definição jurídica de que o trabalho análogo à escravidão é caracterizado pela submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, "quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto.". Seu pai, homem preto, em 12 anos de trabalho nunca teria recebido salário, desta forma, endividava-se ao comprar no armazém do empregador, prática comum para obrigar o trabalhador permanecer dependente na relação de exploração.

Em casa, sua mãe e pai eram rígidos em sua educação, principalmente seu pai, ela conta que "brincava com a*s amiga* quando pai gostava *das pessoa",* caso fosse uma adolescente criada de forma mais livre, Jazi diz: "ele já *num* gostava que a gente ficava perto *dessas menina* pra *nóis num* aprender (risos)" (Cássia, 2022). Apesar de tamanha rigidez em casa e de toda vigilância sob ela e as irmãs, havia um cenário específico no qual as filhas poderiam ser mais livres: nos espaços de dança, no que ela chama de "forró" e "baile", espaços esses muito estimados pelo seu pai, principalmente no São João:

> [...] e pai num importava que *nóis dançava*, engra... imagina só, prendia, prendia, mas dançar *num* importava, chegava lá já era eu, minha mãe e minha irmã, *nóis* começava das 18:30 até amanhecer o dia, todo mundo dançando, só tinha um problema: não tinha que negar pra chamar dançar, podia ser *bebo*, podia ser sujo, chamava pra dançar tinha que ir, se falasse que não ia, *fia*, já era puxada a orelha ali mesmo (risos). Hoje se for dançar e falar: "eu não vou dançar com você", *num* vou e *cabou*! se a gente... se chamasse uma dama pra dançar se fosse casada ou solteira, aí ela falava: "não vou dançar com você", você também não podia dançar com mais ninguém, se o outro chamasse e *cê* fosse, a briga pegava, a pancadaria pegava ali. (Cássia, 2022).

O momento do forró é relatado por Jazi como o instante de lazer comungado pela sua família. O momento da dança seria no qual ela poderia socializar com qualquer pessoa. Havia uma maior liberdade para interagir e dançar alegremente, todavia, por se caracterizar em um

espaço público, ela seguiria em um espaço de vigilância, aos olhos do pai, da mãe e de conhecidos da família. Caso ela "escolhesse" seu parceiro de dança, isso seria visto como "segundas intenções", algo que, segundo ela, seria reprimido tanto pelos seu pai, bem como os homens aos quais se recusasse dançar. Ou você está no forró para dançar, aceitando o parceiro sem distinção alguma, ou não deveria dançar com mais ninguém.

Há uma contradição sobre a condição de liberdade nessa situação: ela poderia festejar, mas não poderia escolher com quem festejar. Entretanto, com toda rigidez e vigilância familiar, Jazi conseguia desenvolver estratégias de insubmissão: "pra ver menino bonito, rapazinho, menininho da minha idade ou até mais novo ou mais velho um pouquinho, batia o olho "aquele ali é lindo, muito bonito!", e dava ninja no *véi* e dava *uns bejinho*, *num* tinha jeito, ainda dava ninja no *véi*." (Cássia, 2022).

A patrulha sobre o corpo da mulher é muito comum na sociedade patriarcal em que vivemos. Geralmente essa moderação sobre a sexualidade da mulher é acompanhada de restrição de educação sexual e autocuidado. Jazi conta que foi uma jovem de poucos namoros, quando seu pai aprovava algum pretendente, ela desgostava, e quando ela se interessava por alguém, ele era o primeiro a desaprovar. Assim foi com seu primeiro esposo. Jazi se casou aos vinte anos enfrentando a negação de seu pai. Casou-se com o homem com o qual teve a sua primeira relação sexual. Casou-se grávida, entretanto, mesmo com tantas recusas do pai, ela reafirma que casou por amor.

> [...] pai jogou muita praga pra gente não viver, que *nóis* tinha tudo pra dar certo, tudo, casou por amor, eu casei com ele... muito amor, que amor de mulher parece que é mais do que o de *homi*, eu casei com um amor... com um amor de doença, que é tanto que vivi com ele esse tempo todo, que *num* era pra ter vivido, vivi tanto tempo sofrendo com ele, e ele gostava muito de mim, ele mostrava amor mesmo por mim e de repente a rebeldia chegou de... de brigas mesmo. (Cássia, 2022).

Essa "rebeldia" descrita por Jazi tratava-se da violência do primeiro marido. Ela relata como a primeira agressão sofrida no casamento ocorreu com apenas 15 dias de casados, motivada porque o ex esposo desaprovou a forma com que ela havia cozinhado o pirão. O episódio que iniciou na primeira quinzena de seu casamento se repetiu durante vinte e seis anos de matrimônio. Jazi sofreu inúmeras violências nesta relação. Abaixo destaco o trecho da entrevista que ela relata minuciosamente esse processo de sofrimento:

> Aí eu casei com 20 anos, faltando 8... 15 dias pra 20 anos, tive um casamento muito conturbado, muito... muito dificultoso, 26 anos de casamento de uni... de casamento civil e da... como é que fala? Da igreja... religião... da igreja católica. Tive *5 filho* e aí fui vivendo com esse *homi* muito ruim, muito ruim, só *as pancada* mesmo física, agressivo mesmo com palavras, a minha... o meu psicológico ficou muito... toda... todo resguardo que eu tinha eu quebrava o resguardo, ele quebrava a minha cabeça, eu fui parar no hospital quatro vezes de pancada na cabeça, de uma vez eu levei *8 ponto*, de outro eu levei 3, de outro levei 6, eu tenho *30 ponto* na cabeça que ele só

> acertava minha cabeça, não acertava o rosto não, só a cabeça e o corpo, e aí passava aquilo aquelas pancadaria e eu querendo fazer pra viver... meu esposo, casei, tenho *os filho*. Com o tempo que os *meus filho*... tinha tido já os 5 filhos, eu sentei pra ele... eu sentei com ele e disse: "ó, *meus filho vai crescer* e na hora que crescer, que o pequeno... o maior... o menor... souber fritar um ovo, ir no fogão e fritar um ovo, eu te largo!", ele nunca acreditava, eu era aquela *mulé* assim que tudo... eu era uma *mordoma* da casa, ele tinha eu como uma empregada que ele confiava no que fazia, era conta de banco, era tratamento de saúde, era qualquer coisa que eu resolvia, não resolvia nada, tudo era nas mãos, roupa passada, tudo passado, eu era aquela *mulé* do lar mesmo, uma dona de casa que não tinha saída, pra mim eu tinha que fazer... a minha obrigação era fazer aquilo, aquilo eu pensava que tinha que chegar em casa tá comida pronta, casa limpa, *os 5 filho sempre limpinho*, tudo... tudo nas mãos, eu achava que se ele chegasse em casa e tivesse uma... uma colher suja, eu não *tava* sendo a dona da casa, e vivi muito tempo. Quando meu filho caçula fez 11 anos eu disse pra ele: "ó, você... se você não começar a me tratar bem eu vou te largar, meu filho já *tá* grande, eu não quero uma madrasta e nem um padrasto pros *meus filho* e você vai saber o que que acontece", e assim foi, quando ele fez 12 anos foi a separação e ele jogou um copo na minha cabeça de novo na véspera do natal, um copo cheio de vinho, um copo duplo cheio de vinho, e aí sangrei demais da conta e eu já falei: "já chega! vou dar um basta!", e ele só saiu porque eu dei uma de louca mesmo e eu acho que eu enlouqueci mesmo, eu falei que dei, mas eu acho que eu enlouqueci, peguei *as coisa* dele toda do armário todo, que era dele botei dentro de um bocado de bolsa velha sem *ecrer* que *tava* na dispensa, e enchi aquilo toda ensanguentada e ele lá sentado rindo da minha cara, *panhei* tudo... eu morava no centro de Itabatã, na Avenida Salvador, peguei aquilo tudo e *famiei* pra rua a fora, joguei e falei: "*cê* vai embora hoje, ou você vai ou eu acabo com sua vida! hoje eu tomei o destino, *meus filho já tá grande*, não preciso disso mais.", aí saiu roupa dele pela rua a fora tudo pelas bolsas sem *ecrer* e sapato *véi*, e falei: "*cê* vai embora, *cê* vai escolher o que vai acontecer, ou você vai embora ou eu acabo com sua vida, meus *filho tá* grande eles já *sabe* contar o porquê que eu fiz com você isso!". (Cássia, 2022).

Jazi sentia que tinha um compromisso com os filhos, por isso permaneceu em uma relação extremamente tóxica por um pouco mais de duas décadas. De acordo com sua fala, ela só precisava garantir que seus filhos estivessem em condição de compreensão sobre o ocorrido e com capacidade de terem autonomia para não dependerem se uma criação de uma possível "madrasta". O ideal de "maternidade" construído em nossa sociedade aprisionou Jazi em um lar extremante violento, no qual sofria ela e suas crianças. Era ela quem fazia tudo, cuidando de tudo e de todos, pois em sua concepção, estava cumprindo com seu papel de mãe e esposa.

Esse papel de gênero de caráter misógino e machista encarcerou Jazi durante décadas. Um cárcere físico e psicológico. Os pontos na cabeça, as falas de depreciação que escutava sobre si, as imposições de múltiplas tarefas e tantas outras violências foram se somando com o tempo, ao ponto de que, ao narrar sobre seu estopim rumo ao divórcio, ela relaciona à loucura. Depois de longos e árduos anos, Jazi "deu uma de louca" e finalmente se libertou desses papeis, compreendendo que não necessitava passar por tudo aquilo para ser uma boa mãe, porque, fundamentalmente, ela precisaria estar viva para seguir.

Curiosamente, sua liberdade do relacionamento tóxico é concomitante ao seu processo inicial de assentada. Ao se casar, Jazi morou inicialmente em uma fazenda próxima ao local

que hoje é o assentamento Jequitibá, em seguida foi morar em Costa Dourada, trecho litorâneo de Mucuri, por fim na cidade de Itabatã, distrito do município de Mucuri. Quando iniciou as primeiras reuniões sobre ocupação nas redondezas de Mucuri, ela se interessou.

Ela conta que quando tomou a decisão de ir para o assentamento, dizia para o ex marido: "*nóis* vai pegar uma terrinha pra *nóis*, *nóis* tem que sair dessa vida de trabalhar pra patrão, *nóis* tem que ter um lugar nosso pra criar os *nossos filho*.". E assim foi, começou com as atividades desde o período de ocupação do assentamento Paulo Freire, no entanto, só conseguiu sua terra anos depois, sendo hoje assentada no Jequitibá.

> Na verdade, dentro do Movimento eu tô da época de... eu tô desde de... é 25, né? que vai fazer? 25 anos de Paulo Freire, mas dentro da Jequitibá aqui, dentro da área é do tempo do acampamento e aí eu concluí só o que eu ganhei de 2000... de 08 de outubro de 2013 que eu ganhei a terra. Aqui não teve despejo, quando eu entrei já era assentamento, já era liberto pra... liberdade pra assentamento, e aí tipo de violência nunca deixa de não ter, que só da gente ser despejado já é uma grande violência, né? Tanto de violência física porque você cansa pra ficar trabalhando e violência psicológica da... das palavras que a gente que a gente escuta, né? *receber polícia chegar*, você vê polícia te confrontando, vê polícia te falando palavras pesadas que vai sair, se não sair por bem, sai por mal, sai na bala, que é o contrário que *nóis* não deixa isso acontecer porque era muita gente, *eles queria* fazer isso, mas o povo não deixou, né? Repórter do lado da polícia desfazendo tudo que a gente fez, então todo jeito é uma violência. (Cássia, 2022).

Hoje ela vive no assentamento Jequitibá com seu atual companheiro. Depois de tantos traumas no primeiro casamento, Jazi recusa casar-se novamente. Para ela, não oficializar a relação através de leis significa exercer sua autonomia. Depois de ter que cumprir tantos papeis: como filha, como trabalhadora, como esposa e como mãe, ela se apresenta como alguém que, ao ter acesso a tão sonhada liberdade, desfruta dela como bem quer.

> Sou divorciada, hoje eu sou divorciada, e nem penso em casar, fia. Quando esse INCRA falou assim: "vocês têm que fazer união estável", eu falei assim: "olha, eu não fiz ainda porque eu não quis", eu não quero mais me amarrar em lei nenhuma, eu quero ficar uma pessoa livre nesse mundo, não quero casar mais, uma quer já tô velha e outra porque não quero mesmo, eu até brinquei com eles: "pra mim casar hoje só se eu chegar e o cara tiver em fase terminal, muito rico e *num* ter um herdeiro, aí eu posso até pensar!" ainda brinquei com ele assim, né?! Mas, não tenho ideia, não tenho pensamento em casar, a menina do cartório: "porque você não casa, Jazi? Tanto tempo que *vocês vive junto*", 21 anos nós vive junto... Não, *tá* bom assim, se casar, atrapalha. (Cássia, 2022).

Atualmente ela opera na coordenação do assentamento Jequitibá, área que integra aproximadamente 139 famílias. Além disso, integra o setor "frente de marcha" da brigada Aloísio Alexandre. Segundo ela "frente de marcha é você ir pra base em tudo, tudo que precisou você *tá* na frente [...] eu vou pra uma frente de base na rua conversar com o povo quê que é o

MST, se der... se quer vim, se quer acampar, contar história que aqui é um acampamento não uma vida boa, então, frente de marcha é pra isso.".

Jazi relata como paulatinamente foi conhecendo o MST e se reconhecendo na luta. Com o tempo, ela foi aprendendo as questões sobre reforma agrária, bem como discussões raciais, de gênero e questões de classe. Quando questionada sobre o que produz no seu lote, ela me contou com orgulho: "aqui de tudo que eu acho pra plantar, eu planto, só não é um lote produtivo de lavoura branca", e explicou que essa dificuldade se dá por conta que a terra "é muito cansada do pé do boi, veneno de boi" e também afetada pela monocultura do eucalipto na região.

Além da monocultura do eucalipto agredir o solo, Jazi denuncia que "quando bate o aviãozinho... passa batendo o inseticida *aqueles forte, aqueles veneno forte"* dessa forma, inviabiliza a produção de lavoura branca, bem como uma plantação livre de agrotóxicos, uma vez que "o eucalipto é na ladeira, a água que vem da chuva cai tudo dentro do rio", então, ainda que os assentados não usem veneno em suas plantações, não tem como viverem de forma agroecológica em sua essência, uma vez que a água do rio é contaminada com os venenos utilizados na monocultura do eucalipto.

A luta, portanto, não acaba ao ter posse da terra, ela segue, visto que a qualidade de vida desses assentados é constantemente ameaçada. Jazi compreende os desafios que a cercam enquanto uma mulher negra, pobre, assentada. Assume os riscos porque acredita pelo que está lutando. Além de entoar muito sobre liberdade em sua entrevista, Jazi fala muito sobre resistência. Ela passou toda a vida obedecendo como estratégia de sobrevivência, e hoje, ela demonstra o quanto que não dispensa o enfrentamento, mesmo que isso lhe custe a vida.

> O que me fez que não desistisse é que era o meu sonho... aí eu comecei... quando eu vim pro acampamento que eu comecei a acompanhar a luta de verdade, que eu ia, que eu ia pros debates, não falava nada, mas ia e vendo aqueles debates o que mais que me encantou é a resistência e quanto mais resistência tem mais eu gosto. Hoje quando vai *nóis* fazer um trabalho de resistência que tem polícia, que tem justiça, poder judiciário, que tem CAEMA no bate mata, pra mim aquele ali pra mim é um prazer, porque nós vamos resistir de verdade, a minha resistência é viva dentro de mim, não tenho medo, não acovardo, hoje se for fazer um acampamento pode ser do coronel, mas definiu e *vamo* fazer esse, *nóis* não sabe o que *vamo* encontrar, mas eu vou satisfeita, tem dia que eu falo com meu marido aqui: ó, tô indo, mas não sei se volto não, mas, eu vou satisfeita, se eu morrer nessa é porque eu *tô* na luta". (Cássia, 2022).

Para alcançar sua liberdade, ainda que tardia, Jazi precisou de coragem. A mulher enérgica que conheci, com um pouco mais de 60 anos de idade, carrega consigo um espírito jovem e sedento de transformações. Ao entrar na casa de Jazi, a primeira coisa que se avista é a bandeira vermelha do MST hasteada na entrada, não obstante, em sua sala, há um quadro

curioso de um jovem enfrentando um policial, segurando a ponto de sua arma. Quando perguntei do que se tratava, ela não soube identificar o contexto, só disse que quando achou o quadro, o colocou ali pois tem admiração pela cena exposta.

ILUSTRAÇÃO 13 — Quadro exposto na sala de Jazi

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Fiz questão de registrar a imagem e trazê-la para apreciação e reflexão, pois ela é a expressão simbólica da mulher entrevistada. Toda sua vida foi intercalada por adversidade, e esta conseguiu se fortalecer ao enfrentar cada uma destas. A vida "muito de pobre" da menina que hoje é uma liderança do movimento ao qual integra é repleta de enfrentamento. A admiração que ela tem por este quadro quiçá represente a insubmissão que ela carrega consigo.

> Ser assentado pra mim é uma coisa livre da escravidão, a partir do dia que você decide, que isso é do coração também, que tem muitos que moram dentro das nossas áreas hoje assentados, que viveu dessa luta, criou *os filho*, tem neto dentro, tem uns que não é de coração, ta por não pagar um aluguel, entendeu? [...] Quem sai do MST de coração ele liberta da escravidão da cidade, de patrão, porque *nóis* morando aqui dentro você não tem patrão pra te mandar em nada, você trabalha o dia que você quer, conforme você quer, você escolhe o que *cê* vai fazer dentro da sua área, você não tem patrão pra falar assim: "você tem que plantar esse pé de limão é aqui", *num* tem isso, você tem escolha de fazer, *cê* escolhe o dia que *cê* quer trabalhar, você escolhe se você vai vender na feira, pra quem você vai vender, se você vai dar também, se fazer doação não tem nada a ver, então, você vive livre. (Cássia, 2022).

Na medida em que Jazi fala de si, é singular como sua história é marcada por sua inserção na militância. A Jazi militante se encontrou e não se contentou em se libertar apenas de um casamento nocivo. Ela se entendeu enquanto uma mulher com seus diversos recortes

sociais, e a partir disso buscou atender suas múltiplas necessidades e sonhos. Sua luta é a extensão daquilo que conquistou para si. Ao fim da entrevista, quando questiono “Quem é Jazi?” a mesma respondeu:

> Ahh, Jazi é essa Jazi aqui que *tá* aqui assim, fazer da força que posso, mas, eu *tô* aqui pra tudo que vier, que seja um ser humano, não vou botar nem eles só não, que eu acho que eu me enquadrei muito porque eu acho que a igualdade é pra todos, não é só pro MST, mas, Jazi tá aqui pra tudo que precisar e ela puder fazer tá pronta pra ajudar.

ILUSTRAÇÃO 14 — Fotografia de Jazi

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

6 CONSIDERAÇÕES

Quatro mulheres. Quatro histórias distintas que se cruzam em existências marcadas por migração, trabalho, violências de gênero e uma história de militância desde o processo de acampamento. Algumas baianas circunvizinhas à Mucuri, algumas capixabas de cidades próximas ao extremo sul baiano, e até mesmo, no caso da Jazi, uma mineira, que entre lugares outros, parou nessa região.

Elas conquistarem os seus lotes e hoje são assentadas. Passaram por processo de acampamento e, algumas destas, até de despejos. Mulheres nascidas na década de 1960, e, ainda que assentadas em áreas diferentes e em tempos diferentes, todas relatam o processo de acampamento até a conquista do seu lote. Trajetórias que se intercalam na conquista da sua própria terra, e com ela, uma conquista de transformação pessoal e social.

Quando questionadas sobre como foi o processo dos despejos que haviam passado, sobre se haviam sofrido algum tipo de violência, a maioria das entrevistadas afirmaram que não, todavia, diferenciando-se das demais, Jazi me respondeu de forma muito consciente e crítica, porque segunda ela, o próprio despejo já é uma violência.

Todas essas mulheres descritas vivenciam o MST de forma ativa. Compreendem a trajetória que vivem e expressam acreditar na luta que participam. O trabalho bem como a migração de um estado para outro, de uma fazenda para outra, ou da cidade para o campo, é um elemento que se repete em suas histórias. A migração é um fenômeno social recorrente na vida dessas mulheres assentadas. A migração como uma estratégia de sobrevivência diante das dificuldades na sociedade capitalista.

Todas trabalhavam desde a infância, e por tal motivo, o trabalho ocupou um espaço prioritário em suas vidas, ocupando por vezes o espaço do brincar e da educação escolar. Trabalho doméstico, trabalho na roça, trabalho na carvoeira, trabalho no trator. O tempo de trabalho substituíra o tempo da escola, o tempo de diversão e de descanso, e quando lhes foi possível vivenciar algum tipo de liberdade, lhes fora limitada a partir da responsabilidade da maternidade. Seria preciso trabalhar para si e para o sustento de seus filhos. Houve quem conseguiu concluir os estudos a partir da Educação de Jovens e Adultos, houve quem seguira aprendendo e se educando por espaços não formais.

A religiosidade é vivenciada de forma bem distinta, mas de uma forma majoritariamente cristã. Enquanto há um relevante número de mulheres protestante nos quatro assentamentos — elemento este que eu havia percebido desde os anos iniciais lecionando na região —, percebe-se como há um catolicismo do “não praticante” muito forte também.

Houve relatos de muita violência vivida por cada uma delas. Desde à violência de gênero caracterizada por abuso sexual, violência física no casamento, violência acerca da diversidade sexual, violência de gênero ao serem responsabilizadas desde muito novas a assumirem o posto de “dona de casa”, limitando a infância ao trabalho doméstico.

Jazi narra uma violência física a partir da segunda semana de casada. Ela vivenciou tudo isso no primeiro casamento e aguentou por temer que seus filhos fossem criados por madrasta ou padrasto. Temia uma possível violência sob seus filhos. Por outro lado, Luiza narra a violência sofrida sobre sua sexualidade, por ter de abrir mão de seu lote por estar vivendo com outra mulher. Além disso, havia relatado na primeira roda de conversa que muitas vezes, teve que abrir mão do seu nome no feminino — passando-se por Luiz — para ter “passabilidade” nos espaços do assentamento.

Julita viveu um bom tempo na zona urbana. Todavia, relata o processo urbano como turbulento e perigoso. No campo ela possui um sossego que não deseja substituir. Aplica seus conhecimentos sobre a terra, possui laços afetivos com outras mulheres assentadas. Descrevem a criação de uma rede. Há, apesar dos conflitos, grandes laços afetivos. Não é sem motivos que muitas caracterizam o MST como “família” em seus relatos, pois, descrevem situações em que foram, de algum modo, acolhidas nesse espaço como jamais foram em outro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não se resume em uma luta por reforma agrária, como é dito por Jazi, há uma luta permanente que dito de forma básica, busca igualdade social para todos. independentemente se sua categoria étnico-racial, de gênero, de classe, sexualidade ou geração. Não bastaria conquistas a terra e seguir replicando as violências fundadas aos moldes da colonialidade capitalista.

Há uma ênfase na preocupação acerca da atual condição do jovem campesino. Relato de como o campo não apresenta possibilidades, e, ainda que apresente, não se mostram atrativas nesse sistema capitalista. Os jovens querem recursos imediatos, ainda que sejam básicos. Muitas vezes o trabalho executado para um patrão, caso fosse investido no próprio lote, os daria um melhor retorno a longo prazo. O problema é que não há um trabalho que os garanta a espera à longo prazo. O tempo de colheita não segue o tempo das contas a serem pagas.

Muitos desses jovens se retiram em temporadas para trabalharem na colheita de café no Espírito Santo. Empreendem uma força física, retornam com uma quantia que visualizam como justa, todavia, retornam na perspectiva de conseguir outro trabalho temporário. Alguns não conseguem visualizar uma devolutiva contínua na própria terra. Há uma carência de projetos de empreendimento local.

O relato da entrevistada reforça a compreensão de que o Movimento busca, além do acesso à terra, a manutenção, o fornecimento de moradias e de subsistência para famílias rurais marginalizadas quanto pressionar o governo a implementar políticas de reforma agrária mais abrangentes.

Sobre as jovens, as entrevistadas as visualizam sob duas perspectivas. A primeira é de que, embora tenham maior liberdade, algumas seguem subordinadas pelo modelo patriarcal, e replicam a vida de matrimônio e maternidade na adolescência. A segunda perspectiva é de que, embora algumas sejam socialmente mais destemidas, há pouca “coragem” de se trabalhar com a terra e seguir adiante com as tradições campesinas.

Há um tipo de formação que não se pretende, tampouco se assemelha ao processo de ensino aprendizagem escolar. A formação política e social funciona na medida em que estabelece transformações internas. Elas relatam uma transformação de mundo, ao poderem participar de espaços múltiplos, com pessoas diversas, em situações ímpares. De modo geral, muito escutei sobre “liberdade”. Anunciavam uma vida, e após muita luta, o alcance de uma liberdade sobre quem são, liberdade de ideia, liberdade de trabalho, liberdade sobre si.

Há uma exaltação pelos espaços de lazer e educação desenvolvidos a partir do MST. As entrevistadas relatam com falas positivas de como esses espaços são significativos em suas vidas. Espaços culturais. Espaços nos quais elas podem compartilhar com outras mulheres acerca de suas vivências em um formato que não há hierarquização. Diante histórias carregadas de trabalho, exclusão, violência e constante luta, poder vivenciar eventos coletivos que há uma equidade entre os sujeitos que participam fazem com que estas se sintam pertencentes de algo maior.

O movimento não apaga a violência, mas constrói espaços alternativos. A micro resistência é nítida. Na mesma forma que a Igreja é um "terceiro" espaço para muitas dessas mulheres, as reuniões, assembleias, congressos e plenárias também se demonstram como esse espaço para essas mulheres. Essas primeiras entrevistadas já tinham experiência com a vivência campesina, pois se não nasceram no campo, se mudaram para este em algum momento de suas vidas.

A coletividade fortalece a individualidade. Entre gritos de ordem, cantigas, hino, balançar de bandeiras, há uma construção de pertencimento que enaltece a vivência cotidiana de cada uma destas, independentemente de sua identidade étnico-racial, idade, orientação sexual, geração. Todo encontro do Movimento abre possibilidades de revigoramento pessoal. As narrativas das assentadas demonstram sobre como ainda que as transformações tecnológicas possibilitem uma dimensão comunicativa diante das lutas sociais, o encontro e formação de

base presencial, organizado, coletivo, ainda se apresenta como um ato pedagógico em sentidos brandos.

As marchas, os acampamentos, congressos e noites culturais são sempre descritos como espaços de formação política, mas sobretudo, como possibilidade de formação pessoal dessas assentadas. É pedagógico intelectualmente e psicologicamente na medida em que há diversidade. Em que a proposta é experimentar o espaço e o outro.

Conhecer as demais brigadas, escutar sobre conquistas alcançadas em outros assentamentos e tentar replicar no seu. Não há encontro sem música, sem batuque, sem corpo, sem voz. Não se faz formação apenas como palestras, há um chamado, alguém que ecoa o grito de guerra inicial para que os demais repliquem.

Elas fazem amizades distantes e reencontram essas amizades nesses eventos. Conhecem lugares que quiçá desconheceriam na ausência no Movimento, afinal, quem são os sujeitos que viajam à lazer no Brasil? Quem viaja a fim de traçar estratégias de revitalização da flora, rearticulação da organização educacional econômica de sua comunidade? Construir o Movimento para essas é um afago. Acreditam na luta porque constroem a luta e sobrevivem na terra porque lutaram por ela.

Essas são narrativas insurgentes de mulheres campesinas que fogem da lógica urbanocêntrica colonialista e elitista, pois não se baseiam na crença de que as cidades são os principais centros de atividade econômica, cultural, política e social, e, que o desenvolvimento e progresso de uma sociedade estão diretamente ligados ao crescimento urbano, ao contrário, elas demonstram como o campo segue alimentando as cidades, seja de comida ou também de diferentes alternativas de luta.

Em concordância com Portelli (2016), acredito que o mais importante sobre esse trabalho em História Oral e seu caráter dialógico é que ele não terminou com as entrevistas, ou mesmo com essa publicação, pois ele permite que eu busque maneiras para que seja útil aos indivíduos e à comunidade envolvida. Em meio a tantos conflitos e ataques ao MST, poder disseminar essas memórias é seguir construindo possibilidades de resistência.

No dia 13 de abril de 2023 retornei à comunidade assentada em Mucuri para poder realizar uma aula pública com o tema “A Lei de Terras (1850) e o Pós abolição no Brasil”. Nessa atividade, realizada no Acampamento Jucelino, foi possível reencontrar estudantes e companheiras assentadas. O museu virtual que se inaugura, visa seguir com um movimento de pesquisa e de luta que não se finda ao final desse trabalho. As redes de afeto e de luta vão se ampliando na medida em que alternativas são coletivamente construídas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.1, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.2, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara**. Portal Geledés, 2004.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la história oral: de la lógica instrumental a la decolonizacion de la história. **Temas Sociales**, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 12/08/2023.

FURLIN, Neiva. **A perspectiva de gênero no MST**: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: Neves, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (organizadoras). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Sur Ver. Int. Direitos Human**, v. 13, p. 53-64, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Ed. Martins fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras/Bell Hooks; tradução Ana Luiza Libâneo. – 5ª ed.- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; (Org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUCS, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Rev. Brasileira de História**. V.9 n°18, São Paulo: ago/set 1989, p. 09 – 18.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos**,v. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro**. História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016.

PROGRAMA *ARBORETUM*. **Quem somos**. Disponível em: https://www.programaarboretum.eco.br/quem-somos. Acesso em 01/08/2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes**. /Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. –3. ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOARES, Irani Santos. **A Organização do Espaço em Assentamentos de Reforma Agrária na Bahia:** intenções e ações. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador. 2014.

SUZANO. **História**. Suzano, 2021. Disponível em: https://www.suzano.com.br/a-suzano/historia/. Acesso em: 20 de junho de 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 443-466, 2005.

VERGES, François. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZAMBRA, Alejandro. Formas de voltar para casa. São Paulo: Cosac Naify, 2014

ZUMTHOR, PAUL. **Perspectivas**: *In*: ZUMTHOR, Paul. A letra e a voz: A "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A — ETAPAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PESQUISA

ETAPAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO (2021-2023)
01	Qualificação do Projeto de pesquisa	Dezembro de 2021
02	Planejamento e coordenação de rodas de conversa em cada um dos quatro assentamentos: (Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Lagoa Bonita e Jequitibá)	De março a abril de 2022
03	Qualificação do produto pedagógico	Agosto de 2022
04	Entrevistas realizadas (17 entrevistas)	De abril a dezembro de 2022
05	Catalogação, edição, transcrição e análise das entrevistas	De junho de 2022 a agosto de 2023
06	Construção do *site*	De julho de 2022 a agosto de 2023
07	Escrita do relatório da pesquisa	De abril outubro de 2021 a agosto de 2023
08	Revisão do produto pedagógico e do memorial dissertativo conforme sugestões da banca	De agosto de 2022 a agosto de 2023
09	Conclusão do Memorial dissertativo	De março a agosto de 2023

APÊNDICE B — ÁLBUM DE FOTOFRAFIAS: RODAS DE CONVERSA E AULA PÚBLICA

ILUSTRAÇÃO 15 – Fotografia da ornamentação mística no assentamento Paulo Freire

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 16 — Fotografia da ornamentação mística no assentamento Lagoa bonita

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 17 — Fotografia da ornamentação mística no Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 18 — Fotografia do banquete de café da manhã no Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 19 — Fotografia das participantes da roda de conversa no Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 20 — Fotografia da ornamentação mística no Assentamento Jequitibá

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 21 — Fotografia dos presentes recebido pelas rodas de conversa

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 22 — Acampamento Jucelino Farias

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 23 — Aula pública com acampados do Jucelino Farias

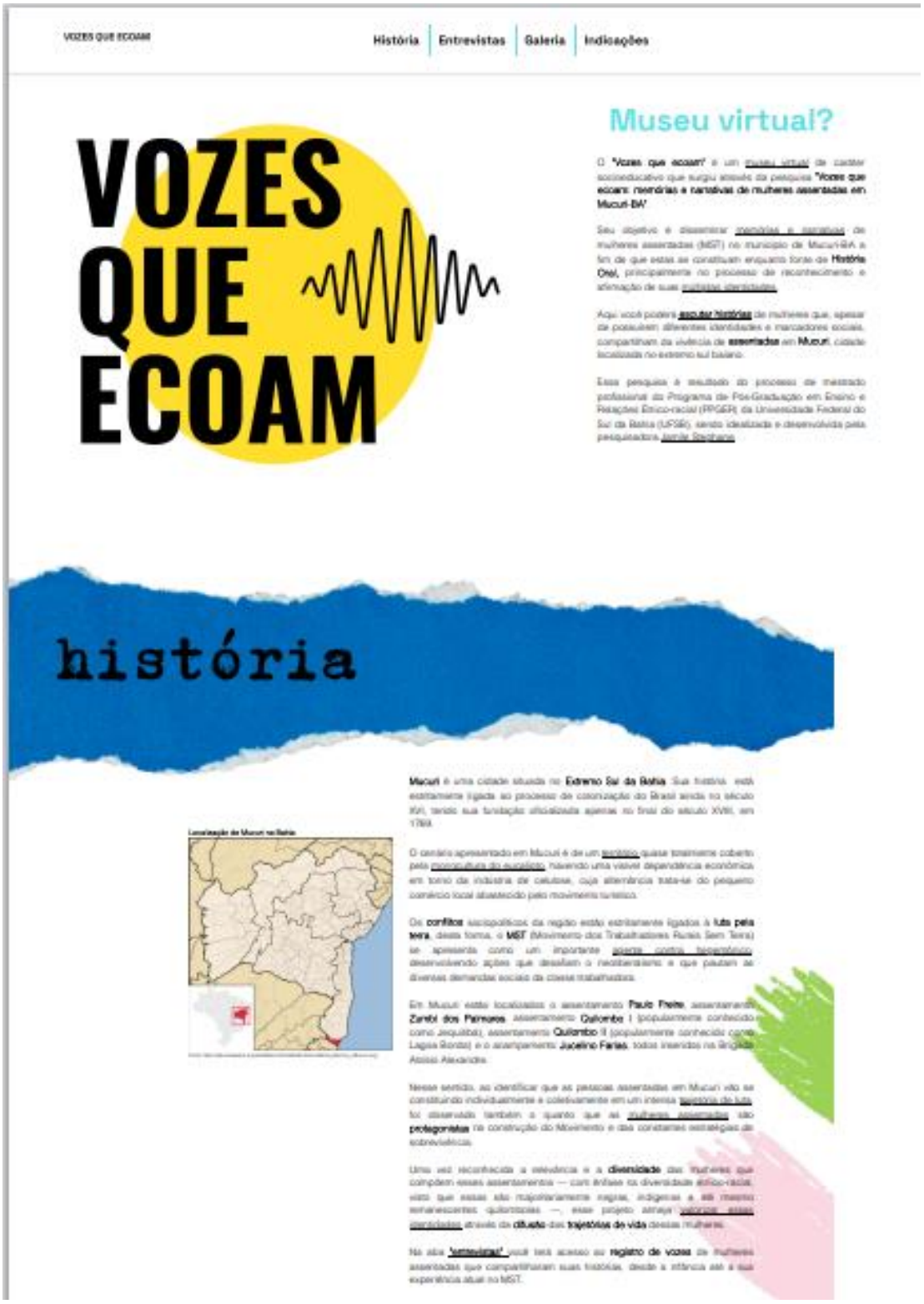
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

ILUSTRAÇÃO 24 — Comunidade do Acampamento Jucelino Farias

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

APÊNDICE C — PÁGINA DO MUSEU VIRTUAL

ILUSTRAÇÃO 25 — Página de apresentação do museu virtual



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

APÊNDICE D — ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título do projeto: Vozes que ecoam: memórias e narrativas de mulheres assentadas em Mucuri-BA

Pesquisadora responsável: Jamile Stephane dos Santos Souza

Instituição: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB/ Campus Paulo Freire)

Local da pesquisa: Mucuri-BA.

1. Identificação

- Nome completo / Idade / Local de nascimento.
- Atuação/ Profissão
- Estado Civil. (Filhos? Quantos? E Idade?)
- Possui religião? Qual?
- Grau de formação.
- Autodescrição/ Orientação sexual/ Identificação étnico-racial

2. Infância

- Qual sua primeira lembrança da infância?
- O que mais te marcou na sua infância? (uma memória de carga afetiva)
- Você lembra da sua casa durante sua infância? poderia descrevê-la?
- Como era a relação que você tinha com seus pais ou responsáveis na infância?
- Você tem irmãos? Quantos?
- O que você gostava de fazer quando criança? (brincadeira/hobbies/ amizades)

3. Escola

- Qual era sua relação com a escola? (Gostava?)
- Você tem memórias negativas da escola? Quais?
- O que mais gostava de estudar?
- Como era essa sua escola na infância? Descreva.
- Como era o processo de locomoção até sua escola na infância?

4. Adolescência

- Como foi sua adolescência?
- Tem alguma memória de ter sofrido algum tipo de discriminação?
- O que gostava de fazer quando adolescente? (Amizades/ Hobbies/ Namoro/ Ambientes frequentados/ trabalho)
- Há alguma memória triste e ou/doloroso desse processo ?
- Fale sobre alguma memória positiva e marcante de sua adolescência.

5. Vivência campesina

- Desde quando mora no campo? Desde quando mora no assentamento em Mucuri?
- Com quem mora?
- Como é morar em um assentamento? (Trabalho/ Lazer/ Prós e Contras)
- Por que vive em um assentamento? (Escolha?)
- O que produz em seu assentamento? Você obrevive daquilo que produz?
- Qual sua atuação dentro do MST? (Participa de quais atividades? Quais setores?)
- Como você enxerga a atuação do MST para o Brasil? (Política/ Meio ambiente)
- Você mudaria algo em seu assentamento caso pudesse? Fale sobre.

6. Ser mulher assentada

- Você gosta de ser mulher? (Prós e contras?) Você já deixou de fazer algo por ser mulher?
- Como é ser mulher no espaço de um assentamento do MST? (Há desigualdades? Violências?)
- Quais as diferenças que você enxerga na atuação das assentadas mais velhas e as mais novas? (permanências e rupturas através das gerações / tradições?)
- Quais são seus sonhos? Perspectivas futuras.
- Se arrepende de algo? Se pudesse voltar no tempo, qual conelho daria a si própria? Se você pudesse deixar uma fala registrada para as mulheres das próximas gerações, o que teria para dizer?
- Para finalizar: Quem é ...(nome da entrevistada)?

APÊNDICE E — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada **Vozes que ecoam: memórias e narrativas de mulheres assentadas em Mucuri-BA** desenvolvida por Jamile Stephane dos Santos Souza. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Lúcia de Fatima Oliveira de Jesus, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (73) 999413608 ou e-mail: defatima.lu@gmail.com

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o êxito da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é registrar, analisar e divulgar narrativas de vida de mulheres assentadas em Mucuri-BA como forma de valorizar suas histórias e múltiplas identidades.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, constante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Mucuri-BA, _____de_____de 20___

Assinatura da participante: _____

Impressão dactiloscópica

Assinatura da pesquisadora:_____